

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PARTIDOS E GRUPOS POLÍTICOS EM UM
MUNICÍPIO DO SERTÃO DE PERNAMBUCO

CARLA SOUZA DE CAMARGO

2012

Partidos e Grupos políticos num município do Sertão de Pernambuco

Carla Souza de Camargo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação do Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (Orientador – UFSCAR)

Prof. Dr. Luiz Henrique Toledo (UFSCAR)

Profª. Dra. Simone Diniz (UFABC)

Suplentes:

Prof. Dr. Ronaldo Romulo de Almeida (UNICAMP)

Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna (UFSCAR)

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C172pg

Camargo, Carla Souza de.

Partidos e grupos políticos num município do sertão de Pernambuco / Carla Souza de Camargo. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
179 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Instituições políticas. 2. Antropologia política. 3. Partidos políticos. 4. Sertão. I. Título.

CDD: 306.2 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br

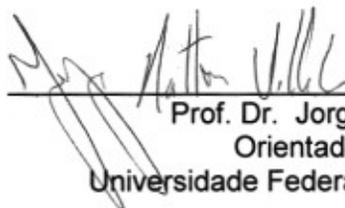


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

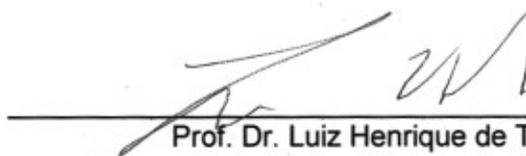
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Carla Souza de Camargo

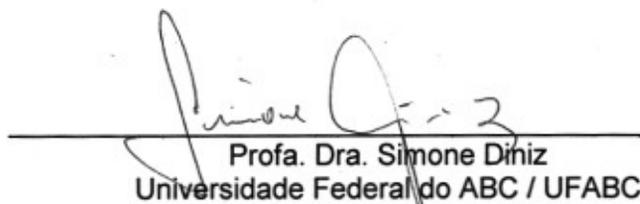
21/06/2012



Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Profa. Dra. Simone Diniz
Universidade Federal do ABC / UFABC

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 15:00h no dia 21/06/2012.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Profa. Dra. Simone Diniz

Homologado na CPG-PPGAS na
_____ª Reunião no dia ____/____/____.

Profa. Dra. Clarice Cohn
Coordenadora do PPGAS

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCAR) pela possibilidade de realizar esta pesquisa e pela dedicação de todos os professores e funcionários. Nada disso teria sido possível sem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Nível Superior (CAPES), a todos que participaram deste processo, meu sincero agradecimento.

Aos professores Marina Cardoso, Clarice Cohn, Geraldo Andrello, Piero Leirner, Igor Renó e Marcos Lanna, agradeço imensamente pela dedicação e atenção. Agradeço também ao Prof. Luiz Henrique Toledo, pela leitura atenta e pelos comentários esclarecedores na qualificação de Mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Jorge Villela, a quem todos os meus agradecimentos são insuficientes, pela generosidade e exigência em todas as etapas desta pesquisa. Muito obrigada pela parceria desde a graduação, seus ensinamentos serão sempre preciosos. Além de orientador competente, suas leituras e comentários me ajudaram a construir este trabalho.

Outro agradecimento ao orientador desta pesquisa deve ser delineado, por compartilhar comigo este campo de pesquisa fascinante. Aos amigos do sertão, meus profundos agradecimentos. Qualquer esmero nesta dissertação é pouco frente à dedicação de cada um de vocês. Agradeço, em especial, a ajuda de Andreza, Álvaro, Ariane, Da Paz, Glória, Marcelo, Cecílio, João, Ari, Adriana, Dona Ernesta, Dona Bezinha e Dona Penha. Tenho uma dívida eterna com cada um de vocês. Às meninas do

escritório, meus agradecimentos por proporcionarem sempre um clima de amizade, troca e descontração.

Muito obrigada a todos os parceiros da Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar e aos membros do Grupo de Pesquisa *Hybris*.

Agradeço imensamente aos amigos, por sempre estarem dispostos a me ouvir e ajudar neste longo caminho. Um agradecimento especial a Marília Lourenço, Guilherme Saade, Guilherme Antunes, Flávia Carolina e Ariele Marangon. Muito obrigada aos companheiros de PPGAS, em especial a Amanda Danaga, Amanda Marqui, Aline Scolfaro, Caio Manhanelli, Marília Bandeira, Raphael Rodrigues, Karina Biondi e Messias Basques.

Agradeço ao carinho e apoio de minha família. Ao meu pai, agradeço pelos incentivos, por sempre ser um entusiasta frente às minhas conquistas, e por me fazer forte sem perder a humildade. A minha mãe, agradeço o apoio e a visão sempre realista frente aos percalços e ilusões. Aos meus avós, principalmente Pedro e Conceição, pelo apoio no início dessa jornada. À minha avó Delfina, agradeço a compreensão pelas faltas aos encontros de família e pelas orações. Ao Benjamin e Tati, pelo amor e horas de diversão e afeto. Às minhas tias e primos, agradeço pelo apoio logístico e carinho.

Agradeço ao meu querido, Everton de Oliveira, por nunca deixar de me apoiar em todas as etapas deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo descrever as configurações e práticas de partidos políticos em Monsanto, município do sertão de Pernambuco, a partir de uma pesquisa intensiva de campo realizada nos meses de fevereiro, março e abril de 2010. A atividade política neste município, longe de operar apenas as possibilidades de atuação oferecidas pelos partidos políticos, realiza-se, também, nos arranjos particulares de dois coletivos – *grupo político* e *família*. Procurarei mostrar como os partidos políticos são fundamentais para a constituição política desta cidade, por oferecerem mecanismos e lógicas sem as quais todo o cálculo político de meus interlocutores de pesquisa não se realizaria. Meu intuito, neste sentido, será mostrar como cada uma das partes que compõe a política local não se relaciona somente por oposição e exclusão com as demais, mas atua por meio de composição, pressuposição e atualização política mútua. Ao mesmo tempo, procuro evidenciar como a atuação política em Monsanto não é produto de uma inexistência ou desconhecimento das práticas modernas da democracia, que, ao contrário, estão equacionadas junto às suas lógicas políticas.

ABSTRACT

This dissertation aims to describe the settings and practices of political parties at Monsanto, an interior municipality of Pernambuco, from an intensive field research conducted in February, March and April 2010. The political activity in this city, far from operating only the possibilities of action offered by political parties, takes place also in the particular arrangements of two collectivities - political group and family. I will seek to describe how political parties are central to the political constitution of this city, by offering mechanisms and logics without all the political calculus of my research interlocutors would not take place. My purpose in this sense will be to describe how each of the parts that compose the local politics does not relate only to the opposition and exclusion on the other, but through acts of composition, presupposition and mutual political actualization. At the same time, I try to point how the political involvement in Monsanto is not a product of ignorance or inexistence of modern practices of democracy, which, in contrast, are equated within their political logics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM	Democratas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- PARTIDOS POLÍTICOS EM MONSANTO	29
1.1- LEGISLAÇÕES ELEITORAIS	29
Estruturas da Justiça Eleitoral	32
Partidos políticos	34
Condições de inelegibilidade	38
1.2 - OS PARTIDOS POLÍTICOS EM MONSANTO	42
Os partidos nas eleições	42
Os partidos nos mandatos	47
1.3 - LEGENDAS , MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES	51
Pertenças: famílias e território	56
Serviço prestado e trabalho	63
Partidos de esquerda, ideologia e representações nacionais	69
1.4 - ILUSÃO DE FIXIDEZ	73
CAPÍTULO 2 – POLÍTICA DE GRUPOS POLÍTICOS	76
2.1 – OS GRUPOS POLÍTICOS EM MONSANTO	77
2.2 – AS FAMÍLIAS NA POLÍTICA – SOBRE OS GOSTOS E VÍCIOS HEREDITÁRIOS	96
2.3 – PARTIDOS, GRUPOS POLÍTICOS E COLIGAÇÕES	105
2.4 – ALIANÇAS	108
2.5 – POLÍTICA ALARGADA	112
CAPÍTULO 3 – ESCRITÓRIO POLÍTICO	116
3.1 – O QUE É UM ESCRITÓRIO POLÍTICO?	117
3.2 – OS FUNCIONÁRIOS	125
3.3 – OS VOLUNTÁRIOS	132
3.4 – EXPEDIENTES	142
Os atendimentos	146

Campanhas e Burocracias	154
Canais de informações	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
BIBLIOGRAFIA	174

INTRODUÇÃO

Vilma: Carla, mas você assim, venderia seu voto?

Carla: Não sei. Mas por que você me pergunta isso? Você venderia o seu voto?

V: Não, eu não acho certo. Esse povo que vende voto, não tá certo não. Vende por 20, 30 reais, pra um depois pra outro. Não acho certo não. Mas você não acha isso errado não, hein? Todo mundo fala de venda de voto, que não tá certo e isso e aquilo.

Tomás: Mas você tem que ver as condições dessas pessoas que vendem. Tem sempre quem queira tirar vantagem disso. Tem voto certo, mas fala que vendeu. E isso também não é errado não?

V: Antigamente era mais certo. Agora isso tudo aqui tá a maior bagaceira. Antes o pai tratava com alguém o voto dele, da mulher e dos filhos. Agora não, tá tudo errado. Cada um vende seu voto. O pai pra um, os filhos pra outro. Cada irmão vendendo pra um diferente. Isso não tá certo. Antigamente a coisa era melhor.

Airton: Mas é duro viu Carla? Todo mundo fala dessas coisas de venda de voto. Você sabe que eu não tinha [gesto de dinheiro] pra comprar nada de ninguém. Mas quando você sai andar pelo Mato pra conversar com as pessoas...

C: Pra pedir voto?

A: É. Chega assim lá pela hora do almoço, ninguém lhe atende fora de casa não. Chama pra dentro e leva pra cozinha, reúne todos os filhos pequenos e te mostra as panelas vazias e as crianças sem almoço. É de você ficar sem jeito. Não é assim que a pessoa te peça dinheiro, mas o cabra fica sem jeito até de deixar de oferecer. Não chega e diz “quanto você quer pra votar em mim?”. Quer dizer, nem sempre né?! Tem de tudo. Mas que eu já deixei o que tinha no bolso, neste caso que te falei, por exemplo?! Não tinha como não deixar.

C: E quanto você deixou?

A: 20 reais, o que tinha no bolso. Mas não podia ir pra casa almoçar pensando naquela criança sem almoço. Não tem como separar, assim, é compra, não é compra. É complicado, viu?! Você sabe que eu sou de esquerda; não sou a favor dessas coisas. (Diário de campo, 17/03/2010).

Realizar uma pesquisa sobre partidos políticos no sertão de Pernambuco agrega muitas satisfações – satisfações de pesquisa e pessoais, aquela linha tênue da *schize* do trabalho de campo da qual nos fala Jeane Favret-Saada (2005, p. 160) –, mas também muitas dificuldades. As principais delas, no caso desta pesquisa, não foram tanto as dificuldades próprias ao trabalho de campo – contatos, entrada, barreiras e entraves –, mas as dificuldades próprias ao tema de pesquisa, ou seja, a política do sertão de Pernambuco. Estabelecer uma posição – em campo e no esforço de análise – que não tome o sertão como o espaço desconexo das lógicas políticas “modernas” ou como o espaço que resiste – deliberadamente ou não – aos vícios destas mesmas lógicas, mostrou-se um esforço mais árduo do que havia pensado. Neste sentido, ao iniciar este trabalho com o diálogo acima, procuro distanciar-me de ambas as posições, buscando situar a política que observei em prática no sertão pernambucano entre todas aquelas observáveis etnograficamente: uma política submetida às mesmas regulações impostas em todo território nacional, mas que se posiciona, se movimenta, operacionaliza e realiza dobras, que não se adéqua e nem vai contra, mas transita em suas possibilidades.

Este não é um trabalho sobre voto. Se escolhi justamente este diálogo para iniciá-lo foi para mostrar – e também por ser um exemplo claro – como o pensamento sobre uma questão em particular – a venda de voto – varia de um polo a outro entre as apreciações de meus interlocutores de pesquisa. Não há, no que toca à política, qualquer unanimidade discursiva entre aqueles com quem convivi em meu período de campo; nada que me permita, ao menos uma vez, dizer: “sobre esta questão, eles dizem isto!”. A política em ação, aliás, gera qualquer outra coisa que não seja unanimidade. Neste sentido, com um pouco menos de cuidado, tomando-se em conta o tema deste trabalho – os partidos políticos no sertão de Pernambuco – seria possível guiar-se por uma apreciação de certo modo difundida sobre a política sertaneja, a de que tal política se

guia por práticas clientelistas¹, feudalizadas² ou, no pior dos casos, coronelistas³. Por outro lado, nada que seja o espelho da normatividade se encontra, também, na política que pude acompanhar. Trata-se de variação, de dobras específicas, de um jogo pelas possibilidades oferecidas pela normatividade, mas também pelas alianças, parcerias, amizade e adesão.

Deste modo, não é do intuito deste trabalho estabelecer uma comparação entre o que vigora nas legislações partidárias e aquilo que pode ser visto em prática. Muito pelo contrário, procurarei mostrar como os partidos políticos atuam no sertão de Pernambuco, encarando a legislação partidária vigente como uma das possibilidades de ação. Ainda que esta atuação se dê, principalmente, junto ao arranjo entre dois coletivos – grupo político e família –, os partidos políticos são fundamentais para a constituição da política desta cidade, pois agregam mecanismos e lógicas sem as quais todo o cálculo

¹ Maria Teresa Kerbauy (2000), ao realizar o esforço analítico de romper classificações como “tradicionalismo” e “coronelismo”, propõe que se atente para os novos tipos de relações de mediação e interconexão entre o local, o regional e o nacional, buscando interpretar o “novo político local”, típico da fase de transição política que integra definitivamente o local no sistema político brasileiro. Ora, não é disto que se trata aqui. Substituir o termo “coronelismo” por “clientelismo” não muda o panorama que se tem em julgar um espaço desconexo de atraso (o sertão) e aquele outro, maior, desenvolvido politicamente (a política nacional). Busco aqui evidenciar que tal divisão não tem qualquer validade ou utilidade para o caso de minha pesquisa, onde as equações políticas de meus interlocutores de pesquisa não param de levar em conta as regulações partidárias. Tentativa similar é encontrada em Nunes (2003), que busca superar a dicotomia dos “dois Brasis” a partir da análise das transformações e “evolução” do sistema institucional brasileiro.

² Oliveira Vianna (1920), Duarte (1939) e Queiroz (1956/57) são, segundo Carvalho (1997, p.238) os mais “ilustres representantes” desta tradição, que acentua que a ordem privada teria governado sem concorrência com o Estado desde a colonização até a década de 1940, e frente a este panorama, o Estado teria reduzido seu poder somente à tarefa de recolher impostos. Também Héliogio Trindade (1985), em seu famoso artigo sobre a “práxis autoritária” da política brasileira descreve a composição do “arranjo coronelístico” como um modo de articulação entre os interesses políticos do centro e da periferia, esta sendo um compósito de “forças regionais e de interesses feudalizados”. Procurarei mostrar como os interesses que guiam a atividade política de meus interlocutores de pesquisa nada têm de feudalizados e, pelo contrário, é extremamente pouco fortuito, principalmente do ponto de vista do grupo político, separar que parte destes interesses são locais e que parte não o são.

³ Neste caso vale a pena citar apenas dois trabalhos clássicos: *Coronelismo, Enxada e Voto* (1997 [1948]) de Victor Nunes Leal e *Os Donos do Poder* (2000 [1958]) de Raymundo Faoro. Tanto este autor, ao descrever o “sistema coronelista”, que atuaria conjuntamente com o estamento burocrático que dominava a estrutura política brasileira, quanto Nunes Leal ao descrever o sistema de reciprocidade que caracteriza o coronel como o tropo do poder público na municipalidade, foram responsáveis pela popularização do termo “coronelismo” nas ciências sociais. Termo que persistiu, talvez, mais do que o esperado e ainda causa problemas quando posto em análise por alguns autores, como os supracitados.

político de meus interlocutores não se realizaria. Deste modo, a presente dissertação tem por objetivo descrever as configurações e práticas de partidos políticos em Monsanto, município do sertão de Pernambuco, a partir de uma pesquisa intensiva de campo realizada no município entre os meses de fevereiro, março e abril de 2010. Buscarei, aqui, demonstrar os diversos modos de associações entre instituições e pessoas no cotidiano da política local e suas manifestações na dinâmica partidária.

POLÍTICA: O DENTRO E O FORA

Monsanto é um nome fictício, elaborado por Ana Cláudia Marques (2002), referente à cidade em que realizei esta pesquisa. O município está localizado na parte setentrional da microrregião do Vale do Pajeú, sua população é composta por 79.232 habitantes e 55.738 eleitores, segundo os dados do Censo 2010 e do TSE. Conhecido na região como um polo de comércio, educação e saúde, Monsanto dispõe de cinco hospitais⁴, quatro instituições de Ensino Superior e uma Escola Técnica Federal. Como aparatos de cultura e lazer, o município apresenta 3 estações de rádio, 7 jornais de diferentes periodicidades, 6 bibliotecas públicas, 2 museus e 2 teatros (Ministério de Minas e Energia, 2005).

As atividades econômicas predominantes na cidade são a agricultura e a pecuária, e como atividades secundárias estão presentes a silvicultura, o comércio e prestação de serviços. Na agricultura, destacam-se as lavouras permanentes de algodão herbáceo, laranja, coco da Bahia e banana e, como culturas temporárias, feijão, milho, mamona e mandioca. Na pecuária, a caprinovinocultura é uma atividade que faz Monsanto ser reconhecida em Pernambuco – pois é o centro da maior região produtora do setor -,

⁴ Segundo Censo 2010, o município possui 455 leitos e 57 médicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

atraindo feiras e festivais de caprinos e ovinos para a cidade. O Produto Interno Bruto do município é de R\$ 500.637,00 (IBGE - PIB, 2008).

No que toca à oferta de empregos, há escassez de empregos formais por um lado e, por outro, escassez de mão de obra qualificada para alguns postos de trabalho que exigem algum nível de formação técnica. Outro elemento determinante ainda se faz presente, pois existe uma superoferta de profissionais formados nas áreas lecionadas nas faculdades mais antigas da região, como geólogos, biólogos e técnicos de enfermagem. A conjuntura entre oferta de empregos e trabalhadores desempregados foi muito visível, principalmente no acompanhamento da chegada das obras da Ferrovia Transnordestina⁵ à cidade. A necessidade de mão de obra qualificada se fez urgente e um grande contingente de desempregados buscava cursos gratuitos de qualificação junto aos setores públicos. Durante o período de campo, alguns cursos de qualificação técnica foram arrançados pelas empregadoras e por alguns setores públicos do município, mas quando findo o período de pesquisa, a situação ainda não havia se resolvido de forma a satisfazer as ofertas de emprego, por um lado, e o número de trabalhadores desempregados sem qualificação, por outro.

Outra obra de grande infraestrutura que recebia atenção do setor público durante o período de campo era a chamada Transposição do rio São Francisco⁶, que tinha início previsto para o final de 2011. Monsanto localiza-se na região circunscrita como Polígono das Secas, reconhecida pela legislação como objeto das preocupações do setor

⁵ A ferrovia Transnordestina está sendo construída por uma empresa pertencente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O projeto visa ligar os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao cerrado de Piauí, com o objetivo de escoar a produção agrícola e mineral da região. A construção foi iniciada em junho de 2006 e a conclusão do primeiro trecho está prevista para 2013.

⁶ Transposição do rio São Francisco é o nome dado ao projeto “Integração das Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. É um projeto do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração, que visa assegurar a oferta de água, em 2025, para 390 municípios do Agreste e Sertão dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

público, principalmente no que se refere às mazelas que um período longo de estiagem traz para a população de tais municípios. O presente recorte, desta forma, leva em conta alguns dos processos de negociação que foram acompanhados durante a pesquisa por conta destas obras, porém, mantendo o foco na extensão das relações político-partidárias que se manifestam também nestas ocasiões. Apesar de não se apresentar como um problema de pesquisa, o panorama que coloca este município como alvo das atuais obras de grande infraestrutura e desenvolvimento, – de ampla importância para as relações entre população, política local e grandes obras federais – atravessa este trabalho a todo o momento. É necessário levar em consideração que durante todo o meu período de campo, a política local estava envolvida com negociações e demandas relacionadas a tais projetos, vindas do setor público, empresas privadas, governos estadual e federal e, principalmente, da população local – agricultores, lideranças locais, ONGs.

Com o intuito de acompanhar os expedientes considerados próprios da atividade política entre meus interlocutores de pesquisa, privilegiei, por opção metodológica, as atuações dos agentes da política na área urbana do município. Dentro dos 2.980 km² ocupados pelo município, a área urbana é habitada por 77,3% da população, apresentando uma densidade demográfica de 26,59 hab/km² (IBGE, Censo, 2010). No acompanhamento dos trabalhadores da política municipal, a maior parte daquilo que me era dado a observar retratava Monsanto como um alvo de planos federais e um núcleo de esforços políticos conjuntos para equiparar a oferta de serviços e infraestrutura com os de grandes centros, principalmente no esforço de minimizar a necessidade de deslocamentos da população. Desta forma, o sertão pernambucano que aqui está retratado é aquele que se encontra dentro de contornos urbanos: é, neste sentido, um sertão do qual não se tem em vista na maior parte dos trabalhos das ciências sociais, a

saber, aquele que busca se ajustar a um projeto político de desenvolvimento, que está sendo empreendido em diversos setores sociais e econômicos do município⁷. As informações sobre a população rural que disponho para este trabalho provinham dos relatos de políticos e de agentes da política local que desempenhavam algum tipo de *trabalho*⁸ ou mantinham suas principais bases eleitorais na zona rural.

Nesta pesquisa é necessário marcar a existência não só dos sons e ruídos – no meu caso, aquilo que me era dado à observação –, mas também dos silêncios. Em minha pesquisa, o sertão associado à imagem da escassez, da pobreza, da falta de recursos e, principalmente, como espaço de relações políticas⁹ que se desenrolam a partir deste cenário era um assunto, por diversas vezes, silenciado. Isto não quer dizer que se tratava de um tema irrelevante. As preocupações com a demora da chuva, a memória dos anos de grandes secas e os questionamentos em relação aos impactos da obra da Transposição do São Francisco eram temas que geravam angústia. Na maioria das vezes, agiam como um ponto de inflexão da conversa, de mudança de assunto e direção.

Na política eleitoral, a principal característica de Monsanto é a existência de dois *grupos políticos*¹⁰ que disputam cargos no município. A cada um destes *grupos* é reconhecido um *líder*, assim como determinadas famílias e partidos políticos que lhes

⁷ Ao contrário de Nunes (1997), não proponho que esta perspectiva se dê pela “evolução institucional” da política brasileira, mas simplesmente pela mudança de olhar analítico, independentemente do período que se tome para o estudo.

⁸ Trabalho consiste em qualquer tipo de obra de assistência, ou até mesmo os esforços publicamente reconhecidos para angariar fundos para benfeitorias em determinadas regiões. Trabalharei melhor este termo no Capítulo 1.

⁹ Aqui me refiro, principalmente, as relações políticas tramadas a partir de benfeitorias para acesso à água, principalmente através da construção de açudes e de poços artesianos, que aparece de maneira muito sutil nas conversas travadas.

¹⁰ A noção de grupo político será amplamente trabalhada no texto, mas descreve um tipo de organização de pessoas que partilham das mesmas aspirações políticas, principalmente dando apoio a uma figura central que aparece como “chefe”, “dono” ou “dirigente” do grupo político, na maioria dos casos, um político de prestígio.

são vinculados. A inteligibilidade da atuação dos partidos e *grupos* políticos na cidade de Monsanto deve levar em conta sua conjugação de forças, na qual nenhum dos elementos deve ser considerado isoladamente, pois é necessário sempre se ter em vista que cada um deles são formas de expressão de uma equação política complexa e mutável.

ENTRADA EM CAMPO

No início de 2008, no momento em que ainda cursava meu último ano de graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), passei a me interessar cada vez mais pelo tema de pesquisa de meu orientador, Prof. Jorge Villela, a saber, política, violência e família no interior de Pernambuco. Quando o procurei, nesta mesma época, dizendo-lhe que queria estudar política – sem qualquer delimitação precisa a respeito do tema – no interior de Pernambuco, ele me indicou alguns temas dos quais achava ainda relevante fazer algum trabalho. Ao decidirmos pelos partidos políticos, procurávamos retratar tanto um objeto ainda não privilegiado pela antropologia da política¹¹, ainda que recorrente em boa parte da produção desta linha de pesquisa. Outro motivo fundamental para minha escolha deve-se à avaliação, por parte de meu orientador, do grande potencial de um estudo sobre partidos políticos no sertão do Pajeú, como dito acima, espaço de apreciações diversas sobre a política por parte das Ciências Sociais, boa parte delas, marcadas pela falta ou pela exotização.

¹¹ Segundo Goldman e Palmeira (1996), durante as décadas de 1950 e 1960, os trabalhos acerca das eleições, no Brasil, apontaram na direção de uma visão interna de tal fenômeno, levando em consideração, principalmente, os partidos políticos. Para o autor, essa valorização dos partidos como centrais, legítimos e representativos remete a um condicionamento histórico preciso, além do fato que essa supervalorização do tema é, ao mesmo tempo, responsável pela desvalorização de outras esferas também constituintes do processo eleitoral. O autor defende, portanto, ao contrário de uma visão pela falta (de racionalidade, informação, organização partidária etc.), uma postura diferenciada em relação a estes fenômenos, propondo uma análise de todas as esferas que também estão em jogo neste processo, como a cobertura jornalística, as pesquisas de opinião, os comportamentos dos eleitores durante o período das eleições, por acreditar que este período é especialmente rico, diferenciado e explicativo para as indagações acerca do político. A proposta aqui, então, é resgatarmos o objeto previamente descartado pela análise antropológica da política: os partidos políticos – é verdade que não podemos dizer que os partidos políticos não entram nas abordagens destes trabalhos, mas nunca se mostraram como o objeto central.

Em março de 2009, já cursando meu primeiro ano de mestrado em Antropologia Social, meu orientador me colocou em contato com a advogada dirigente do escritório político de um deputado federal de Monsanto, uma das grandes cidades do sertão do Pajeú, assim como uma das quais ele mesmo já havia pesquisado – e ainda pesquisava. Desde então, passei a estabelecer contato por e-mail com a advogada – Brigitte Araújo –, o que me possibilitou a primeira impressão da realidade da pesquisa, o primeiro contato estabelecido, a primeira interlocutora de pesquisa. Brigitte, logo nos primeiros e-mails que trocamos, assegurou-me a viabilidade total da pesquisa, o que de certo modo tranquilizou-me, diminuindo a ansiedade sempre presente nas negociações da pesquisa de campo.

Desde então, Brigitte e eu começamos a trocar informações. De minha parte, explicitava meus interesses de pesquisa, enquanto ela me auxiliava a determinar qual o período mais viável para realização do trabalho de campo. Decidimos, por conta do tempo do curso de mestrado e também a partir de minhas intenções de pesquisa, que seria interessante acompanhar o período que antecederia as eleições majoritárias e proporcionais de 2010. A data fixou-se na segunda quinzena de fevereiro de 2010, logo após o carnaval. Em um dos e-mails que trocamos, Brigitte me deu uma primeira descrição das atividades realizadas no escritório político em que trabalhava, assim como de suas funções por lá. Inteirou-me das atividades do deputado federal Vitório Cordeiro (PR) – Brigitte é chefe do escritório político –, assim como passou a estabelecer algumas particularidades em relação ao seu trabalho, que foram fundamentais para minha chegada a campo.

Quando finalmente cheguei a Monsanto, em fevereiro de 2010, instalei-me em uma pousada recomendada por Brigitte, que ficava em uma travessa da principal avenida da cidade, avenida na qual se encontrava o escritório político do deputado Cordeiro.

Como dito acima, Monsanto tem em torno de 79.000 habitantes. Entretanto, por causa das obras da Ferrovia Transnordestina, um número muito maior de pessoas encontrava-se na cidade no momento de minha chegada. Por conta disto, era difícil achar um lugar disponível para moradia e, dada a recente chegada das instalações de um campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), todas as pensões encontravam-se lotadas, pois muitos estudantes haviam se mudado para a cidade.

Instalada na pousada, logo procurei Brigitte no escritório político. Ela foi a responsável por me apresentar aos demais funcionários e voluntários que ali trabalhavam, que me receberam sem grandes ressalvas em relação a mim e ao que estava fazendo por lá. Brigitte foi muito gentil, crucial neste primeiro momento de trabalho de campo, mas pude perceber que esta facilidade de entrar em campo também foi propiciada pelo fato de o escritório ser um espaço público, que visava atender a população, sem qualquer tipo de restrição. A partir dos vínculos formados no escritório político, principalmente com as pessoas que ali trabalhavam dando suporte ao deputado Cordeiro e também a seu grupo político, comecei a transitar pela cidade na companhia destas pessoas que, assim como Brigitte, se tornaram interlocutores cruciais para esta pesquisa. Cada integrante do escritório político mantinha relações mais próximas com alguns indivíduos envolvidos na política de Monsanto, pertencente não apenas ao grupo político liderado pelo deputado Cordeiro, mas também ao grupo rival e a partidos independentes. Outro ponto importante para estabelecer contatos fora do escritório político foi a amizade com a delegada da cidade – Leila –, hospedada na mesma pousada na qual me estabelecera. Seu namorado, que também virou um amigo próximo, era um parente distante da principal família do grupo político rival, e seu suporte para meu trabalho de campo mostrou-se, também, fundamental. Através deste contato estabelecido com alguns dos envolvidos na política municipal, pude então agendar

algumas conversas com estas pessoas, conversas estas que alguns faziam questão de frisar que se tratava de entrevistas – em um destes casos, foi me pedido até mesmo um *script* dos temas e assuntos que seriam abordados. Comecei, também, a transitar pela cidade, procurando entrar em contato com as pessoas que me eram apresentadas por um destes meus interlocutores de pesquisa. Mantive contato com políticos, ex-políticos, presidentes de partidos, membros do grupo político que *agiam nos bastidores* e parentes das famílias ligadas aos grupos políticos.

Durante a minha estadia em campo, passei a ser convidada a participar das atividades políticas da cidade, como sessões da Câmara Municipal de Monsanto, inaugurações e homenagens. No segundo mês da pesquisa, fui convidada a me hospedar na residência da secretária do escritório político, o que me possibilitou uma maior inserção no campo, pois, dia e noite, conversávamos sobre os assuntos recorrentes do escritório político, ainda que, fora daquele espaço, ela sempre guardava certas restrições sobre tais assuntos. No último mês de pesquisa, me hospedei na casa de Leila.

Ao longo de minha pesquisa, meus contatos tornaram-se muito mais próximos aos agentes da política, membros do grupo político, do que com os eleitores. Mesmo no contato com os eleitores, eu era vista como alguém que participava das atividades do escritório político, uma agente da política.

METODOLOGIA

Como apontado acima, pude acompanhar as rotinas diárias de funcionamento do escritório político e de seus funcionários. Realizar esta pesquisa através deste posicionamento me foi de grande valia, pois no início do período de campo encontrei alguma resistência de algumas pessoas, que julgavam impossível uma compreensão

coerente da política municipal de Monsanto, principalmente pela minha posição como *forasteira*. De alguma forma, com o passar do tempo, fui incorporada como uma trabalhadora do Escritório, principalmente por que muitas pessoas, excetuando-se os assessores diretos e a chefe do escritório político, acreditarem que eu estava ali a mando do Deputado Cordeiro. Até mesmo um trabalhador voluntário do escritório político só soube que eu não era vinculada ao deputado federal em questão na última semana de campo. Essa posição foi ainda mais reforçada quando, depois de um mês e meio de pesquisa, fui convidada a me hospedar na residência da secretária do Deputado Cordeiro.

A pesquisa foi realizada nos meses de fevereiro, março e abril de 2010, na cidade de Monsanto. O acompanhamento das atividades políticas do município, assim como o contato direto com diversos trabalhadores da política municipal e também dirigentes políticos foi crucial para a execução desta pesquisa. Através destes contatos, pude transitar entre Câmara de Vereadores, o escritório político do deputado federal Vitório Cordeiro, a Prefeitura, e escritórios e residências de trabalhadores da política, dirigentes de partidos, dirigentes políticos, entre outros.

Os deslocamentos dos funcionários do escritório político constituem um segundo ponto de apoio desta pesquisa. Desde o início, por me inserir no cotidiano do município a partir do escritório político, fui convidada a participar das atividades que envolviam os funcionários do escritório em outras partes da cidade. Inicialmente, acompanhei os funcionários do escritório em eventos que exigiam a participação de um grupo representante do Deputado Cordeiro, como reuniões com políticos da região para discussão acerca de obras de infraestrutura da cidade, representantes das empreiteiras que estavam chegando à cidade, inaugurações de obras municipais, reuniões de secretarias do município, reuniões de vereadores, eventos de homenagens, entre outros.

Com o passar do tempo, acompanhei as modalidades de trabalho específicas desempenhadas pelos trabalhadores do escritório político. Nestas ocasiões, pude conhecer as atividades desenvolvidas junto aos membros do grupo político de Cordeiro e também trabalhos desempenhados individualmente pelos *voluntários* do escritório político.

Após um mês acompanhando suas atividades, os funcionários do escritório político passaram a agendar encontros com pessoas que julgavam importantes para minha pesquisa. Como foram situações nas quais fui colocada, todos ao meu redor começaram a chamar tais encontros de *entrevistas*¹². Porém, é necessário dizer que por maior que fosse a formalidade destes encontros, principalmente pelos horários e locais serem previamente agendados, não segui nenhum tipo de roteiro. As *entrevistas* seguiam o ritmo de uma conversa, principalmente sobre a participação de cada uma dessas pessoas na política municipal de Monsanto, dos relacionamentos com eleitores, trabalhadores da política e componentes do grupo político. É necessário dizer que em uma dessas ocasiões, um vereador se negou a conversar comigo sem que eu apresentasse, previamente, minhas questões. Essas conversas se apresentam como um terceiro alicerce para meus apontamentos.

Pode-se ainda apontar como fonte de dados um conjunto de documentos¹³, jornais¹⁴ e livros¹⁵ coletados durante o período de campo. Esses materiais ajudam na

¹² Coloco a palavra *entrevista* em itálico, por se apresentar também como uma categoria operacionalizada entre meus interlocutores de pesquisa, uma vez que não realizei entrevistas – no sentido tradicional desta ferramenta de pesquisa. Realizei, antes, encontros formais para conversas sem nenhum tipo de questionários ou determinações prévias.

¹³ Os documentos coletados referem-se manuais de normas e legislações aplicadas aos partidos políticos, principalmente, guias para as formalidades das eleições utilizados pelos funcionários do escritório político. Utilizo este material para discutir as atividades dos Partidos Políticos em sua relação com as instâncias da Justiça Eleitoral, principalmente nos capítulos 1 e 3.

¹⁴ Coletei um jornal semanal durante minha estadia em campo, pois se trata de um periódico que discute ações políticas da cidade. Este material foi de grande valia para compreender algumas relações entre os grupos políticos da cidade, relações discutidas no capítulo 2.

compreensão de alguns pontos vivenciados em campo, principalmente em relação às interações de um *grupo político* e burocracias eleitorais.

PROBLEMAS

A via condutora desta exposição é a hipótese de que, apesar de comporem outros coletivos em sua atuação política no sertão de Pernambuco, os partidos políticos aparecem como instâncias fundamentais para a atividade política entre meus interlocutores de pesquisa, uma política que possui estratégias, características e objetivos próprios, composta por um conjunto de signos, que se indicará de maneira mais densa ao decorrer da presente exposição. O que se procura evidenciar é o funcionamento dos partidos políticos como uma ferramenta fundamental, que agrega a possibilidade de atuação de determinadas lógicas políticas, através da operação de mediações entre as dinâmicas estatais burocráticas dos processos eleitorais e algumas instâncias de cunho político, que ao funcionarem em conjunto, concebe-se como a política local.

Ao estudar os partidos políticos neste município procura-se mostrar, então, seu funcionamento e funcionalidade para a política local, negando, por um lado, a inexistência das lógicas “modernas” da democracia no desenrolar da política eleitoral sertaneja e, por outro, evidenciando o uso dessas esferas políticas para a manutenção das lógicas políticas locais. Dessa forma, não se procura classificar a política de tal município como alinhada ou não aos princípios atuais da democracia participativa, ou mesmo medir seu grau de paridade com a política desenvolvida nos grandes centros.

¹⁵Utilizo um livro de um ex-prefeito da cidade sobre a história de Monsanto e outro sobre ideologia política de Vitório Cordeiro. Estes livros foram fundamentais em diversos pontos do trabalho, principalmente na compreensão da importância das relações entre famílias e política municipal, e também para elucidar o tipo de trabalho proposto para o desenvolvimento e integração do município.

Para dar conta destas questões, fez-se pertinente¹⁶ desenvolver alguns temas que aparecem imbricados na atividade política de tal município, principalmente acerca dos *grupos políticos* e das famílias. Procura-se discutir os dados de campo acerca dos temas supracitados com uma bibliografia proveniente da antropologia da política, mas também com algumas produções da ciência política, pela maior aproximação da segunda com o objeto primordial deste estudo.

DIVISÃO E ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A divisão de capítulos aqui aplicada é absolutamente artificial. Como já citado, a política municipal de Monsanto é constituída a partir de coletivos que atuam e se imbricam num intrínseco processo de retroalimentação: tratar sobre partidos políticos e grupos políticos como esferas isoladas, ou ainda reservar um capítulo especialmente para a descrição da rotina e funcionamento do escritório político, é impróprio, uma vez que uma instância somente adquire consistência e funcionalidade em conjunto com as demais. Determino, portanto, uma divisão para fins analíticos, para que se possa também inquirir sobre a natureza dessa ligação entre tais esferas.

No primeiro capítulo serão abordados os partidos políticos a partir das práticas em que estão inseridos na política do município de Monsanto. O ponto de partida é uma análise dos principais códigos da legislação brasileira que delimitam a participação dos partidos políticos na arena eleitoral – Código Eleitoral, Constituição Federal, Lei da Inelegibilidade, Lei das Eleições e Lei dos Partidos Políticos –, pois interessa investigar a maneira pela qual os partidos políticos adquirem centralidade no processo eleitoral brasileiro. Tratarei, após esta discussão, dos partidos políticos em Monsanto. O foco

¹⁶ Trabalhar a atuação política dos grupos políticos e famílias em conjunto com partidos políticos não fazia parte do projeto original desta pesquisa. Entretanto, a partir das questões surgidas na pesquisa de campo, principalmente no esforço de análise de meus dados, mostrou-se inevitável problematizar essa conjugação de forças existente em Monsanto.

aqui estabelecido procurará apreender, principalmente, o envolvimento entre partidos e candidatos no período da campanha eleitoral e no período entre as eleições, que se faz importante não só na arregimentação de filiados e nas burocracias envolvendo preparações para as eleições seguintes, como também no direcionamento das ações dos candidatos e no auxílio ao exercício do mandato. Discutirei aqui, principalmente com a produção da antropologia da política (Bezerra, 1999; Coradini, 2001). Ao tratar sobre as legendas partidárias, buscarei descrever como um conjunto de representações – não apenas partidárias – pode estar agregado a um político e como este pode ser situado em diversos coletivos (como *grupo* e *família*) comuns aos meus colaboradores de pesquisa – representações que não se dão somente através do partido político, ainda que este se situe entre os principais coletivos. Precisamente, o que procurarei demonstrar é o sentido inverso que o termo representação ganha entre meus interlocutores de pesquisa, significando muito mais o que um político representa para seus eleitores do que quais eleitores este político pode representar. Sentido inverso em relação ao que foi construído pela filosofia política e, posteriormente, pela ciência política, motivo pelo qual exponho alguns desses trabalhos (Rousseau, 2006; Locke, 2005; Weber, 2004; Hobbes, 2003). Outro aspecto importante que será tratado neste capítulo é a relação entre a pertença a uma família ou a um território, e suas implicações para a equação política em Monsanto, que discutirei com Marques (2002) e Villela (2008). O *Serviço prestado* e *trabalho* também serão tratados no capítulo, como dois conceitos que constituem um coletivo que é relacionado às representações políticas, principalmente denotando a atenção ou eficiência de um político entre seus representados. Por fim, discuto com Canêdo (2005) e Garrigou (2005) para mostrar como a fixidez atribuída aos partidos políticos pelo sistema eleitoral, trata-se, na verdade, de um efeito de perspectiva, ideia que defendo a partir do caso de Monsanto.

No segundo capítulo discutirei os elementos constitutivos dos grupos políticos, partindo da descrição de sua estrutura, delineando seus agentes e indicando as formas de sua composição, assim como de sua existência cotidiana na política eleitoral de Monsanto. Procurarei mostrar como este exercício de descrição é, necessariamente, um exercício de montagem, de encadeamento de diversas partes que são as contribuições nativas para a inteligibilidade do grupo político, sempre parciais. Não se encontrará, neste sentido, qualquer tentativa de traçar os limites definitivos do grupo político, mas buscarei mapeá-lo de acordo com as perspectivas oferecidas por meus interlocutores de pesquisa. Indicarei como a cor do grupo político é inteiramente assimilada pelos habitantes de Monsanto, como o principal índice de sua existência para a população, principalmente no período eleitoral. Um esforço analítico será feito, também, no sentido de descrever a organização interna do grupo político, marcando a posição de liderança de cada grupo como seu núcleo duro e apontando como as demais posições de influência no interior do grupo dependem inteiramente da relação de seus integrantes com a estrutura político-administrativa da cidade, assim como com outras esferas de governo. Buscarei relacionar, também, o modo como os grupos políticos compõem partidos e atualizam relações de parentesco, aproximando membros que passam a se identificar como pertencentes da mesma família, por intermédio, ou não, de algum parente em comum. Realizarei o esforço de mostrar, similarmente, como a relação entre partidos e grupos políticos abrem novas possibilidades distintas daquelas resultantes da relação entre partidos políticos em uma mesma coligação partidária. Por fim, tratarei das alianças entre políticos no interior de um grupo político a partir de um caso observado em campo, no qual dois antigos rivais passaram a compor o mesmo grupo. A principal bibliografia com a qual discutirei neste capítulo, são trabalhos da antropologia da política e da antropologia processualista, principalmente sobre os termos *facção*, *redes*,

grupos diádicos não-corporados e quase-grupos (Barnes, 1968; Landé, 1977; Mayer, 1977).

No terceiro e último capítulo desta dissertação, farei uma apresentação do escritório político do deputado Vitório Cordeiro, de suas atividades, funcionalidades, particularidades, assim como de seu cotidiano e de sua rotina. O intuito é demonstrar, a partir da descrição desta instituição, inicialmente, como os *atendimentos* – que é a principal função do escritório político – constituem uma importante parcela da atividade política e, ainda, a maneira como este tipo de serviço é oferecido por um Deputado Federal em seus redutos eleitorais. A descrição transcorrerá pela estrutura, os agentes e os tipos de funções desta instituição dentro da esfera municipal. Entre os agentes do escritório político, encontram-se os *funcionários*, contratados através do gabinete do deputado Cordeiro, que realizam um eixo de serviços que denomino de *burocrático-jurídicos*, e, também, os *voluntários*, trabalhadores não contratados do escritório político que, entretanto, possuem sua rotina de trabalho no interior desta instituição e desenvolvem um tipo especial de serviço que denomino de *logístico*. Estas pessoas realizam um *expediente* regular de trabalho no escritório político do deputado Cordeiro, que se divide entre os serviços de *atendimento* à população, os trabalhos relativos às *campanhas e às burocracias* e as relações estabelecidas com *informantes e informações* que chegavam diariamente ao escritório político. Dialogo, neste capítulo, principalmente com os trabalhos da antropologia da política, em especial com Goldman (2006), Heredia (2002), Barreira (2002), Villela & Marques (2002), Abèlés (1991; 2001) e Goldman & Silva (1998). Por fim, procuro dar visibilidade às diversas partes constitutivas da política de Monsanto em movimento – ponto de vista assumido quando passei a integrar uma parte fundamental da atividade política: o canal de atendimentos.

CAPÍTULO 1: OS PARTIDOS POLÍTICOS EM MONSANTO

Este capítulo aborda os partidos políticos a partir das práticas em que estão inseridos na política do município de Monsanto. O ponto de partida é uma análise dos códigos da legislação brasileira que delimitam a participação dos partidos políticos na arena eleitoral, pois me interessa investigar a maneira pela qual adquirem centralidade no processo eleitoral brasileiro. O que pretendo discutir é como estes saberes delimitam o campo de ação, a existência e as formas de atuação dos partidos políticos no presente. Neste sentido, procuro colocar a partir de minha perspectiva etnográfica, a seguinte questão: o que hoje fazem os partidos, quais são sua importância e suas atividades na política de um município?

1.1 - LEGISLAÇÕES ELEITORAIS

Os principais códigos que conduzem a existência dos partidos políticos no Brasil são: Código Eleitoral, Constituição Federal, Lei da Inelegibilidade, Lei das Eleições e Lei dos Partidos Políticos¹⁷.

O Código Eleitoral foi instituído pela Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965¹⁸. É um compêndio das leis, normas e disposições que assegura o exercício dos direitos políticos, notadamente aqueles referentes ao direito de votar e ser votado. Mesmo redigido durante o Regime Militar, este código prevalece ainda hoje, acrescido de algumas incorporações por meio de resoluções, decretos ou instruções normativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como se sabe, o Código Eleitoral assegura a

¹⁷ O Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza todos esses códigos em seu sítio eletrônico (www.tse.jus.br/legislacao), por meio de arquivos de leitura eletrônica e também em formato áudio-livro, para a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva.

¹⁸ O Código Eleitoral de 1965 é válido até os dias de hoje. Foi o 5º Código eleitoral instituído no Brasil, antes deste vigorava o Código Eleitoral de 1950.

igualdade política entre os cidadãos, a partir da garantia de que qualquer cidadão, que respeite as condições de alistamento e de elegibilidade, pode concorrer a um cargo eletivo. Entretanto, registros de candidaturas, votações e eleições só podem ocorrer a partir de instituições também asseguradas por esta Legislação: partidos políticos nacionais.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 institui o Estado Democrático a partir da descrição dos direitos individuais e sociais assegurados pela Legislação, assim como a estrutura político-administrativa do Estado, seus órgãos e respectivos encargos. O Título II da Constituição Federal, que assegura os Direitos e Garantias Fundamentais – a partir de uma vinculação entre os direitos individuais e coletivos – dedica um capítulo aos Direitos Políticos e outro aos Partidos Políticos. Em relação aos Direitos Políticos, são colocadas as condições necessárias ao exercício do voto e à elegibilidade, estabelecendo igualdade política a todos os cidadãos por meio do sufrágio universal, direto e secreto, ou seja, os mecanismos fundamentais instituídos para assegurar a soberania popular. A existência dos Partidos Políticos aparece como uma condição para o exercício democrático, sendo livre sua criação, fusão ou extinção, ao mesmo tempo em que todo o funcionamento do processo eleitoral passa a ser determinado por estas esferas.

Diversos adendos foram incorporados à Constituição Federal de 1988 ao longo do tempo, por meio de Emendas e Leis Complementares. Dois conjuntos de Leis são de grande relevância para o problema colocado neste capítulo: a Lei da Inelegibilidade¹⁹ e a Lei dos Partidos Políticos²⁰. A Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, conhecida como Lei da Inelegibilidade, estabelece as principais condições para a

¹⁹ Adendo ao Art. 14, § 9º da Constituição Federal (TSE, 2010).

²⁰ Regulamenta os Artigos 17 e 14, § 3º, Inciso V, da Constituição Federal (TSE, 2010).

Elegibilidade, desde as qualidades necessárias ao alistamento eleitoral²¹ até o registro das candidaturas. Por sua vez, a Lei dos Partidos Políticos - Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – incide sobre todas as regras destinadas a criação, organização, funcionamento e fiscalização dos partidos. Atua na regulamentação dos processos de Registro, Filiação Partidária, Propaganda e Contabilidade dos Partidos Políticos, assim como determinando os órgãos competentes ao registro, acompanhamento e fiscalização das atividades partidárias.

A Lei das Eleições, Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997, regulamenta a organização das eleições majoritárias e proporcionais²² em todo território nacional. Aborda os processos de coligações e registros de candidatos, e fornece resoluções sobre as formas legais de arrecadação de recursos para as campanhas, as prestações de contas, as propagandas eleitorais e condutas durante as eleições. É neste código que está fixada, como lei, a data das eleições.

Podemos encontrar orientações comuns em todos esses códigos, que se relacionam a um conjunto de preocupações que estabelecem diretrizes para a organização e participação dos partidos políticos no processo eleitoral. Essas orientações são importantes na presente discussão, pois são elas que modelam um sistema no qual os partidos políticos (no plural, uma vez que o pluripartidarismo é uma condição assegurada e estimulada por meio desses códigos) são uma engrenagem fundamental para toda estruturação eleitoral.

²¹ Os candidatos a cargos eletivos também devem ser eleitores. Por isso, a Lei da Inelegibilidade reitera que para disputar cargos, todas as incumbências e burocracias ligadas ao eleitor, desde o alistamento até as votações, devem também recair sobre os candidatos.

²²O Código Eleitoral – Parte Quarta, Título I, art. 83 – e a Constituição Federal de 88, art.77, §2º - estabelecem o princípio majoritário nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores, Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito (TSE, 2010).

A presente abordagem propõe uma interpretação desses códigos para o entendimento de como partidos políticos são condições primeiras do sistema eleitoral brasileiro, e por isso expor cada uma das etapas que compreendem a participação dos partidos políticos na estruturação de todo o sistema eleitoral é indispensável. A importância desta atividade está em tentar aproximar os temas que estão descritos nestes códigos à política desenvolvida cotidianamente em Monsanto.

Estruturas da Justiça Eleitoral

Institucionalizam-se como órgãos da Justiça Eleitoral, por meio das legislações eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juizes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

O TSE tem jurisdição em todo o país e é composto por dois Juizes do Tribunal Federal de Recursos e três Juizes dentre os Ministros do Superior Tribunal Federal – estes são escolhidos mediante eleição, com voto secreto. Ainda são delegados dois advogados para a composição deste Tribunal, escolhidos pela Presidência da República, dentre seis notáveis advogados indicados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). É função do TSE processar o registro e a cassação dos partidos políticos, dos seus diretórios nacionais, e dos candidatos à Presidência e à Vice-Presidência. Cabe ainda a este órgão a arguição sobre os processos de inelegibilidade, assim como da reclamação das obrigações impostas aos Partidos Políticos, no que toca a suas respectivas contabilidades e apuração da origem de seus recursos. Suas decisões devem ser tomadas de maneira unânime, com base na interpretação do Código eleitoral em face à Constituição Federal. É este órgão que se responsabiliza pelo auxílio às consultas e dúvidas administrativas dos órgãos nacionais dos Partidos Políticos, assim como pela publicação das diretrizes e notícias sobre as eleições – por meio de Boletins Eleitorais.

Os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) compõem-se de dois juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça, dois Juízes de Direito do Tribunal de Justiça, um Juiz Federal do Tribunal Federal de Recursos, que são escolhidos mediante eleições e por voto secreto. São ainda nomeados pela Presidência da República dois advogados de notável conhecimento jurídico, indicados pelo Tribunal de Justiça. Os TREs deliberam, por maioria de votos, em sessões que contem com a participação da maioria de seus membros. Cabe a estes Tribunais processar, julgar e cancelar o registro dos Diretórios Estaduais e Municipais dos Partidos Políticos, bem como dos candidatos a Governador e Vice-Governador e dos membros do Congresso Nacional e Assembleias Legislativas – e também os processos de inelegibilidade de tais candidatos. É a este órgão que os partidos políticos submetem suas listas de nomes da direção e de seus respectivos integrantes; essa exigência existe pela necessidade de se fazerem públicas tais informações, cabendo ainda a estes órgãos verificar quem são os representantes dos Partidos Políticos. Cabe a estes Tribunais, também, a responsabilidade da transmissão das obrigações impostas aos Partidos Políticos quanto a sua contabilidade e à apuração da origem dos recursos, assim como a apuração dos resultados parciais das eleições, enviados pelas Juntas eleitorais.

Os Juízes Eleitorais se encarregam da jurisdição sobre as Zonas Eleitorais e atuam conjuntamente com Promotores do Ministério Público local. Cabe aos juízes eleitorais cumprir e fazer cumprir (por candidatos, eleitores e Partidos Políticos) as determinações do TSE e do TRE, assim como julgar e punir os crimes eleitorais cometidos em sua Zona Eleitoral, tomando conhecimento de toda reclamação que lhes forem feitas verbalmente ou por escrito e tomar as providências que cada caso exigir.

Para administrar toda sua área de jurisdição, cabe aos Juízes Eleitorais dividir a Zona Eleitoral em Seções Eleitorais, assim como determinar os locais de cada seção

eleitoral e organizar a lista de eleitores de cada Seção. É de sua função, também, dirigir os processos eleitorais, determinando a inscrição e exclusão de eleitores e registros dos candidatos a cargos eletivos municipais, reportando suas ações ao Tribunal Regional. De uma maneira geral, os Juízes Eleitorais atuam para garantir a ordem do serviço eleitoral e tomar todas as providências necessárias para evitar os atos de crime eleitoral durante as eleições.

As juntas eleitorais são compostas por Juízes de Direito e de 2 a 4 cidadãos nomeados por estes juízes, para auxílio nos escrutínios. As competências das Juntas Eleitorais se resumem a apurar as eleições realizadas nas Zonas Eleitorais sob sua jurisdição, às resoluções dos casos de impugnação e pendências durante os trabalhos de contagem e apuração e à expedição de boletins de apuração. É função dos membros civis das Juntas Eleitorais lavrar as atas das eleições, protocolar recursos e totalizar os votos apurados, reportando-os aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Partidos Políticos

A legislação eleitoral brasileira caracteriza como livres os processos de criação, fusão e extinção de Partidos Políticos. Pretende-se, deste modo, resguardar a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. O partido político deve ser de constituição nacional, sendo vetado qualquer tipo de dependência com entidades e governos estrangeiros, devendo subordinar-se somente aos códigos legais brasileiros e à Justiça Eleitoral. É vedado, ainda, ao partido político, organizar-se militarmente ou utilizar de organização de mesma natureza, sendo proibido até mesmo o uso de uniformes por seus membros. Entretanto, a legislação assegura o direito e autonomia para definir sua estrutura interna, assim como sua organização e funcionamento a partir dos estatutos internos, que também devem resguardar a fidelidade partidária e as normas de disciplina.

O Código Eleitoral e a Constituição Federal de 1988 estabelecem regras de orientações mais gerais aos partidos políticos, como os modos de criação e os tipos de vínculos que necessitam manter com os órgãos constituintes da Justiça Eleitoral. É somente a chamada Lei dos Partidos Políticos, ou seja, uma regulamentação sobre alguns artigos da Constituição Federal, que estabelece diretrizes mais específicas sobre o funcionamento e as regulamentações de cada partido político – resguardando sempre aos membros do partido a responsabilidade de estruturação interna a partir de seus estatutos. Essa legislação correlata assegura, por exemplo, que os filiados dos partidos tenham igualdade em direitos e deveres no que toca à atuação política e às atividades realizadas no interior dos partidos. Um ponto importante é o estabelecimento de que a inelegibilidade²³ não impede a filiação partidária, somente sendo vetada a filiação daqueles que não estejam em posse de seus direitos políticos – ou mesmo dentro das condições necessárias ao alistamento eleitoral.

A maior mudança efetuada pela Lei dos Partidos Políticos em relação às legislações supracitadas é o estabelecimento dos Partidos como pessoas jurídicas de direito privado, que necessariamente precisam de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e somente a partir deste registro podem inscrever-se junto ao TSE – posteriormente esta exigência também constará na Lei das Eleições – e garantir a exclusividade de sua denominação, sigla e símbolo. É só a partir do momento em que os partidos se tornam pessoas jurídicas devidamente registradas no TSE que podem participar do processo eleitoral; é também uma das condições necessárias para receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao horário eleitoral reservado nas mídias televisivas e de radiodifusão. Um ponto que não deve ser desconsiderado é que a

²³ A questão da inelegibilidade é de grande importância para a política de Monsanto, sendo um dos temas que exige grande atenção de assessores e candidatos. Por esta razão, é um ponto crucial a ser trabalhado, pois é uma das entradas que faz a Legislação Partidária ser importante e constantemente referida no cotidiano da política municipal.

partir do momento em que os partidos políticos passam a ter existência como pessoas jurídicas, passam a lhes ser imputáveis também todas as determinações direcionadas às pessoas jurídicas, estabelecidas a partir do Código Civil.

Para concorrer às eleições, os partidos, e não os candidatos, precisam apresentar e registrar as suas *chapas* – formadas após votações nas convenções partidárias – aos órgãos da Justiça Eleitoral. Os candidatos ao pleito têm que ser registrados, até o dia 5 de julho do ano em que ocorrerá a eleição, pelo partido político; somente podem concorrer às eleições os candidatos indicados por seus partidos. Candidatos a qualquer cargo político – eleições majoritárias ou proporcionais – devem ser filiados ao partido por um período mínimo de um ano. No TSE, são inscritos os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República; Nos TREs, os candidatos aos cargos de Senador, Deputado Federal, Governador, Vice-Governador e Deputado Estadual; e nos Juízos Eleitorais, os candidatos a Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito. As Convenções Partidárias que elegem os candidatos que irão concorrer ao pleito em nome do partido político são realizadas até dez dias antes do término do prazo de inscrição no Cartório Eleitoral; são realizadas por Delegados do Partido, sendo que cada partido pode nomear até três delegados por Zona Eleitoral.

Aos partidos políticos ainda são delegadas, pelas legislações eleitorais, três ações essenciais depois do registro dos candidatos. A primeira é a fiscalização das eleições, cabendo a cada partido nomear dois Delegados em cada município e dois Fiscais em cada seção eleitoral – devidamente registrados no Cartório Eleitoral – para a fiscalização das mesas receptoras de votos. Os Fiscais e Delegados dos partidos podem acompanhar e vigiar a urna desde o momento da votação até a entrega à junta Eleitoral; para este fim, cada partido pode credenciar um delegado para acompanhar a apuração de votos. A segunda ação que necessita da participação dos Partidos Políticos é a

propaganda partidária. A propaganda partidária só é permitida após a definição do candidato nas Convenções Partidárias. Toda propaganda com fins eleitorais precisa, necessariamente, ser realizada pelos partidos políticos e também por eles financiada. Cabe aos partidos toda responsabilidade sobre as propagandas eleitorais, e não aos candidatos. E por este motivo, as Legislações Eleitorais exigem que toda e qualquer forma de propaganda precisa, necessariamente, mencionar a legenda partidária ou da coligação. A terceira ação que necessariamente é delegada ao partido é a contabilidade das candidaturas. Essa contabilidade pode também ser feita pelos candidatos²⁴, mas são aos partidos imputadas as responsabilidades sobre a fixação dos limites de gastos, a definição das fontes de recursos e a escrituração contábil de forma a permitir a aferição da origem de suas receitas e o emprego de toda receita destinada as campanhas de seus candidatos.

Por fim, os códigos da legislação eleitoral, aqui analisados, permitem a reunião entre dois ou mais partidos políticos gerando um novo tipo de organização política, que é a coligação eleitoral²⁵. É conferida autonomia aos partidos políticos para efetuarem tais coligações e as normas sobre elas devem ser descritas nos estatutos de cada partido político. As coligações eleitorais são permitidas para as eleições majoritárias e proporcionais e também cabe a cada partido político decidir sobre seus regimes de coligações, sem obrigatoriedade de seguir um único modelo para coligações nacionais, estaduais, distritais e municipais.

²⁴ No meu caso de pesquisa, me foi evidenciada a importância deste expediente. O Escritório Político do Deputado Cordeiro era também o principal espaço onde as atividades referentes às formalidades exigidas ao Partido Político eram realizadas. Segundo meus interlocutores de pesquisa, existe uma grande preocupação em relação às prestações de conta, principalmente, pela exigência de relatórios minuciosos sobre os gastos de campanha. As pessoas envolvidas com esta atividade me diziam, por exemplo, que era uma das épocas mais estressantes do trabalho realizado pelo Partido Político, que fazia muitos deles perderem o sono até que toda a prestação fosse aceita pela Justiça Eleitoral. Discutirei com mais detalhes este tipo de atividade ao longo do Capítulo 3.

²⁵ Não tive informações sobre a existência de uma Legislação específica sobre as Coligações Eleitorais, sendo descritas suas principais características no Código Eleitoral, por meio de adendos e resoluções complementares.

As coligações, mesmo que congregando candidatos de diferentes partidos, precisam ser inscritas conjuntamente para cada eleição, pois existe o princípio da indivisibilidade da chapa única majoritária, ou seja, os candidatos inscritos em cada chapa concorrem como só um candidato. O partido político coligado só pode atuar isoladamente no processo eleitoral quando questionar a validade da própria coligação; para qualquer outra atividade, os partidos não podem agir em separado, tendo de respeitar a coligação partidária. Cada partido político pode registrar para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.²⁶ As Coligações para eleições proporcionais, a despeito do número de partidos que a integrem, poderão registrar candidatos até o dobro do número de lugares a preencher²⁷; nas unidades da Federação em que os lugares a preencher na Câmara dos Deputados não excederem vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual até o dobro das respectivas vagas.

Condições de Inelegibilidade

Perpassam por todos os Códigos analisados preocupações sobre as qualidades e práticas que colocam aos candidatos condições de inelegibilidade. Essas preocupações concernem não só ao candidato, mas também ao partido político, na medida em que é o partido que será responsável por tomar as providências decorrentes dos processos de inelegibilidade do candidato registrado. Esse pormenor coloca aos partidos uma preocupação adicional no momento do registro de um candidato: não só é necessário um esmiuçado conhecimento sobre as condições de inelegibilidade, mas também sobre a vida de cada candidato e sobre os possíveis arranjos para apresentar substitutos a tempo do pleito eleitoral. Isso porque nos casos de impugnação e inelegibilidade, fica a cargo

²⁶ Lei das Eleições – Art.10 (TSE, 2010)

²⁷ Lei das Eleições - Art.10 - § 1º (TSE, 2010).

dos partidos políticos e coligação substituírem candidatos, sem causar nenhum prejuízo ao vice²⁸.

Existe um conjunto de condições de inelegibilidade para todos os cargos políticos. Elas correspondem inicialmente, aqueles que não preenchem os quesitos exigidos para o alistamento eleitoral²⁹; a filiação em mais de um partido político; dirigentes políticos que tenham perdido seus cargos por infringirem a lei³⁰; pessoas que tenham sido julgadas por abuso de poder econômico ou político³¹; pessoas condenadas criminalmente por crimes contra a fé pública (crimes contra economia popular, a administração pública, ao patrimônio público, ao mercado financeiro, tráfico de entorpecentes e crime eleitoral)³²; e pessoas que tiveram problemas com as prestações de contas relativas ao exercício do cargo político ou função pública³³.

Entretanto, existem também condições de inelegibilidade específicas para cada cargo político. Elas situam-se em três principais eixos de inelegibilidade: por idade, por relações de parentesco e por tempo de afastamento de funções públicas.

Em relação à inelegibilidade por idade, é colocada, pelos códigos, uma idade mínima para cada cargo eletivo. Para concorrer ao cargo de Presidente, Vice-Presidente e Senadores a idade mínima é de 35 anos completos; para os cargos de Governador e Vice-Governador a idade mínima é de 30 anos; esta idade é fixada como 21 anos para

²⁸ Essa determinação só incide sobre as eleições majoritárias. Nos casos de cassação do candidato logo depois do pleito, entretanto, o ato também atinge o vice, pois respeita o fundamento de indivisibilidade da chapa única majoritária – tanto nos casos dos candidatos corresponderem a um só partido ou a uma coligação.

²⁹ Principalmente analfabetos e inalistáveis, ou seja, aqueles que não podem se inscrever como eleitores por não cumprir os requerimentos da Justiça Eleitoral (menores de 16 anos, estrangeiros e quem está privado de seus direitos políticos).

³⁰ Para dirigentes políticos do legislativo, o tempo de inelegibilidade compreende o período referente ao fim do mandato mais os oito anos subsequentes. Para dirigentes políticos do executivo, o tempo de inelegibilidade compreende o período referente ao fim do mandato, mais os três anos subsequentes.

³¹ Ficam inelegíveis para as eleições em que foram diplomados, acrescido dos três anos subsequentes.

³² Ficam inelegíveis durante o cumprimento da pena e os três anos subsequentes.

³³ Ficam inelegíveis por um período de cinco anos.

os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito; e, para o cargo de vereador, são necessários 18 anos completos.

A inelegibilidade por parentesco é aplicável a todos os cargos executivos e também aos cargos dos órgãos da Justiça Eleitoral. O que agrega variabilidade de um caso a outro é o grau de parentesco que produz a condição de inelegibilidade: nos casos de cargos do executivo, são inelegíveis os parentes até segundo grau e no caso de órgãos da Justiça Federal, são inelegíveis os parentes até quarto grau. São inelegíveis no território de jurisdição do titular, o cônjuge e parentes consanguíneos ou afins de dirigentes políticos empossados, por laços legítimos e ilegítimos, ou quem os tenha substituído dentro dos 6 meses anteriores ao pleito. Estão incluídas dentro das relações de parentesco que conferem inelegibilidade, as relações homossexuais, relação estável e de concubinato. A dissolução da relação ou vínculo conjugal no curso do mandato não afasta a inelegibilidade prevista. Só poderão concorrer a cargos de chefia do executivo parentes daqueles que se afastarem do cargo até seis meses antes do pleito.

As pessoas que desenvolvem função pública ou funções empresariais que estejam ligadas de algum modo à administração pública, são inelegíveis para cargos eletivos – tanto para os cargos executivos como para cargos legislativos. Nestes casos, a variabilidade das condições de inelegibilidade está no tempo de suspensão das atividades antes da candidatura, variando de 4 a 6 meses dependendo do cargo que será exercido.

É ainda importante ressaltar, que existem outros códigos que regem as ações dos partidos político, como os estatutos de cada partido político e também os regimentos internos das instituições onde os candidatos irão atuar. Estes códigos estabelecem arranjos entre os membros que constituem essas instâncias e estabelecem diretrizes

individuais e coletivas; são esses outros códigos que estabelecem também a distribuição orçamentária e as modalidades que são lícitas para a aplicação de recursos.

Como já dito anteriormente, as disposições da Justiça Eleitoral sobre os processos de inelegibilidade são de grande importância, principalmente para os agentes da política municipal, pois são eles que cuidam das candidaturas e das formalidades necessárias até a inscrição dos candidatos junto aos TREs. Por conta das disposições legais sobre a inelegibilidade, é necessário aos presidentes e delegados de partidos não só um grande conhecimento a respeito das determinações da Justiça Eleitoral, como também um conhecimento esmiuçado sobre a vida dos candidatos a serem registrados. Como me foi apontado por meus interlocutores de pesquisa, um só incidente na vida pregressa do candidato – como em um dos casos acompanhados, a hospitalização de um candidato em uma eleição- é capaz de deixá-lo inelegível por falta de justificativa ou quitação com a Justiça Eleitoral³⁴.

Os códigos analisados nos revelam que os partidos políticos são instituídos como parcelas essenciais para o sistema eleitoral brasileiro, pois é a partir deles e de suas relações com os órgãos da justiça eleitoral que qualquer processo de candidatura e eleição é estruturado. Por outro lado, podemos perceber que a legislação eleitoral fornece contornos para os partidos, estabelecem suas formas de ação, mas deixam livres seus processos internos de criação, cabendo a cada partido estabelecer suas características enquanto grupos e fazê-las cumprir por cada membro. Entretanto, uma série de restrições é endereçada às constituições de partidos e quadros eleitorais, cabendo ao partido político um jogo de constituição entre aquilo que lhe é definido, a

³⁴ Mesmo que meu trabalho de campo tenha se realizado em um período não-eleitoral, pude acompanhar este tipo de expediente sendo realizado no Escritório Político, pois é um tipo de atividade que exige uma atenção especial desde antes da decisão das composições das *chapas*, que serão inscritas para a eleição.

partir das proibições estabelecidas, e aquilo que lhe é permitido, a partir das liberdades e lacunas fornecidas pela legislação eleitoral.

1.2 - OS PARTIDOS POLÍTICOS EM MONSANTO

Partimos, então, para a descrição e análise do caso empírico em questão. Como eleitores e candidatos de Monsanto elaboram a função e importância dos partidos políticos para o sistema eleitoral? O foco aqui estabelecido procura apreender, principalmente, o envolvimento entre partidos e candidatos no período da campanha eleitoral e no período entre as eleições, que se faz importante não só na arregimentação de filiados e nas burocracias envolvendo preparações para as eleições seguintes, como também no direcionamento das ações dos candidatos e no auxílio ao exercício do mandato.

É importante lembrar, entretanto, que a realização da pesquisa de campo, que fornece os dados à presente análise, foi empreendida em um período não-eleitoral, sendo todas as informações coletadas fruto do convívio com candidatos, políticos e assessores que tinham experiência prévia nas eleições do município – principalmente aquelas referentes às eleições.

Os partidos nas eleições

Sabemos, principalmente a partir da legislação eleitoral supracitada, que não é possível se eleger sem partidos políticos. É preciso ser filiado a um partido há pelo menos um ano antes das eleições e somente o partido político pode registrar as candidaturas para qualquer cargo político. Mas qual é a ajuda dos partidos políticos no momento da eleição?

De acordo com meus colaboradores de pesquisa, o principal envolvimento dos partidos nas épocas de eleições se dá a partir de três frentes: a propaganda eleitoral, a

formação de palanques para comícios eleitorais e as inscrições (trabalho burocrático) referentes à apresentação de candidatos junto aos órgãos da justiça eleitoral.

O principal auxílio material proveniente dos partidos durante a campanha eleitoral é constituinte daquilo que será utilizado pelo candidato; essa doação sempre se dá na forma de materiais já impressos³⁵, – *banners*, panfletos e materiais impressos –, que são oferecidos pelos partidos para candidatos a todos os cargos em disputa. Entretanto, o número de cópias destinadas a cada candidato é sempre fixo e, na maioria dos casos relatados, a quantidade de material oferecida pelo partido político é sempre muito inferior à quantidade necessária para se fazer uma campanha eleitoral. Soma-se, então, ao material fornecido pelo partido, uma série de outros tipos de material de campanha – que chegam ao candidato já no formato a ser divulgado –, a partir de doações de familiares, amigos e aliados.

Se, por um lado, o partido não é capaz de oferecer a quantidade de material necessária para se fazer uma campanha – até mesmo no caso dos vereadores – é responsável pelo *layout* e as informações necessárias do material publicitário dos candidatos. Além do nome ou apelido pelo qual o candidato é registrado junto ao cartório eleitoral, o partido também informa o número do candidato e coloca seu logotipo nestes materiais. Lembremos que segundo a legislação eleitoral, o nome do partido político deve ser sempre divulgado junto ao nome e número dos candidatos.³⁶

Este tipo de participação dos partidos como financiadores de parte do material utilizado na propaganda eleitoral não é submetido a nenhuma lei específica. Por este

³⁵ Segundo meus interlocutores de pesquisa, evita-se doações em dinheiro para investimento em material, para não interferir na prestação de contas de cada candidato.

³⁶ Outra função relacionada à propaganda eleitoral, formalizada por meio dos partidos políticos, é a participação dos candidatos no horário eleitoral. Entretanto, não obtive dados suficientes para sistematizar como se dá este envolvimento entre candidatos e partidos, principalmente, em relação a quais os candidatos podem participar da propaganda veiculada nas mídias televisivas e de radiodifusão.

motivo, esta participação – mesmo que entendida como ínfima perante o volume de materiais necessários à campanha – se dá de diferentes formas entre os partidos políticos. Ao vincular-se a um partido recente ou de pequena estrutura no plano nacional, os candidatos correm o risco de perderem até mesmo este tipo de ajuda material. Desta forma, filiar-se aos partidos políticos que têm maior número de filiados, assim como uma maior projeção nacional, é também uma equação válida para aqueles candidatos que dispõem de poucos recursos para realizar uma campanha eleitoral.

Os palanques eleitorais são um motivo de grande disputa durante a campanha eleitoral, segundo meus interlocutores de pesquisa. Muitos são os fatores que podem interferir na divulgação dos candidatos durante um comício. A ordem de apresentação, o espaço para a fala e até mesmo a ordem de exposição dos materiais de campanha – com as fotos, números e legendas dos candidatos – são motivos de disputa³⁷.

Miranda, assessora do Deputado Cordeiro, é a responsável pela montagem dos palanques de seu partido durante as campanhas eleitorais. Segundo a assessora, “o palanque bem montado demonstra poder” e dessa forma é preciso ser detalhista e caprichar na decoração e exposição dos materiais de cada candidato. Na eleição de 2008, segundo me disse, procurou decorar os palanques com muitos tecidos das cores do partido, baseando-se “nos palanques dos comícios dos Estados Unidos”. Além dos tecidos, há a utilização da bandeira do partido, fotos dos candidatos e outros adereços. Mesmo com todo o esmero da assessora na montagem dos palanques, houve muitas críticas, principalmente dos familiares do Deputado Estadual que dividia o palanque com o Deputado Cordeiro. Isso porque a ordem das exposições de materiais colocava os

³⁷ Heredia e Palmeira (2005) ao analisarem a relação entre comunidades rurais e políticos no período da campanha eleitoral mostram como a política atualiza relações sociais próprias da comunidade. Seguindo a mesma proposta mostram como os comícios se apresentam como um momento propício para visualizar como se distribuem as posições e composições destas comunidades.

banners e fotos do candidato a Deputado Estadual em segundo plano. Para a família e assessores próximos deste Deputado Estadual, a exposição de fotos deveria ter sido inversa, colocando o candidato com menor tempo na política na frente do Deputado Cordeiro, pois isto demonstraria o apoio do político de mais longa carreira ao candidato novato. Miranda, entretanto, queria demonstrar o poder do político mais antigo, pois segundo a apreciação da assessora, vincular a imagem do candidato novato ao Deputado Cordeiro seria por si só eficaz, pois, segundo ela, ao mesmo tempo em que necessita divulgar os novos candidatos apoiados, precisa também representar o poder do político de longa carreira.

Outra importante frente de participação dos partidos no momento da eleição é direcionar os presidentes, candidatos e assessores do partido no município para o cumprimento de todas as burocracias exigidas pelas legislações eleitorais, para não cometer nenhum tipo de irregularidade, que torne um candidato inelegível³⁸. Normalmente, são os presidentes de cada partido político na cidade que se responsabilizam pelas burocracias exigidas no momento da campanha. Num primeiro momento – antes da campanha eleitoral –, é preciso arregimentar um número mínimo de filiados, condição para que o partido possa concorrer às eleições com uma candidatura própria. Em seguida, a grande preocupação é com as condições que tornam um candidato inelegível. E, por fim, em um terceiro momento, descrito como o mais aflitivo de todos, é necessário fazer a prestação de contas das campanhas. A prestação de contas das campanhas só é enviada ao TRE depois das eleições; porém, desde o momento das campanhas, são necessárias muitas medidas para que todos os registros de doações e investimentos nas candidaturas, assim como os demonstrativos de gastos sejam incontestáveis.

³⁸ As atividades dos partidos políticos que pude acompanhar durante o período não-eleitoral serão trabalhadas também ao longo do capítulo 3.

Além de cumprir com as necessidades legais exigidas dos partidos políticos, os presidentes dos partidos no município são responsáveis por assegurar o bom andamento das campanhas, principalmente no que toca às rivalidades estabelecidas entre candidatos concorrentes, porém vinculados a uma mesma legenda. Francisco Rocha, presidente do PHS da cidade, me disse que a principal causa de desentendimento entre os vereadores é em relação às suas bases eleitorais. Para ele, o trabalho de um presidente de partido no município precisa levar em conta duas esferas: “além do atendimento às questões da lei, o acompanhamento jurídico do início ao fim de uma candidatura; um presidente de partido no município tem que aprender a apagar muitos fogos. É um trabalho conciliador.” Atualmente Francisco atua como presidente do PHS, mas trabalhou como assessor do Deputado Cordeiro durante muitos anos, ministrando cursos de formação política para candidatos ao executivo e legislativo municipal. Na época – anos de 2000 a 2003 –, o partido ao qual estava vinculado (PFL), contava com uma parceria com a Escola Nacional de Formação Política Tancredo Neves e também com a Fundação Getúlio Vargas, que preparavam os membros do partido para aplicarem os cursos de formação em seus municípios. Segundo a apreciação de Francisco, este tipo de recurso oferecido pelo partido ajudava a estreitar as relações entre os candidatos à *ideologia*³⁹ do partido, assim como “preparar as lideranças para a vida política-partidária, passar atividades, preparar os candidatos a prefeito e vereador sobre responsabilidade fiscal, responsabilidade ecológica, leis orçamentárias entre muitas outras coisas”. Francisco ainda me disse que hoje em dia este curso não existe mais em Monsanto, principalmente em decorrência da extinção do PFL. Porém, os partidos políticos enviam cartilhas para os candidatos, explicitando, principalmente, as responsabilidades dos cargos,

³⁹O conceito, mesmo utilizado cotidianamente entre meus interlocutores de pesquisa, estava imbricado dentro das concepções da ciência política, pois os agentes que o utilizavam tinham formação política, em cursos ministrados por professores da Fundação Getúlio Vargas.

direcionamentos quanto à execução de suas funções políticas e também sugerindo algumas posturas aos políticos.

Os partidos nos mandatos

O Deputado Federal Vitório Cordeiro, foi eleito pela primeira vez em 1975 e, no momento da pesquisa de campo, estava se candidatando ao 10º mandato, sem interrupções. Desde o momento em que cheguei ao município de Monsanto – e até mesmo antes da minha chegada, no ônibus que fazia o trajeto entre Recife e a cidade – muitas pessoas me assinalavam que desde 2005, o Deputado em questão estava “prestando mais atenção à sua cidade natal”. Este discurso esteve presente durante todo o período de campo e pude perceber sua recorrência entre diversos setores da comunidade local, até mesmo entre seus oponentes na política eleitoral.

O que motivava esta apreciação partilhada⁴⁰ eram as “obras que o Deputado estava trazendo para o município”. O marco inicial desta nova forma de gestão foi a implantação de um campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que possibilitou a oferta de formação em nível superior para os jovens da região e também o desenvolvimento de serviços que, a partir deste momento, passavam a ser essenciais para a cidade. Além disso, o município localiza-se dentro de um dos trechos de duas obras de grande infraestrutura – a Ferrovia Transnordestina⁴¹ e Transposição do Rio São Francisco⁴² -, e a temática do desenvolvimento passou a integrar os discursos locais,

⁴⁰ Apreciação partilhada pelos meus interlocutores de pesquisa. Não só aqueles vinculados ao grupo de Cordeiro se referiam a tais obras como produto de sua interferência direta. Frases como “ele demorou muito tempo para olhar pra sua terra” e “deveria ter trazido essas coisas antes” eram corriqueiras entre aqueles que não se inseriam em seu grupo político, mas ao mesmo tempo, mobilizavam a mesma visão de seus correligionários, ou seja, a de que essas obras surgiram a partir da intervenção direta do Deputado Cordeiro.

⁴¹ A ferrovia Transnordestina está sendo construída por uma empresa pertencente a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O projeto visa ligar os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao cerrado do Piauí, com o objetivo de escoar a produção agrícola e mineral da região.

⁴² Transposição do rio São Francisco é o nome dado ao projeto “Integração das Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. É um projeto do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da

sempre dividindo opiniões. Por um lado a ideia de desenvolvimento era defendida, pois mesmo que a cidade de Monsanto configure um polo de destaque na região – educacional, comercial e médico –, ainda são muitos os fatores que fazem os habitantes da cidade deslocarem-se até a capital, principalmente na procura de serviços. Por outro lado, eram muitas as pessoas que estavam temerosas sobre as consequências que estas obras acarretariam para cidade, principalmente no que se refere à obra da Transposição do rio São Francisco⁴³.

Por conta de minha proximidade aos assessores do Deputado Cordeiro, comecei a investigar quais as suas explicações a respeito desta sensação de mudança e o aparecimento de diversos discursos ligados ao desenvolvimento. Por mais que pela apreciação geral da população de Monsanto essas obras estavam ligadas a uma “maior atenção do político para sua cidade natal”, os assessores me explicaram que toda essa conjuntura havia sido proporcionada por “alinhamentos partidários”.

Segundo Tomás da Cunha, não havia nenhum segredo. Era a primeira vez que o partido político do Deputado Cordeiro havia estabelecido o que ele chamou “de canais em todos os níveis do governo”. Por meio das coligações do Partido de Cordeiro com o governo do estado e governo federal, ficava mais fácil intervir e reivindicar a participação da cidade de Monsanto nos projetos comandados por estas instâncias; em outra direção, as parcerias no plano municipal, as alianças com os dirigentes do executivo e legislativo na cidade, asseguravam uma recepção favorável a todas essas

Integração, que visa assegurar a oferta de água, em 2025, para 390 municípios do Agreste e Sertão dos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

⁴³ O Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional configura um projeto político controverso. Apresenta-se como um projeto de infra-estrutura hídrica, empreendido pelo Governo Federal sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, que busca solucionar problemas sociais e econômicos decorrentes da escassez de água. Porém, quando o projeto conhecido como “Transposição do São Francisco” toma corpo, diversos seguimentos da sociedade mostram-se contrários a sua realização, por diversos motivos, dentre eles, principalmente, os impactos ambientais e sociais dele decorrentes. Sobre os grupos contrários a construção desta obra, consultar Menezes (2009).

ações. Se por um lado, existia um canal que facilitava reivindicações, por outro lado, os assessores diziam que estes projetos só eram conseguidos através de muitas negociações entre políticos e partidos⁴⁴.

Pude então perceber que o mandato é o tempo dos acordos e alianças entre políticos de vários níveis, mesmo que de partidos diferentes. Como se sabe, esses acordos são facilitados se o partido de um candidato mantiver alianças com os dirigentes do município, governo do estado e governo federal, sendo o partido político um importante canal neste processo. Porém, se atentarmos para as determinações das legislações partidárias supracitadas, podemos perceber que as coligações entre partidos políticos podem ser independentes, ou seja, não precisa existir nenhum alinhamento entre as coligações efetuadas no plano municipal, estadual e federal. Desta forma, estabelecer “canais em todos os níveis do governo” é mais do que uma equação entre os políticos e seus partidos, e segundo meus interlocutores de pesquisa, “é uma condição rara” e que “precisa ser aproveitada”. Se, por um lado, nem todo acordo é formalizado entre os partidos, é através deles que se efetuaram coligações e é através dos arranjos de coligações estabelecidas em diversos níveis – pelos partidos – que os candidatos vão buscar parcerias, recursos e alianças para conseguir levar a efeito seus projetos, ou mesmo aliar sua localidade a projetos de iniciativa do governo do estado ou do governo federal. Entretanto, esses esforços não são por si só eficazes se a base, ou seja, o governo municipal não assegurar as condições necessárias para a recepção de planos de grande mobilização social, econômica e política.

Bezerra (1999, p. 35-48), ao analisar as funções delegadas aos representantes legislativos, descreve como os trabalhos parlamentares situam-se em duas frentes – as

⁴⁴ Não podemos esquecer, entretanto, que era função dos funcionários do Escritório Político zelar pela imagem positiva do Deputado Cordeiro e que tais obras inserem-se no Plano de Aceleração do Crescimento, levado à cabo pelo Governo Federal.

atribuições legislativas e extraparlamentares. Para o autor, ainda que as atribuições legislativas impliquem um trabalho de formulação e aprovação de projetos federais junto ao congresso federal – projetos que representem a população no executivo, por meio de suas demandas aos deputados federais –, este trabalho traz consigo muitas dificuldades, como a dependência de acordos e apoio de colegas e líderes de bancadas, tornando-o um trabalho de longo prazo e sem previsão de sucesso. Neste sentido, a participação na definição do orçamento da união e o trabalho de representação de suas bases, principalmente na mobilização para obtenção de recursos federais para seus estados e municípios de origem, configuram a frente mais importante do trabalho de um parlamentar. Deste modo, grande parte do exercício parlamentar se dá na prática, em uma arena extraparlamentar, que empreende desde a busca de recurso junto aos órgãos do Poder Executivo, até trabalhos de intermediação junto à burocracia. A maior ou menor recorrência e o sucesso no estabelecimento dos atendimentos às bases atua como um elemento de distinção entre os próprios parlamentares, criando uma hierarquia de prestígio entre eles. Por fim, o autor mostra que para o sucesso da atividade parlamentar é necessário um jogo de combinações entre as atribuições definidas constitucionalmente e as expectativas relacionadas às suas bases. Isto implica que os parlamentares devem ter boas relações, isto é, se articular institucionalmente – e não apenas na esfera do congresso nacional – a fim de conseguirem recursos federais para a assistência de suas localidades, pois é deste lado da equação que seus eleitores medirão o sucesso ou fracasso de sua atividade parlamentar.

Em Monsanto, também existe uma reconversão das lógicas políticas operacionalizadas por meio dos partidos, que são incorporadas a figura pessoal de um político. Por isso percebemos que na apreciação geral da população de Monsanto, a chegada ou ausência de algum tipo de obra de infraestrutura não se remete aos partidos,

mas ao descaso ou atenção que o político tem para a referida população. Não se trata somente de um mecanismo de fabulação ou de manipulação para ganhar eleitores; trata-se, antes, da própria linguagem que a política eleitoral adquire entre meus interlocutores de pesquisa. Um exemplo disto é que não são somente os eleitores que partilham desse julgamento, mas também todo o aparato burocrático que coloca em relação políticos e eleitores. Isso porque um político não representa só seu partido para os eleitores de Monsanto, pois se vincula a uma série de outras representações. É todo um sistema de linguagem política, que age por meio dos partidos políticos para angariar votos, leis, obras, apoios. Mas uma vez que conseguem qualquer tipo de benefício, tendem a endereçar esta autoria a outros coletivos, representados na figura de um político. É todo um manejo sobre a representação.

É sobre as diversas estratégias de manejo das representações que procuro me aprofundar a partir de agora. Entretanto, é necessário dizer que talvez o termo escolhido não seja o melhor para tratar desta relação específica. Na ausência de uma ideia que melhor me auxilie para tratar sobre estes casos, proponho a utilização do termo *representações*, no plural e em itálico.

1.3 - LEGENDAS , MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES

Quando se trata da discussão sobre política representativa, o que chamamos de representação? Desde a filosofia política moderna, a representação era não só a chave para a existência de um Estado de direito, mas para a própria existência do Estado. Neste sentido, não se conectava necessariamente com a democracia, mas com a existência da soberania do Estado assim como, em alguns casos, também do rei. Para Hobbes (2003, p. 147-149), a transferência do direito de governo de si mesmo para uma instância exterior, para um rei ou para uma assembleia, era a condição básica de

constituição da república, e, assim que realizado este pacto, a situação se tornava irrevogável, sendo a república a representante de todo o corpo social. Em Locke (2005, p. 458-523) temos uma pequena inflexão no que toca a este poder de representação. Assim como para Hobbes, uma sociedade política ganha existência apenas quando seus membros renunciam ao poder de gozar de todos seus direitos naturais e transferem para um poder legislativo, que passa a ter a função de traduzir em leis a vontade pública. Esta esfera representativa pode se dividir em duas, dando origem ao poder executivo, dotado unicamente do poder de fazer cumprir-se as leis. A inflexão em relação a Hobbes se apresenta na ressalva de Locke, na qual afirma que no momento em que o poder executivo - um monarca ou uma assembleia - passa a agir segundo sua vontade particular, entra em estado de guerra com o povo, que tem o direito de reempossar o poder legislativo das funções executivas. Algo bem parecido se encontra em Rousseau (2006, p. 23-25) e no estabelecimento da República ou do Corpo Político, dirigido pela vontade geral, que é representada pelo soberano, ou seja, um conjunto de cidadãos responsáveis por fazer-se cumprir a vontade geral. Em Rousseau (2006, p. 103-105) encontramos, entretanto, a defesa da democracia como o sistema soberano ideal, sendo que uma das formas de degeneração do governo é justamente sua “regressão” à aristocracia ou à realeza, inclinando-o a se colocar contra a soberania.

O político, entretanto, é sempre aquele, desde a filosofia política moderna, a quem os cidadãos entregam seus direitos para que os representem e tomem decisões por eles. Em linhas gerais, esta é a chave descritiva de uma democracia representativa.

Weber (2004, p. 29) acrescentaria alguns tópicos a esta definição. Para o autor o Estado constitui um modelo específico de relação social, denominada associação política, caracterizada pelo fechamento da participação e na qual tal participação implica poderes de governo e poderes de representação. As ações do dirigente ou do

quadro administrativo devem se imputar a todos os outros membros e também aos não membros, a partir de certas condições de fato, principalmente a relação territorial (presença, nascimento, execução de determinadas ordens dentro de determinado território etc.). A principal característica do Estado, entretanto, é a imposição e a vigência de suas ordens pelo quadro administrativo, garantidas pela relação de dominação dentro de determinado território geográfico, que são mantidas mediante a ameaça e aplicação de coação física. O monopólio legítimo da coação física é característica do Estado e o que o diferencia das demais associações e instituições políticas segundo o autor (2004, p. 29-35). A principal novidade em Weber é a presença dos partidos políticos como o principal veículo para a obtenção de poder para seus líderes e ocupação dos quadros administrativos pelos seus membros. Seja qual for a orientação, os partidos aparecem como associações que permitem a seus membros ativos realizar fins objetivos e oportunidades pessoais. Torna-se, neste sentido, a instância por excelência para a ocupação de cargos representativos (2004, p. 188-190).

Em uma direção oposta, Garrigou (2005, p. 37-63) nos mostra como há um processo de anulação das origens sociais e embates acerca do modelo representativo estabelecido pelo sufrágio universal. O autor, a partir de uma pesquisa documental, demonstra como o sufrágio universal aparece na França como uma novidade quase tão inesperada quanto a própria revolução de 1848. Os documentos analisados por Garrigou evidenciam como os partidos políticos foram obrigados a entrar em contato com o povo a partir da institucionalização do sufrágio universal, que era visto como uma surpresa e gerava dúvidas quanto à sua viabilidade e duração. Outro ponto particularmente interessante, ressaltado pelo autor, é a análise das diversas versões do projeto de lei que o institucionaliza, pois demonstra como cada adendo e modificação, de uma versão à outra, foi produto de discussões entre dois juristas – encarregados da escrita – e as

demandas e repercussões da instauração do sufrágio universal. O autor propõe, portanto, a inexistência de uma única forma de sufrágio universal e defende a existência de inúmeros sufrágios universais, cada um portador de uma história, passível de reconstituição. Desta forma o autor propõe outro tipo de análise não só para o sufrágio universal, mas também da própria representação.

A partir de um trabalho teórico de séculos tornou-se quase uma obviedade que as pessoas são representadas pelos políticos. Na presente discussão devemos sempre manter em vista que esta representação só é atingida através de uma legenda partidária – inclusive, como vimos, no caso brasileiro esta é a única forma de se atingir este fim. Mas o que será que esta legenda representa?

Como vimos, existe uma grande tradição na ciência política que trata sobre quem os representantes políticos devem representar. Isso não se esgota somente nos clássicos da sociologia política ou da ciência política e mantém-se ainda hoje como uma das principais vertentes de estudos sobre a política eleitoral em diversas disciplinas. Como expus acima, neste capítulo não pretendo centrar a discussão nestas esferas da representação abarcadas pela ciência política. Minha proposta não é investigar os partidos e políticos como *representantes* de uma parcela da sociedade, mas descrever o que os políticos *representam* para seus eleitores, ou, melhor dizendo, o que os políticos de Monsanto e seus partidos *representam* para a população desta cidade⁴⁵. Entretanto, é preciso lembrar que esta investigação é produto de um trabalho intensivo de campo que parte, principalmente, do envolvimento com diversos agentes da política: políticos em

⁴⁵ A proposta de análise da representação política, neste caso, assemelha-se a apresentada por Geertz (1991), em Negara, pois ao analisar a “figuração fixa da autoridade” (p.165), procura demonstrar não somente a dimensão imagética do poder, mas as ideias nativas a respeito de política, representação e poder descritas em suas formas de expressão, levando a efeito a proposta do autor: “O real é tão imaginado como o próprio imaginário” (p.170).

exercício, ex-políticos, assessores, ex-assessores, jornalistas e colaboradores de campanha.

O que procuro é descrever como um conjunto de *representações* pode estar agregado a um político e como este pode ser situado em diversas instâncias comuns aos meus colaboradores de pesquisa – que não se dão somente através do partido político. Precisamente, o que procurarei demonstrar é o sentido que a ideia de *representação* ganha entre meus interlocutores de pesquisa, significando muito mais o que um político *representa* para seus eleitores do que quais eleitores este político pode representar. A minha hipótese é de que cada político – e também candidato – é concebido localmente enquanto um coletivo: ele pode ser membro de um grupo político, de uma família, ter uma relação especial com algum território, ter alianças com outros políticos, inserir-se em uma comunidade religiosa, ser bem relacionado dentro do âmbito profissional.

Segundo meus interlocutores de pesquisa é esta existência coletiva, ou o que aqui chamarei de suas *representações*, que assegura a eficácia de um político em uma eleição, assim como durante seu mandato. Dentre muitas outras coisas, um político *representa* seu partido político. Assim como as outras instâncias atreladas a imagem de um político, o partido por ele representado pode agir positiva ou negativamente na recepção de sua imagem. Entretanto, é preciso notar que esta *representação* que pude perceber em campo é sempre transitória, variável e breve.

Corriqueiramente, durante a pesquisa, muitas pessoas me diziam que na cidade de Monsanto os eleitores não se interessavam por partidos políticos, mas sim pelos indivíduos (políticos). Isso porque o partido político é visto como um instrumento de homogeneização política, que visa retirar os indivíduos políticos de todas as categorias que localmente adquirem importância política – a família, o grupo, o *serviço prestado*.

A partir de uma política realizada por partidos políticos, entende-se que há uma neutralização das relações interpessoais e particulares de cada indivíduo, que são encaradas como de suma importância para os eleitores e cidadãos a serem representados.

Quando retirados das coletividades que a trajetória pessoal e familiar de cada indivíduo representa, agregá-lo em outra instância, que ao invés de particularizar, homogeneiza, não faz nenhum sentido entre meus interlocutores de pesquisa. O interessante é notar que apesar destas lógicas operacionalizadas na política eleitoral, muitos colaboradores me dizem que o modelo de política desenvolvido entre eles é desviante, errado e divergente do modelo correto a ser seguido, aquele desempenhado na centralização dos partidos políticos. A legenda partidária remete a tradição política, ideologia, posição, oposição, particularidades que nada representam para os eleitores de Monsanto se tomadas isoladamente. Ao contrário, aos políticos enquanto indivíduos se endereçam os julgamentos que colocam em movimento todas as categorias que estão ligadas à política; mesmo que cada uma dessas categorias ligadas à pessoa do político também representem coletivos, quando se trata da atividade política no município de Monsanto, nenhum dessas instâncias podem ser capturados por uma sigla partidária.

Pertenças: Famílias e território

Marques (2002, p. 119-135) afirma que os nomes de família no sertão de Pernambuco não designam sempre a mesma coisa, porque tais entidades não são palpáveis, mas virtualidades que nunca se atualizam como uma só totalidade. A família não é um dado estático, somente estabelecido pelas ligações biológicas entre os indivíduos, sendo que na composição destas podem se articular uma série de relações práticas, atribuídas principalmente por fatores como vizinhança, amizade e compadrio. O principal laço de agregação é entre parentes, mas outros laços de solidariedade podem

implicar em sua composição, assim como a solidariedade estabelecida dentro das famílias podem ser arrastadas para outros contextos, como a esfera da política e do trabalho. Segundo Marques:

Entre determinados parentes, em qualquer grau, tramas de densidade especial são tecidas, resultantes de um tipo de laço que podem ligar também indivíduos não aparentados combinado com outros laços mais recorrentes entre familiares e vizinhos. (2002, p. 127)

Outro ponto importante estabelecido pela autora, é que as famílias não são só a reunião de um amontoado de parentes e agregados, sendo um dos seus princípios de organização também fraturas e segmentações decorrentes de alguns processos sociais, entre os quais as *intrigas*, *questões* e também a política. Assim como Marques (2002), Jorge Villela nos evidencia a família como fabricada e, ao mesmo tempo, entendida como um elemento dado. Afirma que a família – ou segundo o autor, “microgrupos de base familiar que formam ligações rizomáticas, não como facções exclusivistas” (2008, p.124) –, está em constante processo de mutação e recriação dela mesma.

Um caso particularmente ilustrativo sobre as composições e decomposições de famílias, me foi relatado por Cátia Cordeiro. Cátia é parente dos Cordeiro, mas também de outras duas grandes famílias de Monsanto. O laço entre sua família e os Cordeiro se estreitou depois da morte do pai, ligado ao grupo político dos Cordeiros na época de sua morte (no final da década de 70), na intriga entre a família Cortês e a família Ramalho⁴⁶.

Mesmo tendo deixado a cidade por alguns anos depois da morte do pai, quando retornou para Monsanto com a mãe e a irmã, a proximidade entre uma prima direta do Deputado Cordeiro – Lourdes – e a mãe de Cátia, tornou-a uma “Cordeiro legítima”. Quando adulta Cátia trabalhou ativamente na campanha de Lourdes para vereadora e, por meio do grupo político, seus trabalhos eram muito ligados aos assessores de

⁴⁶ O pai de Cátia não era de nenhuma das famílias envolvidas na briga, mas sim um amigo dos Cortês e ajudou a proteger um dos integrantes da família. Por isso foi jurado e dias depois assassinado durante uma Vaquejada.

Cordeiro. Entretanto, nesta época Cátia estava vivendo um processo de divórcio e algumas censuras quanto a este tipo de comportamento foram demonstradas pelo lado dos Cordeiros. A família, por intermédio de Lourdes, tentou ajudar na reconciliação do casal, arranjaram um emprego em uma das empresas da família para o marido – que não fazia parte do grupo político –, e deixava manifesta a reprovação de um processo de separação.

Segundo Cátia, na última reunião de família em que participou junto aos Cordeiros, o Deputado Vitório retirou-a para um canto e disse:

Minha prima, independente de qualquer coisa você é minha prima. Agora, vou lhe dizer um conselho e que lhe sirva pra sua vida toda. Em primeiro lugar a família, em segundo lugar a família e em terceiro lugar a família. Não se esqueça disso que seu primo está lhe dizendo.

Para Cátia, isso foi uma clara demonstração de que seu *primo*, que ao mesmo tempo era líder de seu grupo político, era contrário ao seu divórcio. O divórcio, entretanto, não foi o fator que estabeleceu a separação de Cátia do grupo político de seu primo. A partir do momento em que Cátia começou a se relacionar com um vereador, Tomé – que não era de nenhum dos dois grupos políticos da cidade –, tudo se transformou. Foi demitida publicamente, expulsa do grupo político e todas as facilidades, principalmente de acessos e amizades nas estruturas ligadas à administração municipal (na época, o prefeito era Chico, irmão do Deputado Cordeiro), lhe foram negadas. Mesmo que sua expulsão do grupo político tenha sido algo público, a situação de pertença ficou durante algum tempo complicada, como explica:

De repente, eu me sentia querida dentro do meu grupo político, mas quando eu ensaiei o namoro com Tomé, eu fui botada pra fora. Eu fui totalmente execrada e fecharam as portas de tudo. ‘Fecha tudo por que agora ela tá com o cabrinha do PT’ e o PT era visto como o comunista. (...) Eu comecei a ser a Cátia de Tomé. Era 1998, ele ainda tinha dois anos de mandato. Mas eu não tinha responsabilidade nenhuma na vida política de Tomé. Eu não tinha direito de opinar, eu não tinha direito de ser assessora de Tomé. Eu não me sentia neste direito, de tirar a vaga de alguém que ajudou a colocá-lo na Câmara. (...) O Tomé acabou expulso do PT, eu não tive nada a ver com isso, e na campanha de 2000, ele acabou perdendo, ficou sem palanque. Mas Faustino sabia que

teve nossa participação ao lado dele. Mas eu, no grupo político de Faustino, era vista como Ignácio puro e no grupo político da minha família, agora eu era Cátia de Tomé. Mas Tomé entrou como diretor e eu fui indicada para trabalhar em um projeto federal com crianças e adolescentes. Independente do grupo, Faustino me acolheu e eu tenho muita gratidão a ele.

Na passagem acima, Cátia explica como essa fratura dentro de sua família representava pertencimentos diferentes com a comunidade local. Por um lado, ela era vista como pertencente à família Cordeiro, uma *Cordeiro pura*, mas para os membros do grupo político de sua família, ela havia virado Cátia de Tomé. A história de Cátia é demonstração de como uma família pode se compor e decompor, perante acontecimentos de ordem prática. Apesar da existência de laços de consanguinidade, a família de Cátia só se torna “Cordeiros legítimos”, quando seu pai é assassinado por uma família rival dos Cordeiro. Anos depois, Cátia passa a ser desconsiderada como uma representante legítima da família por ter se divorciado de seu marido e começado um relacionamento com um político vinculado a um partido político que não compunha o grupo político de sua família.

Outro ponto importante, que merece ser mais profundamente analisado, é a disputa pela *representatividade* de uma região ou território – que pode ocorrer no interior de uma mesma família ou em famílias residentes numa mesma área.

Villela (2008) afirma que as populações do Vale do Pajeú, assim como em diversas sociedades situadas no universo rural, dão grande valor ao parentesco. O autor apresenta as relações familiares – e sua indissociável relação com o território –, dentro de um conjunto de retroalimentação com outros elementos, como a política e a violência. O ponto de apoio para a realização de sua pesquisa é demonstrar como a memória é um fator que perpassa e alia todos estes elementos por ele analisados. Isso porque, para o autor, a memória – mesmo a individual – é sempre um conjunto de vozes. Para Villela:

Meus colaboradores de pesquisa são aquilo que os olhares dos demais fazem dele, conforme lembrou Vernant (2005) acerca dos Gregos. No Vale, o que os demais fazem de alguém está circunscrito à pertença a um grupo de parentesco que este último é capaz de reivindicar. E essas coisas estão circunscritas, por sua vez, à atualização da memória genealógica. A essa experiência pode-se dar o nome de política. (2008, p.110)

Segundo meus dados de campo, por meio da família, opera-se uma política de territórios, onde o que está em negociação é a legitimidade de uma família (ou algum membro desta) obter a *representatividade* de uma localidade a qual tem maior ligação e, ao mesmo tempo, obter seus votos. Entretanto, como apontam Marques (2002) e Villela (2004), a família é produtora de território e também o território é produtor de famílias.

O pior terror de uma família que mantém relações com política partidária, como me foi descrito, pode ser as eleições para vereador. Pois não é raro que essas negociações sobre territórios e representação ocorram também dentro de uma família, obtendo novas rachaduras no interior da mesma, o que pode ser um processo doloroso para alguns membros.

Tomás da Cunha e Faustino Rodrigues disputaram votos no Distrito de Caroá⁴⁷, e também a representatividade na região. Ambos não eram nascidos na localidade, mas por uma série de outros vínculos, estabeleceram suas representatividades em domínios distintos. Tomás da Cunha era da Paraíba e migrou para Caroá, em decorrência de uma grande seca no ano de 1933 e de uma *questão*⁴⁸ que estava tomando corpo em sua terra natal. Em Caroá, adquiriu notoriedade por trabalhar como farmacêutico. Foi nomeado juiz de Paz, assumiu o cargo de subprefeito até a “revolução de 64⁴⁹”, membro do grupo político vermelho. Tinha um *trabalho* muito grande na região e quase 300 compadres. A

⁴⁷ Um dos sete distritos que são administrados pelo município de Monsanto.

⁴⁸ Sobre questões no sertão de Pernambuco, ver Marques (2002). Para o nosso caso, basta ter em vista que as brigas de família – *intragas* ou *questões* na terminologia do sertão de Pernambuco – também têm implicações na política.

⁴⁹ O Golpe de Estado de 64, apesar de não ser tratado como uma revolução no debate acadêmico é referido por “Revolução de 64” por alguns interlocutores de pesquisa, principalmente por ter envolvido mudanças significativas para a vida política do sertão de Pernambuco. Um destes exemplos é aqui referenciado, pois o cargo de sub-prefeito foi extinto depois de 1964.

partir dessas relações, mantinha grande *prestígio*⁵⁰ entre seus afilhados e suas famílias. Isso substituía a falta de laços familiares extensos na região, pois a partir do *trabalho* e das relações de compadrio, ele pode concorrer em igualdade com políticos que tinham famílias numerosas no distrito. Faustino Rodrigues era um membro da família que compunha a principal liderança do grupo político vermelho. Primo de segundo grau do principal líder do grupo, chegou ao Distrito de Caroá quando Tomás da Cunha já estava no seu quarto mandato como vereador de Monsanto. Era formado em veterinária e já tinha um grande reconhecimento como líder estudantil, principalmente a partir da vinculação entre os jovens de Sertânia (município onde fez o ginásio) e a Universidade em Recife. Chegando em Caroá, por meio das influências das lideranças políticas de sua família, começou a trabalhar como veterinário e diretor de escola, e com o passar do tempo, começou a trabalhar como farmacêutico, realizar consultas e pequenas cirurgias entre os habitantes do distrito. Consolidou-se, assim, como uma espécie de médico na região. A partir de então, surge como liderança política na região, e nas eleições de 1988 se elege, juntamente com Tomás da Cunha, à Câmara Municipal.

Segundo Tomás da Cunha Filho, o distrito de Caroá contava com um contingente de cerca de 1500 votos – quantidade significativa para o município de Monsanto. Com a chegada de um representante da principal família do grupo político vermelho, Tomás Filho relata que sua família perdeu força e influência entre seus membros. Tomás tinha ambições divergentes para o distrito de Caroá. Queria urbanizá-lo o quanto pudesse, para que um dia o distrito pudesse se emancipar e tornar-se uma cidade. Porém, o grupo tinha outras ambições para o distrito, pois sua direção política

⁵⁰Villela e Marques (2002), em um artigo intitulado “Sobre a circulação de recursos nas eleições municipais no Sertão de Pernambuco”, tomam o *prestígio* como uma esfera valorativa que gera recursos e dívidas, pois coloca os indivíduos dentro de uma relação de troca de favores. Entretanto o *prestígio* não é uma atribuição individual, e estende-se também à família.

não se restringia só àquela região, o que o fazia equacionar toda a conjuntura política do município como um todo.

O fator decisivo para o rompimento da relação entre o grupo político vermelho e Tomás da Cunha foi a chegada de seu filho, chamado Tomás da Cunha Filho, que necessitava de determinados arranjos do grupo político vermelho para conseguir uma boa colocação junto a algum órgão público da cidade. Esse apoio não foi estabelecido, e somado a este fator, Tomás da Cunha se sentia cada vez menos valorizado por seu grupo. O então prefeito Chico – membro do grupo político azul - ofereceu apoio aos Cunha e no dia 13 de agosto 1987, como me relatou Tomás Filho, ocorreu o rompimento definitivo.

Nas eleições de 1988, Faustino Rodrigues e Tomás da Cunha se elegem, mas a quantidade de votos de Faustino foi mais que o dobro da atingida por Tomás (1037 votos contra 501)⁵¹. Em, 1992, Tomás da Cunha já muito doente não participa das eleições, mas seu filho Tomás da Cunha Filho disputa o cargo de vereador. Elege-se, assim como Faustino, mas também com uma quantidade de votos inferior a atingida pelo rival (632 votos contra 1278). Com o falecimento do pai e, por enfrentar alguns problemas durante o mandato, Tomás da Cunha Filho retira-se da disputa eleitoral e trabalha até hoje para o grupo político azul. Faustino Rodrigues ganha a legitimidade da representação do Distrito de Caroá e também grande projeção no município como um todo e, em 2000 elege-se prefeito de Monsanto. Apesar de muitos problemas em sua administração, Faustino é uma figura com bastante reconhecimento entre a população da cidade, carrega um número significativo de votos e, apesar de ter saído do grupo político vermelho e aliar-se ao grupo político azul durante o ano de 2010, é um dos nomes cotados para a eleição majoritária de 2012. Apesar de não participar da política

⁵¹ O TRE-PE não disponibiliza a quantidade de votos de cada Zona Eleitoral sobre o Pleito de 1988.

como um candidato, Tomás da Cunha Filho está sempre em contato com a população de Caróá; seu irmão mais novo – que ainda reside no Distrito – vai semanalmente ao Escritório Político do Deputado Vitório Cordeiro para informar o irmão sobre as necessidades e requerimentos de sua localidade.

É preciso notar, entretanto, que não são só políticos que representam territórios. Estes podem se vincular a representantes de várias localidades, que são capazes de angariar parcela dos votos de sua região domiciliar, sendo incorporados às candidaturas políticas como cabos eleitorais. Se um político não tem representatividade em alguma localidade, cabe-lhe se aliar a um ou vários pequenos representantes locais, na tentativa de equacionar os votos que cada um deles é capaz de arregimentar, ou segundo a apreciação local, os votos que cada um deles *carrega* ou *arrasta* consigo.

Serviço Prestado e Trabalho

Serviço prestado e trabalho são duas formulações nativas a respeito do engajamento de políticos na comunidade local⁵², particularmente denotando o envolvimento com as regiões (ou territórios) representadas pelos dirigentes. Esses dois conceitos constituem um coletivo que é relacionado às representações políticas, principalmente denotando a atenção ou eficiência de um político entre seus representados. Existem, porém, algumas diferenças entre essas noções que precisam ser esclarecidas.

O *serviço prestado* é uma formulação que dá conta de todo tipo de ato de ajuda ou doação (atenção e recursos) para a população em geral, mas em quase todos os casos em que é utilizado denota uma parcela da população – um recorte específico –, normalmente referindo-se aos habitantes ou grupo social entre os quais políticos

⁵² Assim como apontado na Introdução, é importante ressaltar que todos os meus dados correspondem ao ponto de vista dos políticos e agentes da política.

mantém suas bases eleitorais. Não é preciso ser político para ter *serviço prestado*; qualquer pessoa que tenha alguma vinculação com um setor da cidade, visando obter benefícios ou ajuda para determinado grupo, tem *serviço prestado*. Entretanto, este termo é corriqueiramente empregado na política eleitoral em Monsanto, porque muitas pessoas que já estabeleceram essa modalidade de relação equacionam suas ações para conseguir se eleger para um cargo político. Lança-se mão desta noção, eleitores e políticos, para classificar um tipo de vínculo que não tem nenhum fim prático de curto prazo, caracterizando um tipo de engajamento de longa duração, e que atrela ao *serviço prestado* a ideia de solidariedade ou preocupação social.

Toninho é sobrinho do Deputado Cordeiro e está vinculado ao seu grupo político, mas não é uma pessoa que o grupo político ambiciona como candidato. Ele tem uma grande contribuição e *serviço prestado* na região, atuando principalmente no auxílio às famílias de pessoas que acabaram de falecer ou que se encontram em estado grave de doença. Toninho utiliza seus contatos para pedir favor, conseguir ajuda dos políticos e dos canais institucionais para famílias carentes que não sabem como conseguir ajuda nestes momentos – principalmente angariando auxílio monetário para transporte dos falecidos da capital para Monsanto e auxílio municipal para velórios e enterros. Na maior parte dos dias, ele trabalha levando flores, puxando os cantos, rezas e confortando famílias durante os velórios de seus parentes. Além disso, é representante dos homossexuais da cidade, mas tem pouca visibilidade neste tipo de serviço. Auxilia a prefeitura, também, em eventos que tocam a temática da sexualidade e da homossexualidade. Lançou-se candidato a vereador uma só vez, mas não conseguiu número suficiente de votos para se eleger.

Joana foi a vereadora mais votada em Monsanto nas eleições de 2008. Dona de um pequeno comércio de distribuição de bebidas, Joana me diz que tinha muitos amigos

médicos na cidade, e por ter muito *serviço prestado*, principalmente a partir de ações realizadas por conta de sua religião – o espiritismo –, foi muito cotada como candidata nas últimas eleições (2008). Segundo a vereadora, tornar-se candidata não correspondeu a um interesse pessoal, mas a uma série de pedidos de seus amigos, membros de sua comunidade religiosa e parentes. A partir deste momento, começou a demonstrar interesse em concorrer às eleições e, em uma de suas conversas com o presidente do PHS no município – que, segundo Joana, reconhecia o apoio da comunidade à sua candidatura –, passou a compor o grupo político azul e decidiu por sua vinculação a este partido.

É conhecida como uma vereadora persistente, que trabalha muito, sempre está presente em eventos do município. Como vereadora, mantém um projeto chamado “sopão solidário”, que consiste na entrega de sopa para 60 famílias toda sexta-feira. Ela recebe muitos pedidos – em maioria demandados por mães de crianças pequenas –, que solicitam medicamentos, consultas médicas e cestas básicas. Para Joana, “o trabalho de um vereador é muito ligado ao assistencialismo”. Por mais que hoje suas ações com a comunidade possam ser consideradas assistencialistas, segundo a apreciação da vereadora, ela mantém alguns projetos que ainda não foram aprovados para oferecer postos de trabalho, para que possa mudar o direcionamento de suas ações. O principal projeto, que ainda não foi aprovado, é a criação de uma cooperativa de reciclagem para que a população de baixa renda pudesse ter um emprego fixo e, deste modo, parar de depender da ajuda dos vereadores. A doação de dinheiro em espécie para a população, segundo Joana, é uma ação que ela gostaria de não praticar, mas diz que às vezes é preciso: “dinheiro mesmo só para os casos de viagem pra Recife para serem atendidos pelos médicos de lá, ou em caso de óbito”. Segundo a vereadora, outro problema de sua gestão é que ela não conhece e não tem nenhuma ligação estreita com os membros de

seu partido (PHS) e afirma que para ser uma liderança é preciso uma maior ligação com eles. Para ela, o partido foi uma ferramenta que possibilitou sua eleição, mas reitera, “se não fossem as coligações, poderíamos ter elegido pelo menos mais 2 vereadores”. Joana diz desconhecer os trâmites legais da candidatura, pois o único responsável por isso é o presidente de seu partido na cidade.

Como vimos no caso de Joana, a noção de *serviço prestado* pouco dialoga com a esfera partidária, configurando-se como um atributo individual de cada candidato. Porém, se tivesse um canal estabelecido diretamente com seu partido, poderia ter mais condições de liderança da cidade, disponibilizando mais serviços para a população.

A noção de *trabalho* também não é exclusiva para políticos. Fora dos mandatos, o *trabalho* em Monsanto está sempre vinculado a ações que colocam as pessoas atendidas (grupos ou comunidades específicas) em contato com associações que permitam maior diálogo, ou maior poder de barganha, para angariar benefícios e direitos. Têm *trabalho* aquelas pessoas que dirigem, de maneira prestativa, sindicatos – conseguindo angariar mais direitos para os trabalhadores representados –, pessoas que organizam cooperativas ou ONG’s que tragam benefícios para uma comunidade específica, ou mesmo lideranças locais (entre estudantes, esportistas, trabalhadores agrícolas) que consigam articular as demandas do grupo representado frente ao poder público. Segundo meus interlocutores de pesquisa, quando se trata de um político, têm *trabalho* aqueles que conseguem algum tipo de benesse pública, normalmente vinculada a obras estruturais – construção de pontes, reformas urbanas, construção de estradas, etc. Dessa forma, é comum que a liderança de alguma comunidade ou grupo específico – que tenha, portanto, um *trabalho* desvinculado da atividade política –, equacione seu *trabalho* ambicionando um cargo político. Porém quando eleito, somente é visto como

um político que tem *trabalho*, aquele que souber manter sua liderança e ampliar suas ações em investimentos mais específicos, principalmente ligados às obras públicas.

O vereador Bento Dias, apesar de ser de uma família que teve alguns representantes na política, não conseguiu se eleger somente recorrendo ao recurso do tradicionalismo ou legitimidade de uma família conhecida na política. Segundo o vereador, ele teve que fazer “o caminho inverso” para conseguir se eleger. Seu avô, Faustino Cordeiro, foi vereador durante 6 mandatos, mas a família ficou sem representantes na política de 1973 até 2000. Quando completou os estudos em Recife, Bento Dias voltou para cidade com pretensões políticas, mas não conseguiu se eleger (Eleições de 1996). Atuou como professor da rede pública durante 23 anos e organizava eventos e associações para a promoção dos esportes na cidade. Entretanto, percebeu que os *serviços prestados* a comunidade não era suficientes para eleger-se, segundo ele, por que “era de uma família não tradicional”. Dessa forma, Bento Dias fez cursos de especialização em desenvolvimento agrário cooperativista, viajou para diversas comunidades pela América Latina, estudando, principalmente, as temáticas de desenvolvimento sustentável, comércio solidário e projetos de irrigação. Quando voltou para Monsanto, surpreendendo até mesmo os familiares e amigos, Bento Dias mudou de estratégia, e silenciosamente buscou associações comunitárias e ajudou na fundação de oito cooperativas de trabalhadores rurais. Foi buscar também um partido diferente de sua família, mas também ligado a um grupo político. Elegeu-se como vereador em 2000, contrariando todas as bolsas de apostas⁵³ e em 2004, foi o reeleito vereador com o maior número de votos. Desde o primeiro mandato passou a representar o sindicato dos professores e criou a loteria do Serrano da Sorte, que chegou a empregar diretamente

⁵³ Sobre as apostas eleitorais, ver Palmeira (s/d) e Villela (2005)

800 pessoas, que conseguiam ganhar 50 a 80 reais semanais. Para o vereador, esse novo tipo de engajamento, do *trabalho* na comunidade local, foi decisivo para sua eleição.

Em sua pesquisa sobre as eleições de 1998 para a Câmara Estadual do Rio Grande do Sul, Coradini (2001, p.7-49) analisou, a partir da apresentação eleitoral dos candidatos, a transfiguração das relações estabelecidas nas trajetórias pessoais⁵⁴ e no exercício profissional em recursos políticos. Essa transfiguração agrega para os candidatos uma posição de liderança, mas a conversão nunca se fará automaticamente; as relações sociais estabelecidas pelos candidatos não são, por si só, recursos eleitorais, pois são necessários mecanismos de ativação e reconversão dessas relações. No caso do exercício profissional, o autor enxerga uma posição paradoxal: ao mesmo tempo em que há a ativação dessas bases de recursos eleitorais pelos candidatos, há pelos mesmos uma negação do exercício profissional no sentido estrito do termo. O que vale e é utilizado como recurso político é a titulação profissional. A posição de liderança advinda da utilização deste recurso – com seus sucessos e fracassos – implica, para o autor, necessariamente a negação do envolvimento do político com sua atividade profissional. Neste sentido, a apresentação e representação de uma base eleitoral por um candidato político implicam o seu distanciamento com a mesma.

Mesmo que os dados de Coradini (2001, p.12) sejam provenientes de uma abordagem distinta da empreendida neste trabalho – o autor estudou a apresentação dos candidatos em uma eleição, enquanto a presente pesquisa foca os políticos em exercício -, existe uma grande diferença entre a utilização das bases eleitorais. Enquanto no caso de Coradini há um distanciamento do político empossado do poder de suas bases eleitorais – que precisará ativar outros tipos de liderança para manter seus vínculos,

⁵⁴ Para Coradini (2001), essas bases podem ser as esferas do sindicalismo, redes de relações pessoais, trabalhos comunitários, religião, relações de identidade étnica, assim como recursos sociais de um exercício anterior de cargos públicos, valores morais, entre outros.

como os de manipulação, intimidação e suborno -, nos casos estudados, caberá a cada político estabelecer outros tipos de relações com seus eleitores para manter suas atribuições sociais de *serviço prestado* e *trabalho*. Isso porque, como já apresentado, existem exigências diferentes para políticos e líderes comunitários. Quando os líderes comunitários equacionam suas trajetórias como recursos eleitorais, precisam também mobilizar as esferas públicas ou partidárias, para realizarem outros tipos de ações e só assim, serão capazes de manter ou aumentar suas lideranças junto aos grupos representados.

Partidos de esquerda, ideologia e representações nacionais

Na cidade de Monsanto, existe uma parcela de candidatos que se opõe à política desenvolvida por meio de famílias e grupos políticos. Notadamente com uma orientação ideológica socialista, partidos, associações e indivíduos tentam combater essa lógica local de associação de famílias, grupos políticos e política partidária. Porém, é preciso notar os mecanismos pelos quais estes candidatos aliados a partidos políticos de esquerda articulam-se para realizar esta oposição.

Tomé é natural de Caruaru, foi seminarista durante quatro anos e por intermédio de algumas pessoas ligadas à Igreja, envolveu-se na formação do PT (Partido dos Trabalhadores), em meados da década de 80. Por conta de sua militância política, foi para Monsanto sem manifestar nenhum interesse em participar como dirigente da política local. Como me disse diversas vezes, somente o interessava “agir nos bastidores”. Juntamente à militância política pelo PT, Tomé envolveu-se em muitos projetos que promoviam ações de assistência a jovens e crianças em situação de abandono. Segundo Tomé, em Monsanto, o PT surge como um partido muito aliado aos

trabalhadores rurais, sendo a participação de pessoas da zona urbana até mesmo combatida num momento inicial pelas bases da zona rural⁵⁵.

Com uma ligação muito próxima aos sindicatos dos trabalhadores rurais na cidade, o partido foi crescendo durante a década de 90. Também aliada aos sindicatos dos trabalhadores da zona rural, a Igreja católica em Monsanto - membros, padres e um bispo conhecido como “profeta do sertão” - apoiava o PT como um partido necessário para combater a estrutura da política ligada a famílias. A militância de Tomé no PT segundo ele “juntava tudo, partido, igreja, sindicato e movimentos sociais”. Em 1996, depois de passar um tempo na Itália e na França – através de seu envolvimento com a Igreja Católica – lança-se como candidato a vereador e elege-se como o terceiro vereador mais votado na cidade. Como foi o primeiro representante do PT na cidade, Tomé começou a se empolgar com a atividade política, e na época de sua eleição, seu partido já contava com mais de 450 filiados.

Entretanto, em 2005, principalmente motivado pela expulsão de Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes do PT, Tomé se desvincula do partido e começa a participar da construção do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) na cidade de Monsanto. Em 2006, depois de angariar filiados, Tomé lança-se como candidato a vice-governador. Atualmente, continua filiado ao PSOL, “na luta para conquistar o espaço das massas”, principalmente vinculando-se à população de baixa renda na cidade. Desde o fim de seu mandato como vereador, entretanto, não conseguiu mais se eleger. Para Tomé, a diferença entre ser representante do PT e do PSOL na cidade de Monsanto, é que o Partido dos Trabalhadores conseguiu, ao longo do tempo, ter uma aceitação muito

⁵⁵ Segundo Tomé, o primeiro nome forte a ser indicado para a concorrência à prefeitura era bancário e isso o prejudicou muito, pois era visto na zona rural como um banqueiro e por isso não recebeu apoio. Era compreendido pelos trabalhadores rurais como um representante da burguesia.

grande; a maior dificuldade na sua atual posição é desvincular-se da sua antiga militância:

Durante muito tempo, fiz militância para que as pessoas do sertão aprendessem a votar em Lula. Diziam que os petistas raptavam e comiam criancinhas. Hoje o difícil é convencer uma pessoa a não votar em Lula. As pessoas hoje me dizem, ‘mas Tomé, não foi tu mesmo que me ensinou a votar em Lula?’

Segundo o ex-vereador, mesmo que Lula tenha sido aceito dentro de um partido de orientação esquerdista, o mesmo não acontece com as figuras da representação nacional do PSOL. Mesmo participando ativamente do combate à política que se centra somente nos indivíduos, Tomé reconhece que, atualmente, quando tenta se vincular às representações de seu atual partido, a recepção é até desfavorável, principalmente em relação a apreciação local de Heloísa Helena:

As pessoas não tão preocupadas com o partido em si. Estão preocupadas com os favorecimentos que o partido dá a pessoa. É tanto que aqui se diz assim: ‘nós não votamos em partidos, nós votamos em pessoa. Quando eu voto em você Tomé, não voto no PT não, porque o PT não presta não’. Diziam isso antes, ‘voto em você enquanto pessoa. Vai na Igreja, é um homem direito’. Era assim. Então, eu sei que o PSOL, ele não importa muito. Mas ele importa um pouco, dentro de pouco conteúdo que possa apresentar e que vai avançando. A gente entende que vamos avançando e que isso é gradativo. Mas não vou dizer que as pessoas entendam o PSOL, pelo contrário. Às vezes as pessoas dizem assim ‘Ah, o partido da Heloísa Helena! Aquela mulher é louca! Aquela mulher é doida, ela não sabe o que diz não’. Eu trouxe ela aqui, ela fez um debate, ficou na minha casa uns dias. Foi na Câmara de vereadores, enchemos a Câmara de Vereadores e ela falou da Transposição do São Francisco, falou da Transnordestina, falou de uma série de coisas que tem parte da região. Então quem foi lá, foi beneficiado pelo que ela disse e entendeu o que ela disse. O povão, o povão dos bairros mais periféricos, os mais sofridos, não vão entender nunca isso não. A força da mídia com a força do dinheiro muda essa trajetória [de Heloísa Helena].

Podemos perceber com o caso de Tomé, que mesmo aqueles políticos que se opõem à lógica da política eleitoral de Monsanto, também necessitam do apoio de outros coletivos para serem eleitos, pois o partido político por si só não agrega uma representatividade ao candidato. No caso retratado, o partido político pode até agir negativamente sobre a imagem de um candidato, ao aliá-los a figuras de projeção nacional que não são bem recebidas pelos habitantes do município. No caso de Tomé, sua militância no PT permitiu que se aliasse ao sindicato da zona rural e aos

movimentos sociais, assim como sua trajetória pessoal permitiu que se aliasse aos membros da Igreja. Entretanto, é necessário ressaltar, nem sempre aliar-se a outros coletivos, que não os associados à política local, é eficaz para se eleger. Retomemos o caso de Cátia.

Falamos do caso de Cátia na discussão sobre famílias e política. Quando Cátia começou a se relacionar com Tomé (representante do PT), viu-se em uma situação paradoxal. Por um lado, o grupo político de sua família não a considerava como uma Cordeiro legítima, ao passo que o grupo rival, a tomava como aliada ao grupo do Deputado Cordeiro por partilhar com ele um grau de parentesco. Cátia, então, se lançou como candidata vinculada ao PSB – “era um partido socialista, mas não era tão radical”- , mas precisou recorrer ao apoio de outros coletivos para tentar ganhar a eleição. Em 2008, ela alia-se ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra:

Eu consegui conquistar o respeito, a amizade e a fidelidade do Movimento Sem Terra, que sempre foi um movimento de extrema importância para a Reforma Agrária no país, mas muito discriminado, vítima inclusive de alguns preconceitos muito bárbaros. E talvez por toda a discriminação que eu também passei, houve essa empatia muito grande e eles compraram a minha causa, acreditaram em mim como eu acredito muito neles.

Segundo a vereadora, esta aliança não foi uma boa estratégia. Em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que Cátia estabelece uma aliança com o MST, o candidato a prefeito do seu partido começa um conflito com o movimento, por conta da ocupação de uma terra de sua família. Somava-se a isso, segundo Cátia, o prejuízo causado pela pequena divulgação de sua candidatura. Para ela, sua eleição havia começado muito tarde, sem dinheiro e aliada a um grupo de pessoas “mal quistas” pela comunidade local:

Aqui ninguém quer saber de sem terra. Quando eu dizia aos meus parentes que eu estava sendo apoiada por eles, me diziam: ‘Tu vai é perder voto! Aquilo é um grupo de miserável! Quem quer saber daquilo?!’.

Para Cátia, aliar-se a um coletivo que não tinha boa recepção de outros setores da sociedade, até mesmo entre seus familiares, foi decisivo para a sua derrota. Apesar de tudo, Cátia ainda sente-se bem representada, pois conseguiu mais de 500 votos.

1.4 - ILUSÃO DE FIXIDEZ

A coletânea “O sufrágio universal e a invenção democrática” (Canêdo, 2005) retrata de forma inovadora as origens sociais do sufrágio universal. Mostra-o como produto de um longo processo de embates e lutas políticas, desde os debates sobre a ideia do voto até o estabelecimento deste como um princípio da democracia eleitoral. Por um lado, como nos evidencia Canêdo, o voto é compreendido como um procedimento sem história, pois a partir do momento em que é incorporado como um dispositivo formal, ou seja, enquanto uma ferramenta de prática política, perceber-se que ele é desvinculado todo o trabalho social e político que lhe foi constitutivo, assim com também é libertado de seu caráter conflitual. Por outro lado, as tentativas de resgatar a história do voto estavam comprometidas com pressupostos ideológicos, que não deveriam nortear uma análise científica sobre a história das instituições, aquilo que Garrigou (2005) chama de “uma história democrática da democracia”. Desta forma, a coletânea é a representação dos esforços de alguns autores em tomar o voto enquanto objeto e o compreender sob a perspectiva das práticas de seus usuários.

Desta forma, este capítulo esteve muito próximo da proposta da coletânea apresentada, apesar de tomar como objeto outro dispositivo formal da prática eleitoral. O que busquei foi retratar os partidos políticos a partir das práticas em que são inseridos, deixando para a ciência política a incumbência de contar-nos sobre suas

histórias⁵⁶. Entretanto, a grande peculiaridade deste trabalho consiste em sua estratégia metodológica: tomar o desenrolar cotidiano das relações políticas do município a partir do ponto de vista dos políticos e agentes da política.

Se tomados a partir das legislações eleitorais temos a impressão de que os partidos políticos são dotados de uma série de características próprias que lhes são imutáveis; os partidos políticos aparecem como uma reunião de pessoas que se associam por meio de posições ideológicas. Isso é claramente demonstrado, por exemplo, nos termos da legislação eleitoral que colocam o estatuto dos partidos políticos como uma reunião dos termos e condições partilhadas entre os seus elementos e que é soberano a todas as atitudes dos membros dos partidos, pois estes devem sempre ser fiéis ao conjunto de estabelecimentos presentes em seus estatutos.

Entretanto, o que podemos entender a partir dos meus dados de pesquisa é que a cada eleição e em cada caso particular, os partidos políticos são associados a uma série de outros coletivos para obterem uma função e estabelecerem uma representatividade. Depreende-se, então, que essa fixidez atribuída aos partidos políticos, que é difundida em nosso sistema eleitoral, pode ser considerada como um efeito de perspectiva ou um regime de visibilidade⁵⁷. Outro ponto importante é notar que as associações a coletivos não se apresentam como uma transmissão instantânea de capital político, sempre aparecendo como um jogo que pode ser eficaz ou não. Apesar dos quadros

⁵⁶ Existem trabalhos na ciência política que retratam de forma pormenorizada a constituição dos principais partidos políticos na arena eleitoral brasileira. Entre eles, os principais são Meneguello (1989) “PT. A Formação de um partido (1979-1982)”, Delgado (1989) “PTB: do Getulismo ao reformismo”, Oliveira (1973) “O Partido Social Democrático”, Hippolito (1985), “De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)” e Ribeiro (2010), “Dos Sindicatos ao Governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005”.

⁵⁷ Utilizo como visibilidade a noção proveniente do livro “Vigiar e Punir” de Michel Foucault (2008). Para o autor, o poder se dá dentro de um regime de visibilidade, que lança luz sobre alguns aspectos das estruturas de poder e sombra sobre outras. Ao tratar da mudança do regime de visibilidade do “modelo da lepra” para o “modelo da peste”, Foucault utiliza-se da figura do Panóptico de Bentham para demonstrar um regime de luminosidade que é “permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínuo em sua ação” (2008, p. 166).

apresentados, tudo muda a todo tempo, e um coletivo que era positivamente avaliado pelos políticos pode mudar de apreciação dependendo do encadeamento em que se insere⁵⁸.

Entretanto, o principal coletivo que aparece em associação com os partidos políticos em Monsanto, os grupos políticos, foi pouco debatido neste capítulo, pois necessita de uma demonstração e análise mais aprofundada, que será apresentada a seguir.

⁵⁸ Na antropologia da política, muitos trabalhos apresentam esta noção, principalmente ao nos dizer que as transferências de capital político entre coletivos e indivíduos não são instantâneas e entram em um jogo de apreciação que não garante, necessariamente, a eficácia eleitoral. Entre eles, o principal a ser citado é “Por que se perde uma eleição?”, de Goldman e Silva (1998).

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA DE GRUPOS POLÍTICOS

Neste capítulo discutirei os elementos constitutivos dos grupos políticos, partindo da descrição de sua estrutura, de seus agentes e indicando as formas de sua composição, assim como de sua existência cotidiana na política eleitoral de Monsanto.

Vimos que o partido político articula-se a diversos coletivos para compor uma *representatividade*, sendo também o grupo político um importante coletivo assimilado por esta lógica própria às legendas partidárias. Existe uma grande dificuldade na desvinculação entre as conceituações sobre o que são partidos e grupos políticos, principalmente porque é recorrente a utilização dessas palavras como sinônimas. Investigar a particularidade de cada um desses conjuntos é fundamental, mas também é preciso ressaltar que este movimento de composição é recíproco. Se por um lado a legenda partidária utiliza-se das relações estabelecidas por meio dos grupos políticos, este coletivo também se utiliza de partido político para sua composição e manutenção.

Descrever os grupos políticos não é tarefa simples, por uma série de razões. O principal agravante para a presente discussão é a inexistência de formulações nativas que deem conta do que são os grupos políticos em sua totalidade, como um conjunto fechado de ações, agentes e estratégias. O grupo político na cidade de Monsanto é operacionalizado cotidianamente, porém são sempre parciais as contribuições individuais dos agentes da política local para a delimitação deste complexo. Dito de outra forma, qualquer delimitação precisa a respeito deste coletivo será sempre parcial, pois não existe concepção unívoca sobre a sua constituição. Entretanto, ao utilizar-me das concepções individuais para tentar projetar as principais características dos grupos políticos, pude averiguar que quase todas elas referem-se a um estoque mais ou menos

limitado de apreciações, que visam descrever estes coletivos a partir de pedaços provenientes de diversos discursos: políticos, jornalísticos, científicos, literários. Portanto, a presente exposição é produto de uma coleta extensiva de concepções dos participantes dos grupos políticos; são relatos compostos por diversas vozes, opiniões e apreciações, sempre moduladas pelas diferenças de graus de participação e envolvimento com este coletivo.

2.1 – OS GRUPOS POLÍTICOS EM MONSANTO

Na cidade de Monsanto existem dois grupos políticos: o grupo vermelho e grupo azul. Os grupos políticos são descritos como coletivos que promovem a associação entre indivíduos, famílias e partidos políticos, que reúnem forças para alcançar objetivos diversos – particulares e coletivos –, mas que apresentam o anseio comum de ascender membros a algum cargo político. Desta forma, apesar dos diferentes interesses que podem construir as parcerias dentro de um grupo político, todos os seus esforços são compreendidos localmente como ações que visam eleger os seus candidatos. Tais coletivos permeiam os discursos locais como um imperativo da política de Monsanto, assim como o de muitas outras cidades do interior Pernambucano. É entendido como um componente essencial, ingrediente ou *a maneira* pela qual se faz política nos municípios do *interior*. Considera-se ser impossível, ou muito árduo, fazer política em Monsanto fora de um desses grupos políticos. Retomando uma característica já apontada neste trabalho⁵⁹, a política desempenhada por meio dos grupos políticos normalmente é encadeada em oposição à política que se considera desenvolvida nos grandes centros, a partir de ideologia partidária e partidos políticos.

⁵⁹ Ver capítulo 1, especialmente a seção “Legendas, múltiplas representações”.

Em sua atuação, o grupo político operacionaliza partidos políticos e famílias. Aquilo que me foi dado a observar sobre esta atuação compõe este capítulo. De início, ofereço um itinerário do que aqui será descrito, a partir de um modelo básico do funcionamento dos grupos políticos e de suas relações. A posição de maior destaque no interior destes grupos é a do *chefe* ou *líder* do grupo⁶⁰, que é filiado ao partido de maior representação do município em número de cargos ocupados na administração pública. Este partido⁶¹ é responsável pelas parcerias estabelecidas entre o grupo e políticos de outras esferas do Estado, como aqueles que ocupam cargos no governo federal e estadual. Existem ainda outras posições de liderança no interior dos grupos políticos, que são ocupadas, em sua maior parte, por pessoas inseridas na estrutura administrativa de Monsanto e políticos em exercício, principalmente na prefeitura e na câmara municipal. Particularmente no que toca a relação entre os vereadores e o líder do grupo político, a relação é uma via de duplo sentido, na qual os políticos realizam uma série de acordos com o grupo político através de seu líder para angariar seu apoio no momento da campanha eleitoral, assim como possibilitam, quando eleitos, a manutenção e realização de novas parcerias para o grupo político. Alguns dos políticos que buscam apoio do grupo no momento da campanha eleitoral são filiados ao partido de seu líder, ainda que outros sejam filiados aos demais partidos que compõem o grupo⁶².

Além dos membros distribuídos pelos partidos que compõem o grupo político, há aqueles, ainda, que estão filiados a partidos que não participam de qualquer grupo

⁶⁰ Vitório Cordeiro é o atual líder do grupo político azul, enquanto Paulo Beltrão é líder do grupo político vermelho.

⁶¹ No caso grupo político azul, o partido ao qual seu líder é filiado é, atualmente, o PR, enquanto no caso do grupo político vermelho, o PTB.

⁶² No grupo político azul, por exemplo, Lourdinha e Sérgio Carneiro são filiados ao PR, enquanto Joana e Samuel Rodrigues são filiados ao PHS e PSD, respectivamente.

político⁶³. É comum, ainda, aos parentes do líder filiareem-se ao seu partido atual, como no caso de Lourdinha Cordeiro e de Frank Cordeiro, ambos sobrinhos de Vitório Cordeiro. Entretanto, no que toca à relação entre a família do líder e o grupo ao qual está vinculado, a relação não é de simbiose, mas de duas realidades que podem se atualizar mutuamente, ainda que, em outros momentos, operem por suas próprias lógicas de funcionamento. O caso que envolve a sucessão do líder do grupo político expressa este funcionamento claramente. Veremos, no final do capítulo, como Heitor Cordeiro, sobrinho *carnal*⁶⁴ de Vitório Cordeiro, foi, desde a infância, considerado seu herdeiro legítimo na política, aquele no qual a família acreditava encontrar mais um *político nato*. Entretanto, todos que aspiram ao apoio do grupo político para lançar-se candidato a algum cargo eletivo necessitam firmar uma série de acordos com seus membros, acordos que participam de sua própria lógica, mesmo para Heitor, um parente *carnal* de Vitório Cordeiro.

Esta formulação sobre o funcionamento da política de Monsanto por meio dos grupos políticos ficou evidente de diversas formas durante a pesquisa de campo. A maior parte dos meus interlocutores de pesquisa se colocava dentro da chave dos grupos políticos e, aos poucos, um conjunto de experiências e relatos apontava para esta configuração. Logo na primeira semana de minha pesquisa, fiz uma visita à residência de Anacleto, jornalista e dono de um periódico especializado nas questões do município – Jornal Desafio. Ficou manifesta sua opinião de que seriam sempre parciais as conclusões de uma pesquisa feita por uma pessoa de fora, pois para ele era necessário estar dentro da configuração da política para tomar dimensão de seu funcionamento:

⁶³ Como no caso de Roberto da Silva, que apresentarei neste capítulo, presidente do Partido Verde em Monsanto e membro do grupo político vermelho, ainda que o PV não se encontre alinhado a qualquer grupo político.

⁶⁴ Parente *carnal* é um termo que designa pessoas que os pais ou mães partilham laços de *irmandade*.

Veja bem, não dá para ser de outra forma, pois aqui o cabra olha no olho e sabe em quem ele vota, então você estuda aqui dois anos e não sabe de nada! Pois falar de política e partidos aqui não é assim tão automático, ainda vai demorar muito tempo para as pessoas pensarem assim. Em Serra Talhada só existe o cordão azul e o vermelho e aqui é o seguinte: tem que escolher um lado. Não existe outro jeito. Pois até agora o que importa para a política é a pessoa, o dinheiro e o apoio. Não o partido, mas o grupo.

Nossa conversa durou cerca de três horas e enquanto conversávamos, Anacleto e sua esposa assistiam às novelas da Rede Globo. Inicialmente, entendi que aquele tipo de situação manifestava um desdém sobre o tipo de informação que eu poderia coletar com a minha pesquisa, sendo uma pessoa de fora dos grupos políticos. Entretanto, durante a conversa, pude perceber que Anacleto e a esposa queriam me deixar confortável, e conversar com sinceridade sobre como eu deveria entender as limitações da minha pesquisa dentro da política de Monsanto. O que Anacleto me disse, ao contrário de ser uma repreensão, era como um conselho de conduta, pois ele mesmo teve que se equacionar de diversas formas para trabalhar como jornalista que fala sobre política dentro do município.

Inicialmente, o jornalista era do grupo vermelho, mas para comprar o jornal teve que fazer negociações com o líder do grupo azul. Entretanto, ao longo do tempo entendeu que todas as vozes tinham que aparecer em seu jornal. Não adiantaria somente falar mal ou expor os aspectos positivos de um só grupo. Começou então a vender um espaço em seu jornal, que ele chama de “cotas”, para membros de ambos os grupos, para que além das reportagens envolvendo os grupos políticos, estes tivessem um espaço para expor suas ações e interesses. Desta forma, segundo Anacleto, apesar de atualmente não pertencer a nenhum dos dois grupos políticos, ele teve que fazer “um casamento na sociedade política”, pois para fazer um trabalho realmente válido, é preciso compor com as duas partes. Na opinião do jornalista, qualquer político que vise

um trabalho bem feito em Monsanto teria que saber compor com os dois lados, assim como ele fez e me recomendava fazer.

Em outra ocasião, encontrei-me com o segundo jornalista do Jornal Desafio, chamado Roberto da Silva. Ele atualmente trabalha como assessor de comunicação da Câmara de Vereadores de Monsanto, mas continua publicando no Jornal Desafio uma famosa coluna chamada “Alfinetadas”. Roberto da Silva é membro do grupo vermelho, e atualmente é presidente do Partido Verde na cidade, que não se encontra aliado a nenhum grupo político. Para ele, a política por meio dos grupos políticos tem um caráter de engajamento pessoal muito grande:

Época de eleição é assim, existe uma disputa muito acalorada. São carreatas de um lado e de outro. Briga de bandeiras, as pessoas colocam bandeiras vermelhas, outras bandeiras azuis. Entenda, Carla, as disputas que eles fazem é uma espécie de um jogo pessoal de ganhar e perder. Não se pensa só em melhorias para a cidade. As pessoas assumem um candidato ou um lado, pior que em jogo de futebol. Dizem assim “meu candidato é fulano e se fulano ganhou, viva! eu ganhei!”. É difícil falar em política sem falar em grupo. Uma pessoa vota no candidato, o partido vem depois. Muito mais no candidato, no partido quase nada. E aí entram vários aspectos: o que vale é carisma, o grupo político e o financeiro. Ou se é de um lado ou de outro.

Para o jornalista, apesar da existência de vínculos partidários na cidade, eles são insignificantes perto da dimensão que o grupo político adquire na política. Roberto acredita ser fundamental convidar as pessoas a participarem dos partidos políticos, principalmente por conta dos projetos de inovação e mudança, no caso de seu partido, essas mudanças teriam como foco o meio-ambiente. Apesar de Roberto da Silva ser membro do grupo vermelho, prevê que o partido do qual é presidente poderá compor para as eleições de 2012 um outro coletivo, chamado *terceira via*. Não é recente o projeto de formação de uma frente partidária que concorreria em pé de igualdade com os grupos políticos, a chamada Terceira Via, que apresenta projetos de composição

desde meados dos anos 80, mas que até agora não conseguiu ganhar projeção suficiente para fazer frente à força dos grupos na cidade.

No capítulo 1 falamos sobre o caso de Tomé, ex-vereador de Monsanto que no momento da pesquisa era candidato a deputado estadual. Como também já comentado, Tomé é filiado e presidente do PSOL em Monsanto. Sua carreira política começa com a fundação do PT no estado de Pernambuco e brigas internas o fizeram desvincular-se do Partido no momento de criação do PSOL. Para Tomé, assim como para muitos partidários do PSOL e PT na cidade, não importa a posição que se assuma no interior das oposições entre os grupos políticos, porque participar desta estrutura é entrar em um jogo que implica a existência da outra parte. Para Tomé, estar em um grupo é também participar do outro, pois as diferenças entre os grupos políticos de Monsanto são poucas, pois a ideologia do grupo, seu conjunto de ações e de projetos partilham das mesmas propostas:

Aqui se criaram dois clubes. O clube do azul e o clube do vermelho. Eles lutam dentro desses clubes pra ver quem ganha mais votos. Quem é contra o clube do azul, vai pro grupo do vermelho. Isso cria uma falsa polarização, porque na realidade eles são homem-aranha, são azuis e são vermelhos. Estão unidinhos, estão juntos. São uma unidade e comungam.

Ainda sobre este assunto, Tomé insiste no tema das relações próximas mantidas entre membros dos grupos políticos fora do período eleitoral:

Eu estive lá dentro, eu fui uma pessoa de Faustino, eu escrevia os discursos de Faustino Rodrigues, todos eles! Os políticos dos dois grupos se ligam direto, e ainda brincam “um dia eu trago você pro meu grupo!”, se encontram, bebem cachaça junto, brincam junto, vão pra shopping em Recife. Existe uma coisa assim de harmonia entre eles muito forte. Quando na sede e no calor da política, no discurso, na oratória, surgem críticas de um ao outro. Mas por baixo, eles sempre se respeitaram, sempre se quiseram bem.

Pode-se perceber, a partir dos relatos do ex-vereador, que a posição de rivalidade dos grupos políticos em Monsanto é muito menos rígida do que parece. Os agentes

políticos inseridos nos grupos compartilham informações e estabelecem relações de proximidade fora do período eleitoral. Portanto, a oposição entre grupos políticos, que muitas vezes se apresenta como fixa e operante, ganha contornos visíveis somente nos períodos eleitorais. Ainda a partir das conversas que tive com Tomé, pude perceber que os processos de troca, alianças e incorporações são sempre cogitados e que equações entre agentes e grupos políticos são esperadas e não se apresentam como momentos extraordinários, fora da lógica política local.

Tomé defende a criação da *Terceira Via* em Monsanto, apesar de acentuar sempre que a terceira via pode estar “voltada pra questão do povo ou ter um braço voltado pra um dos grupos, tirando voto dos candidatos do grupo rival, mas sem nunca eleger um candidato”. Para Tomé o grande desafio da *Terceira Via* é constituir-se “genuína”, escapando dos interesses dos grupos políticos em tomá-la como apoio, conseguindo mais votos para seus candidatos.

A *cor* (*cordão, camisa, bandeira*) que representa cada um desses grupos é inteiramente assimilada pelos habitantes da cidade, os quais se referem aos grupos pelo nome de suas atuais lideranças ou por suas cores. Não me foi apontada nenhuma correlação entre as cores dos grupos e os partidos políticos que os compõem; entretanto é preciso notar que elas seguem o padrão de tons dos principais partidos que compõem cada um dos grupos: o PTB, no caso do grupo vermelho, e o PR no caso do grupo azul.

Borges (2003, p. 89-101) presenciou, nos atos de governo de Joaquim Roriz, em seu terceiro mandato como governador do Distrito Federal (DF) (1998-2002), um processo similar ao observado em Monsanto. Durante o processo de asfaltamento do Recanto das Emas, encabeçado pelo governo do DF, a autora pôde perceber uma série de índices que estabeleciam a conexão entre as obras realizadas e o governo de Joaquim

Roriz: o principal destes índices era a relação estabelecida entre o governo Roriz e a cor azul. Segundo Borges, “o uso das cores representa um refinamento nas estratégias da iconografia política” (p. 95), pois ainda que assuma a função de ícone, temos na cor um “símbolo de ordem mais indexa, menos referencial e, portanto, mais poética (como *poiesis*), ou seja, um conceito aberto à atribuição crescente e constante de sentido” (p. 95-96). Ainda que em algum momento as cores – azul e vermelho –, no caso do DF, tenham assumido uma função de identificação durante o pleito, passaram a atuar, diz a autora, por si mesmas e adquirir “uma independência, um estatuto de fato” (p. 91). O azul e o vermelho foram sendo construídas como índices do tipo de disputa política no DF, que estabelecia a relação entre aqueles ligados a Roriz e seus opositores, principalmente ligados ao PT.

Diferente do caso descrito por Antonádia Borges, em Monsanto as cores que nomeiam e classificam os grupos políticos opostos não se referem, propriamente, à ideologia ou o tipo de ação defendida por cada grupo; também não faz referência às obras realizadas pelos grupos, pois, como apontado ao longo do capítulo 1, as formulações acerca do *trabalho* e do *serviço prestado* de cada candidato liga-se às atuações particulares, como atributos de um representante político, no máximo, sendo estendível à sua família, mas nunca a todo o grupo político.

Cada grupo político é estruturado em torno de uma liderança: representantes políticos do município de Monsanto que, no entanto, não restringem sua influência política ao nível municipal. Note-se que a palavra utilizada para referir-se a pessoa que coordena as atividades do grupo político é sempre *líder* ou *chefe*. Segundo meus interlocutores de pesquisa, liderar o grupo não significa ter a sua posse, a ideia de propriedade apesar de lhe ser vinculada, não é efetiva. O grupo político não se encerra, necessariamente, com o fim da carreira ou da vida de seu líder, pois podem existir

sucessores deste líder no interior do grupo. A liderança do grupo político pode direcionar suas ações, influenciar suas escolhas, mas existe um caráter deliberativo contido no grupo; determinadas ações da liderança podem despertar diferentes apreciações entre seus integrantes. Percebe-se, então, que o grupo político não é sempre um todo homogêneo, podendo conter diferentes interesses e motivações. O grupo vermelho atualmente é liderado pelo deputado estadual Paulo Beltrão e o grupo azul pelo Deputado Federal Vitório Cordeiro.

O conceito de rede de Barnes é retirado, principalmente, do livro de Fortes (1949) “The Web of Kinship among the Tallensi”, que utiliza este termo para descrever como noções de igualdade de classe foram aplicadas e, também, como alguns indivíduos fazem o uso dos laços de parentesco e amizade em uma comunidade na Noruega. A noção de rede foi desenvolvida na Antropologia social com o intuito de analisar processos sociais envolvendo ligações que atravessam grupos sociais. As ligações interpessoais que surgem das parcerias estabelecidas dentro de um grupo são parte da rede social total, mas também são estas relações que ligam pessoas de diferentes grupos. Para Barnes, uma análise da ação em termos de rede é capaz de demonstrar as fronteiras e a estrutura interna dos grupos. Entretanto, o autor defende que este conceito é aplicável em localidades onde grupos estáveis como partidos e facções não foram formados e onde não existe uma estrutura fixa, nem um padrão duradouro de liderança. Para Barnes (1968, p. 111) a rede funcionaria como um fluxo imaterial interconectado: “a rede trata-se de uma abstração de primeira ordem da realidade que contém o tanto possível da informação do todo da vida social da comunidade correspondente”. Para o autor, cada membro da rede a vê por um ângulo diferente, ou seja, atribui-se grande importância às experiências subjetivas de cada ator. Entretanto, para o autor (p. 107), a utilidade do conceito estaria em “poder analisar os

processos políticos que são desvinculados da política nacional, mas que envolvem indivíduos e grupos que tentam mobilizar apoio de uma população local” para suas mais variadas propostas, assim como influenciar as atividades e ações de seus companheiros.

No caso de Monsanto, como procurei demonstrar, os grupos estabelecem parcerias com outros coletivos da sociedade, mas mantêm íntimas relações com as estruturas do Estado. Além disso, estabelecem-se padrões duradouros de liderança, mas que são substituíveis. Seria interessante, entretanto, ressaltar que assim como no conceito de rede desenvolvido por Barnes, o grupo político pode ser entendido como uma unidade se tomado como uma abstração, pois cada membro estabelece um tipo de parceria diferente com o grupo, por um emaranhado de linhas diversas que ligam, a partir de diversas equações, todos os membros dos grupos políticos ao seu *líder*.

Mas quem é líder dentro de um grupo político? Quando fiz esta pergunta a Francisco Rocha, ex-assessor do Deputado Vitório Cordeiro e atual presidente do PHS em Monsanto, ele me respondeu prontamente: “um líder se faz por atos e fatos. Você não leu Maquiavel?”. Para Mário, a liderança é exercida, não tem receita para alcançá-la e dentro de um grupo político a liderança é demonstrada pela população: “um líder aparece quando a população o reconhece e, mesmo entre políticos já eleitos, existem aqueles que expressam liderança, enquanto outros não”. Segundo Mário, para manter efetiva a liderança dentro de um grupo político é preciso ainda estabelecer alianças com políticos de outros níveis de administração, seja municipal, estadual ou federal. Atualmente, concebe-se que o líder do grupo azul, o Deputado Federal Vitório Cordeiro, é aliado político do Governador de Pernambuco Eduardo Campos⁶⁵, enquanto

⁶⁵Apesar de atualmente o Deputado Vitório Cordeiro ser associado à imagem do Governador de Pernambuco por conta das alianças entre seus partidos políticos, outras figuras da política nacional também são a ele associadas, principalmente por terem participado de um mesmo partido político no passado.

o líder do grupo vermelho, o Deputado Estadual Paulo Beltrão, é aliado do Senador Armando Monteiro⁶⁶. Se por um lado, o líder precisa manter suas alianças e demonstrá-la por “atos e fatos”, o grupo político precisa, por outro lado, mostrar apoio ao seu líder, como me lembrou Mário: “N’O *Príncipe* de Maquiavel já está escrito que os momentos de honraria são importante para os *correligionários*⁶⁷. Demonstra apoio, união”.

Dias depois pude presenciar pessoalmente o que Mário havia me dito. Alguns membros do grupo azul - principalmente meus contatos do Escritório Político do Deputado Cordeiro, a presidente do PR, Lourdes Cordeiro, e também Mário Olimpio -, me convidaram para acompanhá-los em uma viagem a Recife, para participar de uma cerimônia na Câmara Municipal. Nesta ocasião, o deputado Cordeiro recebeu o “título de cidadão recifense”, uma homenagem prestada pelos vereadores do município em reconhecimento ao *trabalho prestado* pelo Deputado Vitório, por sua trajetória e também pelo seu empenho em trabalhar por aprovações orçamentárias para todo estado de Pernambuco.

Sáimos de Monsanto às 6h da manhã de uma quinta-feira e chegamos a Recife por volta das 15h. A semana havia sido atribulada, pois vários membros do grupo político vinham ao escritório para perguntar se havia lugar no carro que nos levaria para Recife. Quem quisesse participar estava convidado, porém era necessário vestir-se com uma roupa formal, avisavam as assessoras do Deputado Cordeiro. Eu mesma fui questionada se teria alguma roupa adequada para acompanhá-los, pois sempre me vestia com trajes informais, como calça jeans e camiseta. Como havia me hospedado na casa de uma assessora do Deputado Cordeiro no último mês de pesquisa, ela me ajudou a

⁶⁶ Veremos esta situação na discussão sobre partidos, grupos políticos e coligações.

⁶⁷ Correligionário é um termo polissêmico que designa os membros de um grupo político. Não se é correligionário por si só, sendo esta utilizada para designar que determinados indivíduos mantêm uma pareceria com outros membros de um grupo político. Em outros momentos, a palavra pode ser usada em substituição da palavra “eleitor”.

encontrar uma roupa para a ocasião. Entretanto, por este motivo, muitas das pessoas que se mostraram interessadas em participar da solenidade acabaram por desistir, a maioria delas mulheres. Encontrávamo-nos, na van que nos levaria para Recife, em 10 pessoas, 3 mulheres e 7 homens. Levamos faixas com frases em homenagem ao Deputado, que foram colocadas na parede no momento da solenidade. Retornamos logo após a cerimônia e chegamos novamente a Monsanto por volta das 4h30min da manhã.

Esta experiência foi fundamental para meu trabalho, pois pude perceber pela primeira vez um conjunto de pessoas ao qual poderia atribuir o nome de “grupo político”. Até então, o grupo político não tinha se apresentado como uma expressão visível, e sim como uma virtualidade⁶⁸: antes da viagem para Recife encontrava-me com pessoas pela cidade que se diziam membros do grupo político ou deparava-me com diversas pessoas que chegavam ao escritório político do Deputado Cordeiro dizendo-se *correligionárias* do grupo. Pude então perceber que os momentos de homenagem a algum membro do grupo político, ou a alguma obra de sua autoria – principalmente em eventos de inauguração –, é extremamente importante para a visibilidade do agrupamento de pessoas que se conhece por grupo político. Essa visualização só é possível se adquirida alguma posição em relação ao grupo ou alguma aproximação de

⁶⁸ Isto não implica que os grupos políticos não sejam uma realidade constante na atividade política de Monsanto. Se seguirmos a definição que Deleuze faz de *virtualidade* (2008, p. 47-48) percebemos como uma existência virtual do grupo político é tão real quanto nos momentos em que adquire contornos de visibilidade. Para Deleuze, o principal exemplo de virtualidade são as próprias relações de força que, apropriando-se do termo spinozista, constituem uma *causa imanente*, visível apenas em seus efeitos, que a *atualiza, integra e estratifica*. Trata-se, neste sentido, de uma pressuposição recíproca, em que o que é virtual se torna visível apenas em suas atualizações, em suas *estratificações atuais*. Virtual é o *desejo*, diriam ainda Deleuze e Guatari em uma nota (2007, p. 98-99), e tudo o que se vê já é um agenciamento atual do desejo, e mesmo o que Foucault chama de relações de poder, já seria uma dimensão estratificada deste agenciamento. Neste sentido, não proponho aqui uma divisão entre real e não-real, mas entre *virtual* e *atual*, como dimensões constitutivas da realidade.

seus membros. Isso porque, mesmo que se reconheça uma cor inculcada a cada um dos grupos políticos, elas não são acionadas em todo momento⁶⁹.

Importante frisar a grande dificuldade de apreender, cotidianamente e fora destes momentos de homenagem, o grupo político enquanto um conjunto visível, pois é um coletivo que não tem sede, reuniões periódicas ou quantificação sistemática de seus membros. A partir das movimentações dos indivíduos que se classificavam como membros do grupo político, pude perceber que apesar de não existir nenhuma sede ou bastião que pudesse acolher os membros deste coletivo, diversos pontos de apoio eram utilizados no interior das estruturas do poder municipal – principalmente a Câmara de Vereadores, a Prefeitura e também o Escritório Político – para manter sua parceria. Ou seja, nos casos em que algum membro do grupo necessitava de ajuda, auxílio, informação e até mesmo aconselhamento, recorria a outros membros do grupo que ocupavam determinada função em algum destes órgãos públicos. Entretanto, é importante ressaltar que para entrar em contato com o grupo político, nem sempre seus membros procuram pela mesma pessoa no interior da estrutura político-administrativa. Tudo depende do tipo de vínculo entre as pessoas, que não se dá da mesma forma entre os membros do grupo.

Lourdes Cordeiro, como anteriormente citado, trabalha atualmente na secretaria de administração da prefeitura de Monsanto. Entre os anos 2000 e 2008, Lourdes trabalhou como chefe do Escritório Político do Deputado Vitório Cordeiro. Seria compreensível – sendo o deputado líder do grupo político azul – que os membros desse grupo procurassem seu escritório político para contatar seu grupo, pois ali trabalham

⁶⁹ Muitos interlocutores de pesquisa remetem-se ao momento da eleição como de grande visibilidade dos grupos políticos por meio de suas cores. Dizem que toda a cidade se divide conforme as cores dos grupos aos quais eleitores, correligionários, políticos e candidatos estão vinculados. Neste sentido, a pouca visibilidade dos grupos no momento da minha pesquisa talvez se deva ao fato de ter sido realizada em um período não eleitoral.

seus assessores diretos e a comunicação com os gabinetes oficiais do deputado são diárias. Entretanto, segundo Lourdes, mesmo depois de deixar o seu posto como chefe do Escritório Político, muitos membros a procuram em seu escritório na Prefeitura de Monsanto para conseguir qualquer tipo de informação e ajuda do grupo político. Isso porque as pessoas que mantêm um vínculo mais próximo a Lourdes sentem-se mais a vontade em procurá-la em vez de procurarem os funcionários que trabalham cotidianamente no Escritório de Vitório Cordeiro. Durante o trabalho de campo no escritório político, pude perceber que, quase diariamente, Lourdes Cordeiro telefonava para algum dos assessores do Deputado Cordeiro para conseguir, ou transmitir, alguma informação e solicitar algum tipo de ajuda para membros do grupo político, solicitações feitas anteriormente a ela em seu escritório na Prefeitura da cidade.

A utilização da aparelhagem político-administrativa do município para manter a parceria do grupo político ainda sustenta outra particularidade. Apesar de não existir uma periodicidade regulamentada das reuniões entre os membros do grupo político azul, existem situações em que é necessário o agrupamento de diversos membros para tomada de decisões⁷⁰. Como me disse Airton, um funcionário do Escritório Político, essas reuniões ocorrem – na maioria das vezes – na Câmara dos Vereadores, pois grupo político de Cordeiro está vinculado a 4 vereadores do município, e não é complicado contar com o espaço da para a realização de reuniões. Outra prerrogativa que pode ser acionada, como me informou Tomás da Cunha, assessor do Deputado Cordeiro, é que para a realização de reuniões e convenções dos Partidos, é lícita e prevista por lei a utilização de edifícios públicos.

Apesar de constituir-se, principalmente, através de alianças entre famílias e entre partidos políticos, existem pessoas que se aliam aos grupos políticos de outras formas,

⁷⁰ Um desses episódios será debatido a seguir, na discussão sobre as famílias dentro dos grupos políticos.

independente da vinculação prévia a esses coletivos. As motivações que levam as pessoas a aliarem-se aos grupos políticos são muitas e, de forma geral, motivadas por circunstâncias particulares - que vão desde a amizade com algum membro do grupo até na forma de retribuição de favores prestados por algum desses membros. Entretanto, existe uma recorrência significativa de pessoas que se vinculam ao grupo político pela possibilidade de conseguir um emprego junto a políticos em momento de campanha. Essas pessoas procuram os candidatos para trabalhar durante o pleito e, a partir de um vínculo formado durante as eleições, começam a compor o grupo político.

Graça é um destes casos, onde o vínculo estabelecido durante a campanha eleitoral foi mantido, e passou a ser importante também fora dos períodos eleitorais. Hoje com 25 anos, Graça trabalha desde os 12 anos na *política* – como ela mesma diz –, “*mentindo*”. Quando a prima e as amigas mais velhas começaram a trabalhar em campanhas, ela ficou com “*muita vontade de participar*” e foi conversar com um candidato a vereador – membro do grupo político azul - que contratava temporariamente cabos eleitorais para fazer o *porta-a-porta* no bairro Da Ponte; porém, como ela era menor de idade, não pôde ser contratada. Como sua “*vontade era muito grande*”, pegou um título emprestado de uma das primas e apresentou-o ao candidato que a contratou, mediante a constatação de que a dona do documento tinha 17 anos (ano 2000). Desde então Graça trabalhou em todas as campanhas pelo *grupo político* de Cordeiro; há oito anos, a antiga chefe do escritório político a convidou a participar das atividades cotidianas da instituição. Como seu vínculo empregatício no escritório político não é formal, tornou-se assessora da vereadora Lourdinha Cordeiro por conta do trabalho realizado em sua campanha nas eleições de 2008.

De uma forma geral, muitas pessoas que trabalham como *cabos eleitorais* – principalmente no caso do trabalho junto a vereadores - podem vir a compor a

assessoria do candidato pelo qual trabalharam, caso este seja eleito, mas este vínculo depende também do tipo de atividade realizada durante a campanha. Os candidatos a vereadores, por exemplo, normalmente trabalham com cinco ou seis pessoas durante a campanha, mas só podem empregar duas delas, caso eleito. No entanto, mesmo aquelas pessoas que trabalharam durante as eleições e não conseguem eleger um candidato, ou não são escolhidas para trabalhar junto ao candidato no caso de serem eleitos, vinculam-se ao grupo político também com a pretensão de conseguir algum emprego, por recomendação de algum de seus integrantes.

Pertencer a um grupo político, apesar de ser uma decisão particular⁷¹ – no limite em que mesmo que sua família ou seu partido indique a participação em algum grupo político, impera a decisão particular dos atores –, é uma marca pública. Isto é, os eleitores e pessoas envolvidas em diversos setores do município, não só o político, identificam facilmente os integrantes dos grupos políticos.

Esta questão, em particular, me proporciona esboçar uma análise a respeito dos modos de existência do grupo político, suas parcerias e também sua liderança. Procurei mostrar, até agora, as diversas maneiras pelas quais é possível se estabelecer uma parceria com o grupo político. A posição de maior de maior destaque no interior do grupo é ocupada por seu líder. Sua liderança é exercida, principalmente, pelas ações de que dispõe por ocupar uma posição – um cargo político – que o coloca em contato com outras esferas da administração pública – estadual e federal. Entretanto, não é só a partir do líder que o grupo se organiza. Como demonstrado, é de grande importância que membros do grupo político desempenhem funções em diversos setores da estrutura

⁷¹ Essas decisões que chamo “particulares”, entretanto, não podem ser tomadas como oponentes às determinações coletivas. Em certo sentido, todas as decisões particulares são equacionadas dentro e a partir dos coletivos. Se desvincular de um coletivo, é ao mesmo tempo, aproximar-se ou ser incorporado a outro. Para uma descrição próxima sobre as conjunções entre famílias e política, verificar Villela (2009).

político-administrativa da cidade, pois, uma vez que o grupo não funciona a partir de uma organização formal, utiliza-se desses espaços para manter os vínculos entre seus membros e seu líder. Desta forma, o que procuro mostrar é a importância, para o grupo político, de uma série de espaços de poder que não são estruturas fixas, isto é, espaços nos quais nem sempre os mesmos membros ocuparão ou exercerão as mesmas funções. Tudo depende, neste caso, do vínculo que estes membros mantêm na cidade e no interior do grupo político; suas trajetórias e relacionamentos individuais dentro e fora do grupo político também são cruciais para estabelecer este tipo de vínculo.

Outro ponto que tento demonstrar é a forma pela qual os indivíduos, a despeito de suas famílias ou partidos políticos, podem se aliar ao grupo político. Para traçar minha análise utilizo o conceito de *adesão*, formulado por Palmeira (1996, p. 41-55)⁷², com algumas ressalvas. A principal delas é que o trabalho de Palmeira estabelece o voto como uma adesão; no meu caso de pesquisa, por se tratar de um período não eleitoral, não tenho condições de utilizar esta ferramenta – o voto – para estabelecer nenhum parâmetro. Discuto a *adesão* como uma ferramenta de inteligibilidade para os processos de vinculação entre membros e grupo político. Não consigo estabelecer nenhum recorte acerca dos eleitores, mas a partir do acompanhamento da rotina do escritório político, ousou dizer que os tipos de parceria discutidos aqui não são entre eleitores e grupos políticos. Nos casos aqui apontados, discuto somente a parceria de membros que dispõem de algum tipo de capacidade para agir exatamente no interstício de comunicação entre eleitores e grupos políticos; para já entrar nas terminologias de Palmeira (1996, p. 51), tratam-se antes de “eleitores de votos múltiplos”.

⁷² Também pode ser encontrado em Heredia e Palmeira (2005, p. 453-476)

Palmeira (1996) propõe, em relação ao voto, que este não se relaciona apenas com um ato isolado e individual, mas a um modo de *adesão*, no qual mais do que depositar o voto em um candidato, trata-se de se posicionar dentro de uma parcela da sociedade. O conceito de adesão trabalhado pelo autor está ligado também à sua interpretação sobre a política desenvolvida por meio de facções. Para Palmeira, a utilização de uma imagem associada à política local, na qual duas facções confrontam-se permanentemente, apesar do que podem conter de verdadeiro, pouco diz sobre o significado deste tipo de ordenamento. Por isso o autor propõe a utilização do termo *tempo da política* para evidenciar não só a marcação do período eleitoral, mas o momento onde as facções ganham operacionalidade e declaram o conflito aberto. Isso não quer dizer, entretanto, que as adesões e as facções se desfaçam no período não eleitoral, mas que o *tempo da política* é o momento onde as posições são assumidas, trocadas e renegociadas. Para aqueles que mantiveram o compromisso com alguma facção, é o momento de amortizar as dívidas assumidas com os políticos das facções que proporcionam fluxos de trocas de favores e bens, para além do período eleitoral. O autor, remontando aos trabalhos de Daniel Gross, ainda evidencia o modo de operacionalização das facções na política local:

Criado um município, o seu ‘fundador’ exerce um poder sem limites até o momento em que o chefe político de um distrito lhe comece a fazer oposição. O acirramento do conflito acaba provocando a divisão do município e garantindo um período de paz a ambos os municípios, até que, em cada um deles, o processo se reinicie. Essa ideia de ciclo de uma facção não é estranha aos políticos, mesmo quando a possibilidade de fragmentação do município, por que razões seja, não se coloca. [...] Quando aproximamos mais o nosso olhar – tendo, obviamente, como referência um tempo mais restrito – de situações como aquelas analisadas pela literatura, constatamos que a polarização da vida das localidades do interior entre ‘situação’ e ‘oposição’, em especial das sedes dos municípios, parece ser um processo corrente e generalizado e, também, que o exercício ou a pretensão ao exercício do poder absoluto e discricionário pelo adversário é objeto não apenas de denúncias, mas do medo de muitos dos que são ‘do outro lado’ (1996, p. 42).

Apesar de insistir sobre a dupla polarização operacionalizada pelas facções, Palmeira evidencia que as facções são sempre cíclicas. Segundo o autor, se existe um

traço consensual na literatura – principalmente da ciência política e da antropologia dos anos 60 e 70 – é que as facções não são permanentes, mas podem passar por períodos de longa duração.

Vincent (2002) faz uma análise da formulação do conceito na literatura antropológica e nos mostra que as facções são sempre pensadas como grupos fluidos recrutados oportunamente e verticalmente por líderes para disputar assuntos específicos: geralmente duas facções entram em conflito sobre um problema específico, desfazendo-se quando este problema é resolvido. Na Antropologia Política, segundo a autora, o conceito aparece como um termo técnico para designar um tipo particular de organização política, dentro de um alinhamento político informal. Vincent afirma ainda que, mesmo que o conceito de faccionalismo tenha sido alvo de críticas, principalmente por aparecer como um ‘lugar comum’ nas abordagens processualistas, o conceito teve importantes desdobramentos.

A ideia do voto como *adesão* a um grupo que se organiza como facção política, assim como formulado por Palmeira, poderia ser de grande valia para minha análise. Entretanto, algumas divergências se apresentam entre esta ideia e a análise aqui realizada.

O primeiro ponto de divergência é que apesar da configuração dos grupos políticos apresentar dois grandes conglomerados que fazem oposição um ao outro – oposição esta que se torna mais evidenciada durante o que é considerado, também entre meus interlocutores, a *época da política* em Monsanto –, podemos perceber que pelo menos desde o fim da década de 80, indivíduos e partidos políticos ligados ao que se concebe como *ideologia de esquerda* tentam produzir um novo conglomerado com força política comparável aos dos grupos políticos: a *terceira via*. É notável, entretanto,

que apesar dos esforços em consolidar uma *terceira via* há, pelo menos, 25 anos, ainda não se conseguiu produzir um conglomerado comparável ao tamanho, influência e força política dos grupos políticos da cidade. Isto não quer dizer, entretanto, que a terceira via não seja um ator importante para a política de Monsanto. Ao contrário, ela é um objeto de preocupações e disputas, sendo um constante alvo de negociações e tentativas de incorporação a um dos grupos políticos.

O segundo ponto de dessemelhança tem relação ao que Palmeira coloca sobre o aspecto de, nos períodos não eleitorais, a facção se reduzir: “a facção fora do tempo da política se resume aos chefes políticos e a uns poucos seguidores”, em contraposição ao período eleitoral onde se procura incorporar o maior número de pessoas. Isso também é verdade para o caso de Monsanto, mas segundo os dados que procurei apresentar ao longo desta exposição, é muito importante manter parcerias ativas com alguns membros estratégicos do grupo político – tanto aqueles que mantêm liderança em alguma localidade⁷³, como aqueles que ocupam posições na estrutura político-administrativa da cidade, auxiliando os eleitores do grupo político azul e consolidando a parceria entre os membros do grupo político fora do período eleitoral. No meu caso de pesquisa, este ‘esvaziamento’ parece acontecer antes por conta do afastamento dos eleitores nos períodos não eleitorais – alguns destes somente procuram o grupo político em caso de necessidade – e não exatamente de todos os membros do grupo político.

2.2 - AS FAMÍLIAS NA POLÍTICA - SOBRE OS GOSTOS E VÍCIOS HEREDITÁRIOS

Em Monsanto, as famílias são indicadas como o principal coletivo associado ao grupo político. Como discutido no capítulo 1, no sertão do Pajeú as famílias são compósitos que agregam não só pessoas que partilham de laços biológicos. São também

⁷³ Que poderíamos relacionar ao que Palmeira (1996, p. 51) chama de “eleitor de voto múltiplo”, pois ao fazer parte de um grupo político carrega consigo outros votos.

arranjadas a partir de outros conjuntos de relações, como de vizinhança, amizade e compadrio. Já discutimos também como as concepções de família estão sempre associadas a um território a que estas pertencem; mesmo que atualmente muitos de seus membros não residam nestes locais, o território é produtor de família⁷⁴.

Dentro dos grupos políticos, de maneira geral, existe uma família central que promove alianças políticas com outras famílias da cidade para compor o grupo. Essas famílias que se colocam no centro do grupo político são descritas como *famílias tradicionais* ou *famílias políticas*⁷⁵. Entretanto, nem todas as famílias que estão dentro do grupo político são tradicionais, ainda que sempre exista uma família que é indicada como portadora de uma tradição na política. No caso do grupo azul, mesmo que a família Cordeiro não seja considerada uma *família tradicional*, muitos membros remetem-se a um tio do atual líder do grupo – Deputado Vitório Cordeiro –, que foi político e fundador da UDN na cidade, para afirmar que a família Cordeiro tem tradição na política, mesmo apresentando um vínculo mais recente que muitas das famílias centrais do grupo político rival.

Segundo uma apreciação geral, o grupo político seria produto de alianças entre famílias menos numerosas – ou com menor tradição política – e *famílias tradicionais*, que visam compor forças para realizar os interesses políticos de seus membros. Tais alianças são concebidas – como também já discutido – como estratégias ou particularidades da política local, que têm como objetivo fazer com que interesses políticos – particulares e partilhados – sejam mais facilmente acolhidos pela população.

⁷⁴ Marques (2002, p. 122-123)

⁷⁵ Essas famílias que são aliadas tendem a se transformar em unilaterais, quando sua parceria se estende.

Atualmente, são aliadas no grupo político azul as famílias Cordeiro, Cunha e Soares, sendo a família Cordeiro a mais importante dentro do grupo. No período de pesquisa de campo, o grupo político azul estava se aliando a um político rival – Faustino Rodrigues –, pertencente a uma *família tradicional* e uma das famílias centrais do grupo político vermelho⁷⁶. Apesar de Faustino Rodrigues lançar mão de várias razões para justificar a sua saída do grupo político vermelho, a justificativa mais bem aceita pela população era a possibilidade da união de sua família, pois um primo seu já havia se aliado ao grupo político azul e, desde então, os primos haviam rivalizado, disputando o mesmo cargo nas eleições.

O grupo político não cria parentesco entre seus membros, mas pode atualizar laços entre parentes distantes, tornando-os novamente família. Um destes casos é o de Vilma Cordeiro. Vilma é parente dos Cordeiro por parte de pai e mãe, mas apesar do pai sempre participar da *política*, seus vínculos eram mais distanciados com a família do Deputado. Entretanto, a partir do seu trabalho junto a candidatos, em sua maioria primos – também com algum parentesco com a família Cordeiro –, Vilma foi aos poucos se aproximando da família e também de muitos assessores do Deputado Cordeiro. Desta forma, começou a trabalhar com a equipe de Cordeiro e, como me conta, às vezes se aproxima de um ou outro primo por conta de uma eleição. Foi assim nas últimas eleições para vereador, quando Vilma conheceu uma prima distante, sobrinha *carnal* do Deputado Cordeiro, Lourdinha. Vilma trabalhou na campanha da prima, ajudou a elegê-la e hoje ambas mantêm um convívio próximo.

Por mais que seja comum membros de uma mesma família aliarem-se a um mesmo grupo e até mesmo filiarem-se a um mesmo partido, existem casos em que essas equações entram em curto circuito. Fred Cordeiro foi um desses casos. O atual vereador

⁷⁶ Discutirei o caso mais detidamente na sessão sobre alianças, neste mesmo capítulo.

me relatou a grande dificuldade enfrentada nas últimas eleições. Apesar de ter sido eleito e fazer parte do grupo político azul, no momento da eleição, seu partido estava coligado aos partidos políticos que compõem o grupo político vermelho. Sua família, entretanto, estava aliada ao grupo político azul. Desta forma, como me apontou o vereador, mesmo que todos os pormenores e negociações de sua candidatura tenham sido feitas por meio do grupo político vermelho, ele não se sentia como aliado ao grupo. Sentia-se impedido de apoiar o candidato a prefeito do grupo político vermelho, apesar de seu partido político estar na coligação. Era impedido, por outro lado, de subir ao palanque do grupo político azul, apesar de toda sua família – inclusive o próprio vereador – apoiar o candidato a prefeito deste grupo. Fred me disse que apesar de todas as dificuldades, teve de manter-se neutro e não subiu em nenhum palanque, mesmo que essa decisão pudesse trazer grandes prejuízos a sua candidatura.

Ser parte de uma família não define, automaticamente, quais serão suas preferências políticas, mas podem direcioná-las. Como me lembrou Cátia Cordeiro, pode-se nascer dentro de um grupo político, mas a decisão de permanecer dentro dele é sempre particular. No caso de Cátia, mesmo hoje estando apartada de ambos os grupos políticos, ela me conta que se lembra de participar das eleições desde pequena:

Carla: Conta então a história dos bocas-pretas.

Cátia: Me lembro bastante de dois momentos da minha vida, de quando eu era pequena. E me lembro disso como se fizesse parte de uma coisa muito séria da minha vida. Eu me lembro de eu correndo atrás das pessoas... assim, tipo, não eram carreatas, eram verdadeiras passeatas. Então, com seis anos eu já ficava pelas calçadas gritando. Quando passava o pessoal da família, eu gritava o nome e quando passavam os adversários, mesmo que a família não gritasse, eu gritava: boca-preta!

C: Mas quem eram os boca-preta?

A: Os boca-preta eram os Rodrigues que na época haviam brigado com Vitório. Porque Vitório começou a carreira dele com o apoio dos Rodrigues, de Mauro Rodrigues. Mas aí quando ele elegeu-se Deputado Federal, porque ele já entrou como Deputado Federal, eles romperam a aliança e Vitório deixou o grupo. Logo de cara ele se beneficiou do apoio de uma família muito grande e também do apoio de outra família grande – os Cordeiro e os Rodrigues. A questão familiar pesa muito. ‘Eu tenho um parente que é

candidato, eu vou votar no meu parente’. Então quando Vitório e os Rodrigues se desentenderam, a gente gritava para os adversários: ‘boca preta!’

O segundo momento, eu acho que já era mais entendida das coisas. A família apoiava José Múcio Monteiro, para governador do Estado, e voltava, ressurgia do deserto, Miguel Arraes, um cara que tinha sido expulso do país por conta da ditadura e tal. E aí tinha uma música de Arraes que me tocava. Por mais que eu dissesse que meu candidato era José Múcio – porque além de ser a opção da família, ele era um homem lindíssimo – , a música de Arraes me comovia. Eu chorava, decorava, aprendi e cantava. Mas eu não podia pedir voto pra Arraes, porque o candidato da família era José Múcio. Eu começava a me dividir.

Como expresso na fala de Cátia, mesmo que uma família já esteja vinculada a um grupo político no nascimento de seus descendentes, a permanência é uma decisão particular, e as divergências de escolhas podem começar a aparecer durante a trajetória pessoal de cada um. Entretanto, essas decisões particulares são equacionadas dentro de outros coletivos, pois ao se distanciar de um grupo político, aproxima-se de outro, assim como, distanciar-se de uma família pode implicar em se tornar parte de outra.

Como me apontaram diversos interlocutores de pesquisa, existem algumas famílias que parecem portar certas aptidões especiais para a política. O *gosto pela política* aparece como um elemento que se transmite a partir da família, tanto pensado como transmitido através de um laço biológico, como através da convivência próxima de parentes que participam desta atividade. A partir de alguns relatos, se é capaz de entender que as aptidões para a política são um conjunto de qualidades, que parecem estar contidas no *sangue*, presentes na noção de *gosto*. Essas aptidões, entretanto, aparecem emaranhadas com tantas outras, que às vezes podem ser vistas como empecilhos ou dificuldades para a política, traduzidas pela noção de *vício*. Contudo, os *gostos* e *vícios* aparecem contidos em bons e maus políticos, dependendo da habilidade de cada um equacionar suas habilidades e defeitos.

No caso do grupo político azul, apesar de o Deputado Cordeiro ser visto por seus *correligionários* como um político extraordinariamente habilidoso, seu irmão Antonio

Cordeiro era visto como um *político nato*, um tipo especial de político que conseguia o apoio dos eleitores até mesmo através de atos atrapalhados. Antonio Cordeiro, entretanto, apesar de ser reconhecido pelo seu tipo especial de *gosto* pela política, era também conhecido por ter problemas de alcoolismo, um *vício* atribuído ao núcleo familiar do Deputado Cordeiro. Gilberto Cordeiro, o irmão caçula do Deputado Vitório, me relatou que este é um *vício* comum a alguns homens de sua família. Desde nosso primeiro encontro, Gilberto disse que era alcoólatra e que não tinha problema em reconhecer seu *vício*. Na continuação desta mesma conversa, Gilberto me disse que apesar do *vício*, seu irmão Antonio era muito respeitado pela população de Monsanto:

Ele gostava de beber, mas também sabia fazer as coisas. Quando tava no bar, pagava bebida pra todo mundo. O que viesse pedir pra ele em nome de Nossa Senhora da Penha ele dava, pois era a santa de sua devoção. Uma vez, chegando em casa de uma bebedeira, um homem veio invocar com ele e deu um tiro, que pegou na parede. O homem foi preso, mas o Antonio mandou soltar. Disse que do mesmo jeito que tinha sido ele, poderia ter sido qualquer um, que não era culpa do homem, mas da bebida que ele tava na cabeça. Mas a vida dele era a política. Você pode não acreditar, mas a casa do meu irmão era tão cheia que ele não tinha tempo pra cagar. Sem brincadeira, uma vez cheguei na casa dele e ele tava na privada conversando com as pessoas, tinha uma fila pra fora do banheiro. E além de tudo ele ainda anotava o que o povo pedia no papel higiênico. Pode parecer brincadeira, mas na casa dele, a sala dele era sempre cheia de gente.

Gilberto Cordeiro afirma que mesmo que o irmão tenha sido o melhor prefeito de Monsanto, “poderia ter ido mais longe na carreira política se não fosse seu *vício*”. Essa, aliás, é uma afirmação que ouvi de diversos membros do grupo político, mas que não elaboram essa frase como um juízo de valor, pois Antonio Cordeiro é reconhecido dentro do grupo azul como o melhor prefeito de Monsanto, pelo carinho e reconhecimento que recebia da população.

Em relação às disposições pessoais, ou características pessoais atribuídas à noção de *sangue*, Ana Cláudia Marques nos fornece uma chave de inteligibilidade bem importante para ponderarmos como essa noção é trabalhada no sertão do Pajeú. A

autora indica uma série de causas que podem ser apontadas pelos envolvidos em uma *questão*:

animais que invadem roças, limites de terra desrespeitados, gado roubado, cercas rompidas (...) Contudo, uma questão só irrompe plenamente a partir de uma deliberação mais ou menos refletida de compensar um dano sofrido suscitando outro igual ou maior ao adversário (...) Portanto, a sucessão de eventos não se explica de modo simplesmente mecânico; às pessoas se concede a sua principal responsabilidade (...) [Entretanto] esta liberdade de escolha que se atribui aos atores esbarra em força igualmente poderosa que age em sentido contrário, que é a ideia de *sangue*. Em certo sentido, o destino das pessoas, de suas ações, está inscrito em seu *sangue*, que dita as qualidades individuais e coletivas como *moleza*, *mansidão*, *valentia* e *brabeza*. (...) A ideia de sangue está intimamente relacionada com uma série de valores que por sua vez relacionam-se entre si de modo complexo, sem que isto resulte em atribuições absolutas, positivas ou negativas. (...) [Podem ser classificados como] virtudes e defeitos (2002, p. 143-144).

Outro ponto importante de ser ressaltado, quando se trata da discussão entre grupos políticos e família, é o problema da sucessão. Como apresentado, mesmo que o grupo político congregue também outras posições de poder em seu interior, o líder ou chefe do grupo é um núcleo duro, e são diversos fatores que mantêm esta posição de liderança, como o cargo exercido, as alianças promovidas com políticos de outros escalões e também a família a que pertence. A sucessão deste líder é um fator de preocupação, principalmente por conta da importância do vínculo existente entre os líderes e seus grupos políticos. Corre-se o risco, como me advertiram diversos colaboradores de pesquisa, com a sucessão da liderança, que o grupo enfraqueça e até mesmo deixe de ser atuante.

A escolha pela sucessão do Deputado Cordeiro me foi descrita como um momento interessante de notar algumas características essenciais acerca das relações entre os *grupos políticos* e a família. Vitório Cordeiro teve três filhos, sendo duas mulheres e um homem. Porém, o filho homem de Vitório nasceu com uma grave deficiência e faleceu antes dos vinte anos. As filhas mulheres não residem em Monsanto e não demonstram interesse em participar da política, assim como nenhum de seus genros.

Segundo Tomás da Cunha, a família Cordeiro tinha dois candidatos interessados em tornarem-se os *sucessores* do Deputado Vitório. O primeiro era Heitor Cordeiro, médico, sobrinho *carnal* de Vitório e sempre foi reconhecido pela família como um homem muito inteligente. O segundo era Toninho Cordeiro, filho de um primo legítimo de Vitório Cordeiro, também médico, reconhecido por promover eventos e por ser uma pessoa muito comunicativa. Segundo Tomás, existiu uma votação dentro do grupo político para saber quem seria o sucessor político do Deputado Vitório. Essa votação aconteceu antes das eleições de 2002, onde os candidatos foram apresentados e os membros do grupo levantaram as mãos para escolher quem seria o candidato a deputado estadual pelo grupo. Toninho ganhou por maioria de votos.

Em uma conversa que tive com Cátia, parente do Deputado Cordeiro, na presença da delegada Leila Gomes e o policial Paulo Rodrigues, eles me disseram como Heitor dentro da família, era considerado o *sucessor* de Vitório na política desde a infância:

Paulo: O Heitor é sobrinho legítimo de Vitório.

Cátia: E ele tem pretensões políticas, viu?!

Carla: Mas ele não mora aqui?

Ct: Mora em Petrolina. E assim, eu acho ele inteligente demais, eu acho até que ele tem possibilidades demais. Mas assim, eu não sou especialista em política, mas falta um pouquinho de carisma, um pouquinho de ousadia...

Cr: E o tio, qual a relação com ele?

Ct: Gosta muito dele e reconhece ele como um homem muito sério. Ele é um homem muito sério, e bacana!

Leila: E é médico!

Ct: É, e é médico!

P: Mas a família já vem preparando ele há muito tempo. Desde nosso tempo de colégio, nós compartilhávamos o dia-a-dia de estudar junto, de frequentar a casa um do outro. E aí o que acontece, a gente escutava em casa dele aquela doutrina, né?! ‘Você vai fazer medicina, você vai ser prefeito desta cidade.’

Ct: ‘Você vai ser Deputado Federal, como seu tio Vitório.’

Cr: Então por que foi candidato o Toninho e não ele?!

L: Carisma! Toninho é um médico, desenrolado todo! Patrono de todas as turmas de medicina dos últimos tempos. Ele paga uma parte da festa e ainda faz cover de Reginaldo Rossi. Começa a cantar brega, canta e anima!

P: E o Marcos é um cara muito travado, apesar de correto, é muito metódico. Se cobra muito, é um cara durão consigo mesmo.

Ct: E a gente bem sabe, Paulo e eu estudamos a vida inteira com ele no colégio.

É interessante notar que mesmo que a família tenha assinalado por muito tempo que Heitor Cordeiro seria o *sucessor* do Deputado Vitório na política, o que decidiu entre os dois representantes da família foi a decisão do grupo político.

No sertão do Pajeú, como mostrou Jorge Villela:

Uma família que tenha pretensões políticas (concorrer a cargos eletivos) precisa, em primeiro lugar, se constituir, formar grupo, atualizar-se como sobrenome. Em contraposição, qualquer agrupamento político precisa – ao menos até minha última estadia de campo em 2008, embora houvesse para alguns intervenientes da política uma sensação de mudança cujos desdobramentos ainda não eram capazes de elaborar claramente – criar-se a si mesmo como família. Mesmo um pretendente à política como atividade profissional precisa incluir-se num agrupamento familiar com “tradição na política”. Ou então família é capaz de constituir-se em torno de um pretendente ou de formar com ele uma espécie de dupla captura, um funcionamento em que cada parte retire um naco de vantagens do seu parceiro e agregue ao bolo uma porção específica de ingredientes. Em ato, essas exigências não são formuladas sob um discurso voluntário. Muitas vezes elas não aparecem sequer proferidas de modo unívoco, porque se compõem de ações dispersas e a custo unificáveis – o que não quer dizer que elas superem, não ao menos necessariamente, a reflexão dos intervenientes (2009, p. 220-221).

Não só facilmente descritas pelos laços de sangue, conexões intra-familiares de pequeno e longo alcance são realizadas com o intuito de fabricar uma legitimidade, através de conexões entre parentes, encerradas na ideia de *sucessão* (Abélès, 1991). Abélès (1991; 2001), demonstra que inúmeros são os caminhos para se acionar uma identidade. Candidatos políticos ou mesmo políticos em exercício fazem constantes relações entre suas identidades e a de mentores ou parentes que já tiveram alguma importância política, com o intuito de demonstrar determinada “vocação política”. Abélès nos mostra que tais acionamentos identitários demandam um grande esforço dos políticos, que fazem e refazem suas tramas e genealogias de parentesco até conseguirem legitimar, de alguma forma, seu pertencimento à política por meio dessas estratégias.

2.3 –PARTIDOS, GRUPOS POLÍTICOS E COLIGAÇÕES

O grupo político difere de um partido político, principalmente por não ter institucionalidade, ou seja, não existe nenhum código ou regulamentação sobre sua composição, atividade e também sobre seus componentes. Isso não quer dizer, entretanto, que se coloque em uma posição externa aos códigos eleitorais ou legais. O grupo político necessita sempre equacionar a sua estrutura com as regulamentações que atingem, principalmente, os partidos que lhe são vinculados. Desta forma, segundo me disseram diversos políticos em atividade no município, não são raros os casos de um candidato ou um partido político recebe ajuda de seus *correligionários* do grupo no momento das eleições, quando as formalidades exigidas dos partidos políticos pela Justiça eleitoral se tornam mais numerosas e complexas.

Além das famílias, os grupos políticos também são compostos por partidos. Dentro de cada grupo existe um partido central, ao qual é filiado o *líder* do grupo político, que tem maior força dentro do município, principalmente por ter um maior número de representantes eleitos e alianças com políticos do governo estadual e federal. É a partir deste partido político de maior projeção que se dão as alianças com outros partidos políticos, menores em número de representantes eleitos no município.

Em Monsanto, atualmente, o *líder* do grupo político azul é filiado ao PR e o líder do grupo político vermelho é filiado ao PTB. O grupo azul é composto, principalmente, pelos partidos PR, PHS, PRTB, PSB, PTC, PRP, PSL e PSD. O grupo vermelho, por sua vez, é formado pelos partidos PTB, PDT, PMDB, PSDB, e PTN. Essas alianças entre partidos também são operantes durante o período não eleitoral, mas sofrem grandes modificações quando se aproximam as eleições. Isso porque o grupo político agencia, entre os partidos, as coligações eleitorais, mas não encerra sua parceria nelas.

Entretanto, nem todo partido que compõe os grupos políticos fará composição dentro das coligações do partido central.

Nas últimas eleições municipais (2008), as coligações estavam nas seguintes disposições: Coligação 1: PR, PHS e PRP; Coligação 2 (+ Por Monsanto): PTN, PMN e PRB; Coligação 3: PMDB, PSDB, PRTB, PV e PTC e Coligação 4 (+ Monsanto): PRB, PDT, PTB, PTN e PMN. Num primeiro momento, ao analisar estes dados das coligações, podemos ter a impressão de que cada grupo político divide-se em duas coligações durante as eleições municipais de 2008. Entretanto, como me afirmou Zezinho, membro do grupo político azul que se envolve com as formalidades partidárias no momento das eleições, “nem todo partido político sai pelo grupo político, pois o grupo faz uma só coligação”.

Mesmo que apontado por diversos interlocutores de pesquisa que os partidos aos quais são filiados os *líderes* dos grupos políticos tenham maior força dentro do município, o número de filiados não difere muito entre os partidos centrais e os que aparecem como secundários e de menor força política, por ter menor número de representantes eleitos. No grupo azul, por exemplo, o PR, que aparece como central, conta atualmente com 243 filiados, enquanto o PSB conta com 318. No grupo vermelho, enquanto o partido de seu atual *líder*, o PTB conta com 219 filiados, o PDT que tem menor número de representantes eleitos conta com 584 filiados.

Levando em consideração o número de filiados no caso do grupo político azul, este alia o partido central, o PR (243 filiados), a dois partidos de menor número de filiados, o PHS (52 filiados) e o PRP (96 filiados). Entretanto, no grupo político vermelho, estão aliados em sua coligação o partido central PTB (219), que alia-se aos partidos PRB (77 filiados), PDT (584 filiados), PTN(282 filiados) e PMN (19 filiados).

Desta forma, o que podemos perceber é que a filiação partidária em Monsanto, por si só, não é capaz de determinar quais os partidos políticos que exercem maior força no âmbito municipal.

Segundo meus interlocutores de pesquisa, principalmente aqueles ligados a partidos políticos de menor representação no município, os partidos que se aliam por meio dos grupos políticos sempre correm o risco de congregar forças e ações para o benefício dos partidos políticos de maior projeção dentro do grupo. Este é um risco que todo partido político com menor força dentro do município está sujeito; entretanto, apesar de ser constante a apreciação local de que estes partidos atuam como *partidos de aluguel*, ou seja, partidos menores que somente servem ao interesse do grupo político, essa prática é sempre demarcada como uma ação prejudicial aos partidos secundários e objeto de grande preocupação e cuidados de seus dirigentes e filiados. Tal submissão é vista também como uma prática do passado, a qual todos os integrantes dos partidos secundários têm que estar atentos e, na medida do possível, tentar se desvencilhar.

Muitos dirigentes de partidos secundários me relataram que um mecanismo comum para se desvencilhar de tal condição de submissão é sempre defender que as candidaturas do partido sejam independentes. Isso quer dizer que existe uma grande preocupação de que os projetos diferenciais defendidos pelo partido não se misturem ou sejam apagados pelos interesses do dirigente do grupo político – e também de seu partido. Para isso, segundo Roberto da Silva, presidente do PV na cidade, é necessário que as discussões com o grupo político e com os possíveis candidatos comecem antecipadamente, fora do período eleitoral, para que todos os interesses diferenciais do partido político, como projetos e ações que remetam à ideologia do partido, sejam respeitados e mantidos como a frente de ação dos futuros mandatos:

As ideias ousadas que temos em relação à educação, a cultura, meio ambiente, saúde não tem penetração dentro dos grupos políticos. Nem de um, nem de outro. Ninguém tem força de impor suas ideias, pois a política de quem administra os grupos políticos é muito conservadora. Não há ousadia. Temos que ser ousados, principalmente na questão ambiental e por isso é importante que nossas candidaturas sejam independentes.

Segundo Roberto da Silva e também Omar Ferreira – presidente o PT e único vereador de sua legenda –, é interessante compor alianças com o grupo, mas não sair sob uma só coligação, pois este seria um tipo de arranjo que permitiria avançar com as propostas diferenciadas de cada partido político, sem deixar de compor forças dentro dos grupos⁷⁷.

Francisco Rocha, presidente do PHS, e também Tomás da Cunha, delegado do PR na cidade, me disseram que é fundamental o multipartidarismo na cidade para manter a estrutura do grupo político. Isso por que, para o grupo político, seja por meio de coligações ou de alianças entre candidaturas independentes, é interessante apoiar as diversas lideranças da cidade para seu interior, principalmente aquelas que se interessam em candidatar-se ao cargo de vereador. Nas últimas eleições (2008), para se ter uma ideia, foram 99 candidatos a vereador. Se não houvesse mais de um partido na composição do grupo político, segundo meus interlocutores de pesquisa, muitas dessas lideranças não poderiam se lançar como candidatos e poderiam opor-se ao grupo.⁷⁸ A partir de sua composição por meio das alianças entre partidos políticos ou coligações eleitorais, o grupo político pode dar conta dos requerimentos de candidaturas de diversas lideranças na cidade, mantendo sua difusa estrutura, que por não contar com uma estrutura institucional definida, utiliza-se de tais composições - entre os representantes políticos e lideranças locais.

2.4 - ALIANÇAS

⁷⁷ Esta estratégia é apontada por diversos colaboradores de pesquisa, entretanto, ela nunca se concretizou.

⁷⁸ Já foi discutida a importância da composição de força dentro do grupo político com lideranças das mais diversas localidades do município.

Ao longo desta exposição, discuti que o grupo político é um produto de alianças estabelecidas entre famílias e também entre partidos políticos. A família da liderança principal promove alianças com outras famílias da cidade, assim como o partido político principal do grupo político promove alianças com partidos secundários no município. Essas alianças entre partidos e famílias estão sempre vulneráveis a modificações, rupturas e novas composições. Ao contrário do que se evidencia em algumas etnografias sobre eleições, o período entre eleições também é permeado por composições e decomposições de alianças.

Durante a pesquisa de campo, pude acompanhar o processo de consolidação de uma aliança política entre dois antigos inimigos políticos. Faustino Rodrigues e Vitório Cordeiro, rivais políticos há muitos anos, comporiam o mesmo *grupo político* pela primeira vez. Esta conjuntura, entretanto, tinha antecedentes de suma importância, mas que não pude acompanhar em campo, ainda que os episódios tenham sido relatados por muitos interlocutores de pesquisa.

A família Rodrigues, juntamente com a família Ribeiro, formam durante muitos anos aliadas politicamente e também as principais famílias a comporem o grupo político vermelho. Entretanto, desde o ano 2004, um importante expoente da família Rodrigues aliou-se ao grupo político azul. Essa aliança, como me relatou dona Edinha, foi muito interessante, pois os primos Rodrigues, Faustino e Wagner, antes aliados políticos, disputaram as eleições de 2004 para o mesmo cargo:

Era estanho ver os dois primos trocando ofensas. O carro de som de um xingava o outro, o carro de som do outro xingava um. As acusações eram quase as mesmas, pois os primos não saber guardar dinheiro. Um gasta em luxo, o outro em jogo.

Wagner, então já aliado ao grupo político azul ganhou as eleições, mas logo rompeu a aliança com Vitório Cordeiro. Em diversas ocasiões me foi relatada a ruptura,

por conta dos apoios efetuados aos candidatos ao cargo de governador das eleições daquele ano.

A primeira vez que ouvi sobre a ruptura entre os membros do grupo azul – o atual prefeito Wagner Rodrigues e o Deputado Vitório Cordeiro –, foi em uma visita ao dentista, por conta de uma dor de dente repentina durante a segunda semana de pesquisa de campo. Ao falar para o dentista sobre a minha pesquisa sobre partidos políticos em Monsanto, ele me relatou que sua esposa havia sido despedida em 2006 da prefeitura da cidade, porque ela exercia um cargo de confiança, era membro do grupo político azul e fiel aliada do Deputado Cordeiro. Procurando saber mais sobre o assunto, perguntei ao jornalista Anacleto o que sabia deste episódio. Ele me disse que em 2006, o prefeito Wagner e o Deputado Cordeiro rompem politicamente, pois Cordeiro deixara seu partido político (PFL) e filia-se ao PMDB, por conta de desentendimentos junto as lideranças do partido. O prefeito Wagner continuaria a apoiar o candidato a governador Mendonça Filho, enquanto o Deputado Cordeiro passaria a apoiar o candidato a governador Eduardo Campos.

Como retaliação à quebra da aliança, o prefeito Wagner sugeriu que todas as pessoas empregadas por ele em cargos de confiança na prefeitura – indicadas pelo grupo político de Cordeiro – se filiassem ao DEM. Quem se opusesse, mostrando apoio ao grupo de Cordeiro, era exonerado do cargo, como no caso da esposa do dentista. Semanas depois, mesmo antes do dia das eleições, Wagner filia-se ao PR, assim como o Deputado Cordeiro. Indignado com a situação, o dentista foi procurar o prefeito: “Aí eu perguntei a ele, ‘Tu dispensa todo mundo pra depois voltar atrás? O que aconteceu?’ e ele me respondeu: ‘O que aconteceu foi política!’”.

Desta forma, Wagner voltou a compor o grupo político azul e concorreu a reeleição, disputando novamente contra o primo para o cargo de prefeito nas eleições de 2009. Desta vez, entretanto, Faustino estava respondendo a processos referentes à sua administração da prefeitura de 2000-2004 e acabou tornando-se inelegível perto do dia das eleições.

Voltando à descrição do período em que pude acompanhar essa aliança – que se consolidou no final de fevereiro de 2010 -, não era necessário nenhum esforço para se ouvir a apreciação local a respeito do evento. Por diversos lugares da cidade, o assunto estava sendo debatido. Diversas opiniões e versões sobre o incidente foram debatidas comigo. Entre as pessoas que trabalhavam para o Deputado Cordeiro, a situação dividia opiniões: parte destes julgava o incidente positivo – agregando mais força e votos para o grupo político; parte reclamava sobre a falta de compromisso entre os aliados para selar uma aliança desta natureza, dito de outro modo, nenhum dos aliados tinha a confiança do outro, fazendo esta relação instável desde o começo. Tal situação de perplexidade frente ao ocorrido durou por cerca de três semanas.

Faustino Rodrigues disse-me em uma conversa que estava se sentindo desprestigiado pelo grupo político vermelho e suas “posições políticas não estavam sendo respeitadas pelo grupo”. Segundo Faustino, sua opção em aliar-se ao grupo político azul foi tomada quando alguns membros da família Rodrigues e também seu primo, atual prefeito de Monsanto Wagner Rodrigues, o procuraram e mostraram a necessidade da unificação da família Rodrigues: “Após uma longa reflexão, decidi o que será melhor pra família e também para Monsanto”.

Mesmo que esta aliança tenha se estabelecido entre dois indivíduos – Faustino Rodrigues e Vitório Cordeiro – todo o processo foi entendido localmente, pelos

eleitores e agentes da política local, como uma união entre a família Rodrigues e a família Cordeiro. A apreciação geral dos meus interlocutores de pesquisa era de que os maiores privilegiados de tal união era a família Rodrigues. Depois de duas eleições nas quais membros da mesma família eram opositores, ela estava novamente reunida. O que ninguém conseguia conceber era Faustino Rodrigues vestindo uma camisa azul, depois de tantos anos vinculado ao *cordão encarnado*⁷⁹.

2.5-A POLÍTICA ALARGADA

Qual seria a melhor maneira de definir o que são os grupos políticos? A Antropologia Processualista pode ser descrita como estudos que procuravam retratar estruturas políticas intersticiais, suplementares e paralelas e suas relações com o poder formal, principalmente o poder do Estado e instituições a ele vinculadas. Apesar de muito distante do espaço e tempo abordados nesta análise, este conjunto de pesquisas mostrou-se empenhado na construção de análises políticas a partir de processos dissociativos (contradições, competições e conflitos), que normalmente até então não eram deixados de fora das análises da política. Os conceitos de grupos diádicos não-corporados (Landé, 1977) e quase grupos (Mayer, 1977) podem render maior inteligibilidade sobre a proposta de análise apresentada acerca dos grupos políticos.

O conceito de grupo diádico não-corporado desenvolvido por Landé, visa descrever processos políticos e sociais que são singulares às sociedades em desenvolvimento. Em muitas dessas sociedades, o autor identifica que relacionamentos interpessoais são mais importantes para a política que a participação por meio de grupos formalmente organizados. Segundo Landé (1977, p. XV-XVIII), relações diádicas são “ligações diretas envolvendo uma forma de interação entre dois indivíduos”, ou seja,

⁷⁹ Termo que faz alusão ao grupo político vermelho.

conexões pessoais diretas. Ela pode existir entre duas pessoas de diversis status sociais e econômicos. Para o autor, as relações diádicas são produto de uma relação dual, e por isso não seguem padrões, pois dependem da interação entre dois indivíduos.

Para Landé, uma aliança diádica é contruída por uma relação de troca de favores e os interesses dessas alianças são sempre individuais. Sua formação pode ser produto da iniciativa de qualquer um dos participantes , por meio de trocas de favores. A aliança torna-se forte quando se é capaz de manter um fluxo de troca de favores entre dois parceiros. Desta forma, “as alianças diádicas são relacionamentos voluntários envolvendo obrigações difusas e não claramente definidas” (p.XIX). São consideradas importantes por unir os membros de determinados tipos de grupos não-corporados⁸⁰ e se fazem claras em momentos de conflito, onde se é necessário tomar um lado envolvido no confronto(p. XIX-XX).

Também o conceito de quase-grupos, desenvolvido por Mayer (1977, p. 43), é interessante de ser aqui relacionado. Os quase-grupos diferem-se dos demais grupos e associações por não contarem com uma estrutura reconhecível, sendo formado a partir dos interesses ou modos de comportamento comuns a seus membros. São egocentrados, pois sua existência depende de uma pessoa específica, que está presente como um foco da organização central. Segundo Mayer, nos quase-grupos, as ações de qualquer membro são relevantes se ligam-se diretamente ao ego ou a um de seus intermediário. Os critérios de parceria estabelecida nos quase-grupos, segundo Mayer, não incluem a interação com outros membros do quase-grupo. Quando mais de um membro está diretamente ligado, ao mesmo tempo, ao ego, podemos caracterizá-los como o núcleo

⁸⁰ Um grupo corporado é um agregado discreto, de múltiplos membros que partilham propriedade, objetivos, e deveres que são inerentes ao grupo como um todo. Todos os membros têm direitos e deveres que dizem respeito ao grupo. Todos os membros estão unidos em virtude de sua filiação comum no grupo e por sua obrigação comum para proteger os seus interesses e cumprir as suas obrigações.

do quase-grupo, e a fixação deste centro pode configurar a formação de um grupo. Se não se desenvolver um grupo formal a partir deste núcleo, podem ser vistos como uma “panelinha” (clique). Embora possuindo líderes, as “panelinhas” não são corpos egocentrados.

Apesar de entender que nenhum dos modelos propostos pelas pesquisas da Antropologia Processualista possam nos servir de molde nesta análise, o exercício comparativo me pareceu pertinente. Ao longo do capítulo trabalhei também o conceito de rede social e apresentei que minha proposta de análise dos grupos políticos distancie-se deste conceito, principalmente, por que o autor defende o uso desta ferramenta para a descrição de casos distanciados de estruturas formais da política nacional.

A proposta de Landé, apesar de assemelhar-se em diversos pontos de meu caso etnográfico, principalmente no que toca às relações de parceria entre os membros do grupo diádico não-corporado, revela não existir nenhuma liderança fixa ou duradoura. Para o caso de Monsanto, como já apresentado em diversos pontos deste capítulo, a liderança é um núcleo a partir do qual se estabelece todas as relações de parceria. Já a formulação de Mayer acerca dos quase-grupos apresenta vários pontos convergentes com meu trabalho, principalmente ao determinar um conjunto associativo que apesar de não ter delimitações claras ou uma estrutura dura, apresenta um foco central de organização. Entretanto, diferente dos grupos políticos em Monsanto, não existem relações entre os membros – não se cria uma parceria – pois todos os membros aparecem diretamente ligados ao ego.

Na descrição apresentada neste capítulo, elabora-se uma tentativa de apreender as principais características dos grupos políticos em nível local. A partir dos dados apresentados, podemos dizer que a política de Monsanto é produto das relações

estabelecidas entre famílias, grupos políticos e partidos políticos. Como já demonstrado por outros trabalhos, principalmente de Marques (2002) e Villela (2004; 2008), esses coletivos têm suas próprias formas de atualização, que são operacionalizadas a todo tempo. Entretanto, as relações estabelecidas na política municipal também não são estáticas e, como demonstrado, essas esferas não param de se atualizar mutuamente. Para fins de análise, foram expostos diversos dados que apresentavam relações específicas dos grupos políticos, abordando momentos singulares que podem dar indicações sobre a composição e funcionamento destes grupos. Entretanto, é necessário dizer que essa conjuntura apresentada sofre modificações a todo o tempo e está em constante modificação/produção. O capítulo a seguir fará uma descrição de um espaço onde se é capaz de enxergar com facilidade as diversas formas de interação e composições transitórias das esferas que compõem a política municipal.

CAPÍTULO 3 – O ESCRITÓRIO POLÍTICO

Este capítulo aborda o funcionamento de um escritório político, visando demonstrar como o convívio próximo com as interações que tomam corpo neste espaço – principalmente as diversas maneiras de interação entre instituições e pessoas – foi condição fundamental para tornar a política desenvolvida na cidade uma trama inteligível. A principal função deste escritório político é orientar pessoas – em sua maioria eleitores – para obterem, com agilidade, respostas para seus problemas. Minhas demandas por dados e informações sobre a política desenvolvida na cidade me fez entrar em contato com os funcionários dessa *instituição*⁸¹ - eu era mais uma pessoa que precisava ser atendida e fui tracionada para dentro desse arranjo particular que me ofereceu ferramentas para a resolução de meus problemas de pesquisa.

O intuito é demonstrar, a partir da descrição pormenorizada deste espaço, inicialmente, como os *atendimentos*⁸² – que se apresentam como a principal função do escritório político – constituem uma importante parcela da atividade política e, ainda, a maneira como este tipo de serviço é oferecido por um Deputado Federal em seus redutos eleitorais. A descrição trará à cena sua composição, seus agentes e os tipos de

⁸¹ Tomarei o escritório político como uma *instituição*. Utilizo o conceito de *instituição* a partir dos usos de Foucault, indicando a inserção deste espaço nas relações de poder próprias à política de Monsanto, além de sua capacidade de atualização e circulação destas mesmas relações. Apesar de raramente definir exaustivamente os termos dos quais se utilizava, encontramos um passagem que indica o sentido de *instituição* para o autor. Foucault (1995, p. 241-242) emprega o termo para definir o que chamou de “blocos”. Nos blocos, as capacidades, os feixes de comunicação e as relações de poder constituem sistemas regulados. Como exemplo, o autor cita a instituição escolar, com sua organização espacial, seu regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, com seu lugar, seu rosto bem definido, sua função – tudo isto constitui um bloco de capacidade-comunicação-poder. Podemos, ainda, integrar a *instituição* no que Foucault (2008, p. 27) chamou de “corpo político”, como o conjunto de elementos materiais e de técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem, fazendo deles objetos de saber.

⁸² O *atendimento* consiste na comunicação entre um agente da política e um eleitor (no momento de pesquisa, chamados de *correligionários*) e implica na assistência na resolução de algum problema levado a um representante da política local. Este conceito será trabalhado durante todo o capítulo de maneira esmiuçada.

funções desta instituição dentro da esfera municipal. Por fim, procuro dar visibilidade às diversas partes constitutivas da política de Monsanto em movimento – ponto de vista assumido quando passei a integrar uma parte fundamental da atividade política: o canal de *atendimentos*.

Não proponho o funcionamento do escritório político como especificidade da política municipal de Monsanto⁸³. Em outra direção, meu argumento é uma tentativa de demonstrar, de modo detalhado, como o envolvimento na atividade política coloca indivíduos em um expediente contínuo, no qual a disponibilidade para o *atendimento* aos eleitores se apresenta como uma de suas instâncias fundamentais.

3.1 - O QUE É UM ESCRITÓRIO POLÍTICO?

O Deputado Federal Vitório Cordeiro tem grande *prestígio* político na cidade de Monsanto, assim como em outras cidades de Pernambuco, e também um grande contingente de votos. Mantém quatro escritórios políticos: um em Recife, dois na região do sertão (Monsanto e Afogados da Ingazeira) e um na região do agreste (Limoeiro). É um político que divide opiniões e recebe diferentes apreciações entre a população de Monsanto. Essas opiniões, muitas vezes divergentes, giram em torno de duas principais linhas de julgamento: de um lado, o grande apreço por um *filho do sertão*⁸⁴ ter ganhado tamanha projeção na política, frente a todo tipo de adversidade que essa posição lhe causou e, por outro lado, uma espécie de repulsa por ele ter se tornado um “*político*

⁸³ Como demonstra Abélès (2001, p. 19 – 69), isso não é nenhuma especificidade no caso brasileiro. Em seu trabalho sobre o parlamento francês, o autor demonstra como a atividade dos deputados giram em torno de grandes questões – por exemplo, o poder da redação e votação de leis – e também de questões particulares dos eleitores de suas localidades – como pequenos problemas pessoais, por exemplo, de saúde ou emprego.

⁸⁴ Categoria que descreve pessoas nascidas na região do sertão pernambucano.

profissional” e “*ter esquecido de sua cidade*”⁸⁵, ou seja, angariado poucas benesses frente a seu poder e influência. Eleito pela primeira vez em 1975, no momento da pesquisa estava se candidatando ao décimo mandato, sem interrupções.

O Escritório político do Deputado Vitório Cordeiro está localizado no centro de Monsanto, na rua de maior movimento e comércio⁸⁶ da cidade, que leva o nome de um parente distante de Vitório. Em meio à profusão de sons, formas e cores derivadas das lojas do entorno, a fachada do escritório político torna-se modesta, e é preciso desviar a atenção dos apressados movimentos dos transeuntes para notá-la. Pintada de azul e branco, representando as cores do partido do Deputado, esta fachada é composta por nada mais que uma placa indicando o nome do estabelecimento. Um pequeno portão branco de um metro de altura separa a calçada movimentada do antigo imóvel da família Cordeiro. Esta instalação era a antiga residência da família Cordeiro, passou a ser o consultório de Vitório quando se formou médico e, desde o ano 2000, abriga seu escritório político.

Os atuais funcionários me disseram que antes do ano 2000 já existia um escritório político do Deputado na cidade, no qual, contudo, não se desempenhava o mesmo tipo de *trabalho* que atualmente. No antigo escritório, as ações somente tomavam corpo mediante a presença do Deputado Cordeiro no município. Durante sua ausência, quando ocupado de suas atividades parlamentares em Brasília ou em outras cidades de Pernambuco, este espaço permanecia fechado.

⁸⁵ Em “Por que se perde uma Eleição” (Goldman e Silva, 1998, p. 23 – 51), os autores apresentam uma pesquisa acerca de como são apresentadas e formuladas as retóricas que explicitam as razões pelas quais um candidato é capaz de ser vencedor ou perdedor em uma eleição. Ao perceber a volubilidade dessas retóricas, os autores propõem um novo escopo para se analisar este evento – não uma postura objetivista, nem mesmo subjetivista, mas uma terceira –, que leve em consideração como as ‘representações coletivas’ agem sobre a ação, tanto nas estratégias eleitorais como no cálculo que conduz ao voto.

⁸⁶ É importante lembrar, como descrito na Introdução, que Monsanto é um polo comercial que nos últimos anos tem apresentado grande crescimento.

Como mudanças que levaram à construção do atual escritório político, foram-me apontadas, além dos tipos de *trabalho* desempenhados pela instituição, as modalidades dos *atendimentos*. Estas mudanças surgiram como resposta à segunda derrota consecutiva do candidato a prefeito⁸⁷ ligado ao *grupo político* do Deputado Vitório. Como grande parte dos *atendimentos* era realizada, antes da derrota, a partir da prefeitura, o Deputado Cordeiro e seu *grupo político* necessitaram de encarregados para cumprir tais funções, assim como de um espaço físico⁸⁸. Era preciso oferecer algum canal de *atendimento* a seus *correligionários*, para atender suas demandas por recursos e serviços e também para orientar sobre possíveis problemas e dúvidas. Como me disse um dos funcionários do atual escritório político, Tomás da Cunha: “*Daí sim, começamos a fazer o trabalho político*⁸⁹ *para o político! Antes era mais o acompanhamento, de vez em quando a papelada. Mas o trabalho que a gente faz hoje aqui começou a partir daí mesmo. Atender as pessoas, auxiliá-las*”.

Na atual sede, imediatamente após o portão de entrada, existe uma porta de ferro que dá para uma antessala com uma pequena escrivaninha. Adiante, a sala principal do escritório, ampla e arejada, oferece bancos de madeira, sofás e uma mesa para a acomodação daqueles que aguardam por *atendimento*. Nas paredes, também pintadas de branco e azul, encontram-se retratos do Deputado Vitório Cordeiro em diversos mandatos e também quadros de um desenhista que o retratou em Monsanto, sua cidade natal. No final desta ampla sala, do lado direito, existe uma pequena cozinha e um

⁸⁷ Segundo meus interlocutores de pesquisa, quando o candidato a prefeito apoiado pelo *Grupo Político Azul* era vitorioso, grande parte das demandas direcionadas ao Deputado era transmitida para *funcionários* da prefeitura. Existia, então, um canal para que eleitores mantivessem contato, mesmo na ausência de Vitório. Desta forma, mesmo que não houvesse na prefeitura um canal de atendimento exclusivo para os seus eleitores, estes se sentiam assistidos, por serem atendidos por um representante de seu *Grupo Político*.

⁸⁸ Como discutido no capítulo 2, o funcionamento do grupo político exige a existência de pontos de apoio na estrutura administrativa do município.

⁸⁹ A noção de *trabalho* e sua ligação com a atividade política foi discutida no capítulo 1. Além dessa utilização, no contexto do escritório político, o *trabalho político* também abarcava os expedientes de atualização e registros das informações dos candidatos e filiados do partido político junto à Justiça Eleitoral.

banheiro para os funcionários, que permanece sempre trancado. O banheiro destinado aos eleitores localiza-se na antessala. Existem três pequenas salas do lado esquerdo. A primeira é compartilhada pela advogada Brigitte, chefe do escritório político, e pela secretária de Vitório Cordeiro, Miranda; a segunda é destinada a Tomás da Cunha, também funcionário do escritório político; e a terceira é destinada a materiais de uso contínuo do escritório e remanescentes de campanhas anteriores.

No que toca às divisões físicas do escritório, não são somente uma forma aleatória de dividir o espaço, mas traduzem também uma divisão do trabalho realizado. No escritório político atuam duas categorias de trabalhadores: os *funcionários* e os *voluntários*. Atuando conjuntamente, dividem os *atendimentos*, cada um em sua área de atuação e cada qual com a sua especialidade.

Conforme pude entender a partir da experiência de campo, existiam duas principais demandas em Monsanto que levaram à construção do escritório político do Deputado Cordeiro. A primeira delas surge dos trabalhos exigidos pelo partido político ao qual é filiado o deputado, pois não existe uma sede do partido de Vitório em Monsanto – assim como de nenhum outro partido político. Deste modo, na *época da política*⁹⁰, a maior parte das atividades concernentes ao partido é desenvolvida através do escritório político. A segunda nasce de outra função desempenhada neste espaço. Mesmo que a minha pesquisa de campo tenha se desenvolvido no momento anterior às eleições, fizeram-me entender que é comum que o escritório trabalhe na campanha de candidatos apoiados por Vitório Cordeiro.

⁹⁰ A época da política é indicada pelos meus interlocutores de pesquisa como o momento onde se iniciam as disputas dos candidatos pelo maior número de voto, onde os trabalhos de todos os agentes da política local se intensificam. Na Antropologia da Política, diversos autores, principalmente Heredia e Palmeira (2005) descrevem a *época da política* como um momento onde se fazem claras as oposições entre as facções e onde diversas atividades são colocadas em práticas para conseguir o maior número de votos, mas não só isso. O *tempo da política* é também o momento de atualização dos laços e de amortização, pelo menos de parte, das dívidas estabelecidas entre indivíduos fora desta ocasião (2005, p. 453 - 474).

Pude observar que qualquer pessoa que transitasse pela avenida principal da cidade poderia entrar no escritório, pois não havia ninguém que controlasse a entrada de pessoas.⁹¹ Porém, ao entrar pela sala principal, pessoas conhecidas e desconhecidas eram questionadas pelo tipo de *atendimento* que procuravam. Na maioria das vezes, quem fazia esse direcionamento era um dos *voluntários*. Segundo meus interlocutores de pesquisa, a maior parte daqueles que procuram alguma assistência no escritório é conhecida de algum *funcionário* ou *voluntário*. Nos casos em que a pessoa que ali procura *atendimento* não é conhecida por nenhum destes, sutilmente, por meio de conversas informais, alguém pergunta quem o indicou aos serviços do escritório político – eu mesma, algumas vezes, fui requisitada para fazer estas questões.

A partir da minha posição de observadora atrelada ao escritório político, pude entender que os *atendimentos* se constituem como a faceta mais importante do trabalho realizado pelo escritório político de Vitorio Cordeiro, pois estabelece uma relação contínua com eleitores. Não raro, quando não existem canais desta natureza, a população se dirige às residências dos representantes políticos para obter *atendimento*. Até mesmo no caso do Deputado Vitorio, que desde o ano 2000 mantém o escritório político em funcionamento durante os dias da semana, não é raro a procura de seus parentes, em suas residências ou locais de trabalho, para pedidos de resolução de problemas pessoais ou ajuda financeira⁹².

Pude notar, também, que a procura por *atendimentos* nas residências de políticos é comum no caso dos vereadores. Como me disseram diversos vereadores em mandato na cidade, não é preciso sair de casa para trabalhar, pois os eleitores vão até você. Nos

⁹¹ Segundo meus colaboradores de pesquisa, a entrada é controlada em alguns momentos, como durante as campanhas eleitorais.

⁹² Presenciei algumas dessas ocasiões, principalmente quando em visita na casa de Venâncio, irmão caçula de Cordeiro.

fins de semana, quando não existe expediente na Câmara de Vereadores, ou mesmo quando não se encontra algum dos vereadores em seus gabinetes, os eleitores os procuram em suas residências, assim como a seus familiares. Seus endereços residenciais, assim como da família a que pertencem, e os locais que frequentam, são de conhecimento de seus eleitores.

Em uma conversa que tivemos enquanto esperávamos sem sucesso o início de uma das reuniões com as empreiteiras responsáveis pelas obras da Transnordestina⁹³, a vereadora Lourdinha Cordeiro⁹⁴ me disse que recebe toda semana uma grande quantidade de contas de luz, que muitas vezes não tem condição de pagar. Ela se mostrou muito decepcionada com a atividade política, pois é preciso ter muita “*falsidade*”. Segundo ela, mesmo naqueles dias em que se está de mau humor e sem meios de pagar a conta de luz de um eleitor, para não ser mal falada⁹⁵ e diminuída frente à opinião pública, “*você tem que sorrir e não se mostrar abusada*⁹⁶ com esse tipo de pedidos”. Para ela

O povo nunca está satisfeito. Você vê aqui o caso de Monsanto. A gente conseguiu a Rural⁹⁷, a gente conseguiu a Agência do Trabalho, está pra conseguir o curso de medicina e a usina de biodiesel, e o povo quer mais, quer sempre mais. Tem que deixar um pouco pras outras cidades também. Mas o povo cobra.

A contraposição feita pela vereadora entre Monsanto e os municípios tinha relação com às discussões em torno da construção de uma estação de abastecimento da ferrovia Transnordestina, das quais participaríamos naquela manhã. No plano inicial, a

⁹³ A principal empreiteira pelo trabalho na cidade é a Odebresch.

⁹⁴ Lourdinha Cordeiro é sobrinha de Vitório Cordeiro, eleita vereadora pela primeira vez em 2008. É filha de Chico Cordeiro, irmão falecido do deputado Cordeiro, muito famoso por ser um político típico de Monsanto. Já falamos um pouco de sua história no capítulo 2.

⁹⁵ Na realidade, em Monsanto, para dizer que alguém está recebendo uma apreciação negativa da opinião pública, principalmente mulheres, não é preciso dizer que está mau falada. Apenas se diz, que tal pessoa está *falada*.

⁹⁶ Palavra que designa chateação.

⁹⁷ Campus da Universidade Rural de Pernambuco.

ferrovia não passaria pela cidade e, portanto, não teria nenhuma plataforma de abastecimento em Monsanto, mas a população e políticos do município protestaram sobre essa decisão. Neste dia e durante todo o início de 2010, muitas reuniões e uniões políticas faziam pressão sobre a empreiteira responsável pela obra para tentar conseguir uma estação de abastecimento para a cidade de Monsanto.

Ao ouvir minha conversa com a vereadora Lourdinha, Hermógenes, um *voluntário* do escritório político, disse que os eleitores, nos últimos tempos, estão mais exigentes nos pedidos direcionados à sua família⁹⁸. Para Hermógenes, antigamente as pessoas apareciam com contas de luz somente na *política*. Agora, aparecem a todo o tempo, “*sempre tem eleitor batendo na porta*”, e o pedido agora é, normalmente, “*a feira da semana com cinco quilos de carne*”. Para ele, nenhum político é capaz de atender a este tipo de demanda, por que já virou um “*pedido padrão*”. Defendeu, entretanto, que se deve levar sempre este tipo de situação com bom humor:

Veja só o que painho fez. Foi um sujeito, um eleitor descarado e disse a ele que votava com ele fazia tempo, que toda a família dava o voto a ele – pai, filho, filha. Disse que tinha perdido o caminhão e que precisava de um caminhão pra trabalhar. Aí meu pai, sério, perguntou: ‘Mas esse caminhão não pode ser assim ‘miúdo’? Passe na semana que vem que eu te dou um caminhão’. O cabra aceitou. Disse que não tinha problema não. Na semana seguinte ele voltou, mas o caminhão miúdo que ele encontrou foi um feito de madeira, que painho mandou fazer. Uma resenha só. Não dá pra perder o bom humor. O povo pede demais mesmo.

Discordando radicalmente das posições dos colegas, Celina – chefe da administração da Agência do Trabalho⁹⁹ e irmã da chefe do escritório político – se mostrou muito irritada com a conversa, principalmente com a fala de Lourdinha. “*Você não acha que tá falando isso pra pessoa errada não?*”, disse Celina. Por alguns

⁹⁸ A família de Hermógenes tem representantes políticos no município de Miragem, localizado a 100 km de distância de Monsanto.

⁹⁹ A agência do trabalho é um órgão público municipal, normalmente vinculado à secretaria do trabalho. No caso de Monsanto, a agência do trabalho foi inaugurada recentemente, durante o mandato do prefeito que é do *grupo político* de Cordeiro.

instantes achei que ela se referia a mim, que, como pesquisadora, não deveria estar ouvindo aquele tipo de informação “negativa”. Logo após este pequeno íterim de desconforto, porém, Celina me explicou – no retorno para o centro da cidade – que havia trabalhado muito na campanha de Lourdinha e se sentia muito decepcionada quando ocorriam situações como esta. Afinal, segundo ela, diversas vezes defendeu sozinha seu *grupo político* e a vereadora, quando candidata.

Eu, uma vez fazendo campanha, você sabe que isso daqui vira uma bagunça só, né?!¹⁰⁰ Eu tava falando com o pessoal, andando com as meninas fazendo campanha, de repente, conversando com o povo, não percebi que todo mundo tinha ido embora, e fiquei eu sozinha no meio de todo aquele povo vestido de vermelho¹⁰¹. Pois não me intimidei não, estufei o peito todinha de azul e continuei andando, fazendo campanha pra ela. Por isso que fico chateada quando ela fala isso. Chateada não, decepcionada. Por que se o povo quer, ela tem que fazer mesmo.

A posição de Celina assemelha-se às condutas perseguidas pelos *funcionários* e *voluntários* atuantes no escritório político de Vitório Cordeiro. E não é por acaso. Celina, além de irmã da atual chefe do escritório político, trabalha ativamente nas campanhas coordenadas pela equipe do Deputado Cordeiro. Na maior parte das situações, os *funcionários* e *voluntários* do escritório defendem que o certo é o que o povo quer e pede. Lutar contra isso ou dar-se por satisfeito frente à atual conjuntura e não perseguir novas obras de desenvolvimento é colocar-se contra o *tipo de trabalho* que desenvolvem.

Ao contrário do caso dos vereadores, o cargo de Deputado Federal conta com verbas específicas, provenientes do Estado, que podem ser direcionadas para a manutenção de escritórios políticos; está prevista nos regimentos internos à Câmara dos Deputados uma quantia determinada, a “Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar

¹⁰⁰ Ela se refere aos confrontos entre as equipes dos *grupos políticos* rivais, como já discutido no capítulo 2.

¹⁰¹ *Grupo político vermelho* é rival do *grupo político azul*, como tratado no capítulo 2.

- CEAP”¹⁰², que cobre eventuais gastos – que precisam ser justificados à Câmara¹⁰³-, sendo um desses gastos justificáveis as despesas dos escritórios políticos.

Longe de figurarem como instituições paralelas ao Estado, encontram-se canais legais que preveem a existência de escritórios políticos, mas que, entretanto, não os institucionaliza como prática obrigatória. Em outras palavras, existem verbas à disposição dos deputados federais para eventuais despesas com a manutenção dos escritórios políticos, mas esta não é uma imposição do cargo.

Sendo assim, os escritórios políticos figuram, ao mesmo tempo, como uma instituição pública, promovendo serviços gratuitos para a população, por meio da utilização de verbas do Estado, mas também se faz presente como uma instituição que é direcionada aos cidadãos ligados a um político, no caso ao Deputado Vitório Cordeiro. Mesmo que não pertença à ordem privada, dificilmente um integrante do *grupo político rival*, seja ele político ou eleitor, procurará por *atendimento* no escritório político do Deputado Vitório Cordeiro.

3.2 – OS FUNCIONÁRIOS

Na época da inauguração de sua atual sede, o Escritório político contava com cerca de dez *funcionários*, que exerciam o cargo de assessoria ao Deputado Cordeiro. Por conta, principalmente, das mudanças exigidas pela legislação, este número teve que

¹⁰² A CEAP foi criada em 2009, pelo ato da mesa nº43, de 21/05/2009. Veio substituir a verba indenizatória, criada em 2001. O intuito desta cota é reembolsar os Deputados Federais com despesas referentes ao exercício do mandato. São consideradas despesas desta natureza, dentre outras, os custos referentes a manutenção de escritórios políticos nos estados que representam. Tal verba, atualmente, é de R\$31.278,18 para o estado de Pernambuco e varia de acordo com o estado de origem dos Deputados. É ainda previsto nos autos internos da Câmara dos Deputados, nº 23.455, que é de direito dos Deputados Federais admitirem até 20 assessores para seu Gabinete. No caso, tais assessores podem ser remanejados para os escritórios políticos, mantendo o vínculo como empregados do Gabinete, uma vez que trabalhando em nome do Deputado e de seu mandato.

¹⁰³ Atualmente é disponibilizado o demonstrativo de despesas de cada deputado no sítio www.camara.gov.br.

ser reduzido ao longo dos anos, primeiramente em 2001 e depois em 2003¹⁰⁴. Atualmente são: Brigitte Araújo, Miranda Dias e Tomás da Cunha, como profissionais contratados pelo Gabinete do Deputado Vitório Cordeiro para atuarem em seu escritório político de Monsanto. Portanto, os três ocupam cargos formais estipulados por regimentos internos¹⁰⁵ à Câmara dos Deputados para a execução de serviços do escritório. São profissionais registrados, recebem salário em folha de pagamento, assinam folhas de ponto¹⁰⁶ que são remetidas ao Gabinete de Brasília, além de cumprirem um horário fixo de trabalho.

É possível classificar os *funcionários* como componentes de um eixo de serviços burocrático-jurídicos. Isso porque são eles que trabalham com os documentos, registros, processos, orçamentos, relatórios oficiais e cronogramas; não só precisam conhecer a maneira de redação de cada um deles, como também a importância e o alcance da responsabilidade no trato com esse tipo de documentação. Desta forma, lhes são atribuídas atividades que necessitam da utilização do computador, como as que implicam a redação em um editor de texto ou acesso à internet. O telefone e a agenda, por exemplo, são de responsabilidade destes funcionários. Outro ponto a ser ressaltado é que somente estes funcionários podem decidir sobre quando e a que momento entrar em contato com o Deputado Cordeiro para informar ou pedir a opinião sobre alguma ocasião.

O escritório de Monsanto mantém conexão com o escritório político de Recife e também com o Gabinete do Deputado Cordeiro em Brasília, sendo, neste caso, a comunicação dos casos mais importantes ao Deputado submetidos a um processo de

¹⁰⁴ Como descrito acima, nesses anos ocorreram mudanças nas legislações que regem acerca da manutenção dos escritórios políticos e seus *funcionários*, nos regimentos internos da Câmara dos Deputados.

¹⁰⁵ Regimento interno à Câmara dos Deputados e atos da mesa, anteriormente descritos. (Ato da Mesa n.º 72/1997, art. 7º e art. 2º) (Câmara dos Deputados, 1997).

¹⁰⁶ Também conhecido como registros de ponto.

depuração e triagem. De maneira geral, os *funcionários* procuram conter os problemas e resolvê-los, somente levando ao conhecimento imediato do Deputado Cordeiro questões consideradas muito graves, para as quais não encontram resolução ou aquelas para as quais consideram escapar ao seu poder de decisão. Os casos resolvidos cotidianamente são relatados, dessa forma, apenas quando o Deputado Vitório viaja à Monsanto. Mas tudo o que se passa é transmitido ao deputado – mesmo que posteriormente - e nada escapa de seu conhecimento – característica, aliás, para a qual eleitores e informantes contribuem consideravelmente.

Apesar de serem chamados de *funcionários*, existem diferenças entre as funções desempenhadas por cada assessor no *escritório político*. Além das qualificações profissionais, as características pessoais - como o temperamento, o gênero e a família¹⁰⁷ a que pertencem - ajudam a determinar o tipo de *atendimento* praticado. Outras questões ainda, como a conduta pessoal e os trajes, são fatores os que requerem muita atenção – principalmente das mulheres-, pois mesmo não ocupando um cargo político, os *funcionários* entram em um jogo de apreciações acerca de suas reputações que podem auxiliar ou prejudicar tanto os desempenhos pessoais, como, também, a imagem do político representado.

Tomás da Cunha trabalha hoje como assessor do escritório político do Deputado Cordeiro. Também é delegado, em Monsanto, do PR e assessor do presidente da Câmara dos Vereadores nesta mesma cidade.¹⁰⁸ O pai de Tomás foi subprefeito do distrito de Caroá e vereador por cinco mandatos na cidade de Monsanto. Tomás também foi vereador (ano de 2000), quando seu pai ficou impossibilitado de concorrer às

¹⁰⁷ Família importa neste quesito não somente em relação ao histórico político de suas associações, mas também em relação às parcelas da população que representam, principalmente, por estarem vinculadas pelo padrão de residências. Como discutido no capítulo 2.

¹⁰⁸ Como já explicitado no capítulo 1, Tomás foi uma peça importante na vida política do pai, pois o incentivou a romper com o *grupo político vermelho* e fazer uma aliança com o *grupo político azul*.

eleições. Após a morte do pai, por conta de dificuldades enfrentadas durante o mandato, Tomás não conseguiu se reeleger e desistiu de concorrer a cargos eletivos. Hoje em dia, prefere participar da política de outra maneira, fazendo outro tipo de trabalho. Atualmente, no escritório político, é responsável por todo o processo de registro e manutenção de informações de candidatos e partido político junto à Justiça Eleitoral. Como delegado do partido, também são de sua responsabilidade as inscrições formais das candidaturas e da contabilidade das campanhas políticas – tanto as de Vitório Cordeiro quanto as dos demais candidatos do município vinculados ao PR. No *atendimento* à população, é ele quem faz a redação de currículos para auxiliar as pessoas na procura de empregos e, principalmente, ocupa-se do *atendimento* às causas referentes ao distrito de Caroá. É raro passar um dia inteiro dentro do escritório, por conta de suas outras ocupações, mas é o responsável por abrir e fechar as portas do estabelecimento.

Miranda desempenha os serviços burocráticos do escritório, como as contabilidades cotidianas, o orçamento, redação de gastos. É ela quem organiza as atividades oficiais e a agenda, tanto dos representantes do escritório, como do Deputado Cordeiro pela região. A família de Miranda é de Monsanto e seu pai era um famoso comerciante na cidade. Com a separação dos pais, a mãe e os irmãos se mudaram para Recife. Em Recife, Miranda trabalhou como secretária da Prefeitura até que, por meio de remanejamentos, foi trabalhar como assessora de Vitório em Monsanto. É a primeira de sua família a trabalhar com políticos. Ela não manifesta nenhum interesse pela política nacional, mas gosta muito de trabalhar com Vitório, principalmente por causa de suas características pessoais e pela possibilidade de ajudar a população. Na *época da política*, coordena as equipes, que assim como ela, fazem a campanha no *porta a*

*porta*¹⁰⁹. Miranda também é quem organiza a montagem, confecciona a decoração dos palanques e organiza a ordem de apresentação dos candidatos. No escritório político, também presta serviços de *atendimento*, principalmente, informando e auxiliando as pessoas para obterem, da melhor maneira possível, o acesso aos serviços que necessitam.

Grande parte do trabalho de Miranda e Brigitte se mostra indissociável: primeiramente, pela grande quantidade de pessoas atendidas por Brigitte, mas também por uma característica estrutural, já que ambas dividem a mesma sala. Assim como a maioria dos funcionários do Escritório político, têm por principal função escutar e informar às pessoas que ali vão procurar por alguma ajuda. Na maioria das causas atendidas por Brigitte, as pessoas se encontram tristes, confusas, perturbadas com os problemas que estão passando. Miranda escuta, acalma e aconselha as pessoas que ali estão procurando uma ajuda jurídica, enquanto Brigitte, ao mesmo tempo em que escuta, tenta filtrar da conversa as informações que lhes são mais essenciais para dar entrada ou continuidade ao processo.

Brigitte faz *atendimentos* à população em todo tipo de necessidade, mas principalmente no auxílio a causas jurídicas. Recorrem a seus serviços eleitores que por algum motivo não querem pedir auxílio aos promotores públicos – principalmente por conta da morosidade, pelo grande número de causas, ou por conta de animosidades pessoais. São mais comuns e numerosos os casos de divórcio, guarda e pensão. Mas também existem outros tipos de casos, referente a propriedades, heranças, dívidas etc. A família de Brigitte é de Monsanto. Seu pai era proprietário de muitas terras pela região, apesar de sua principal atividade ser um comércio no centro da cidade. Os irmãos e

¹⁰⁹ A noção de porta a porta refere-se ao trabalho realizado pelos assessores e cabos eleitorais de políticos durante a campanha eleitoral, que passam pelas residências de diversos bairros para pedir votos e entregar materiais de campanha.

irmãs, em maioria, residem em Monsanto. Seu marido era funcionário de um grande banco, mas atualmente trabalha no comércio, também proprietário de uma ótica. Brigitte e os irmãos estudaram fora de Monsanto, mas retornaram com o passar dos anos, principalmente, para ficarem perto da família. Duas irmãs moram fora da cidade, uma reside em Recife e a outra em Petrolina. Brigitte, depois de formada, chegou a trabalhar como advogada na prefeitura – iniciando neste emprego na época em que Chico era prefeito -, mas teve problemas quando o candidato do grupo político rival ganhou as eleições. Por conta dessa inimizade, pediu demissão e ficou sem colocação profissional por algum tempo até que o Deputado Cordeiro, por meio do pai de Brigitte, entrou em contato, com o convite para a colocação da advogada como chefe do escritório político – cargo que exerce desde 2008. Atualmente, Brigitte trabalha diretamente na administração geral das diversas atribuições do escritório político. Ela é vista como uma autoridade no escritório e, principalmente pela publicidade de sua profissão, acaba auxiliando a população por meio de processos e causas jurídicas.

Durante minha pesquisa de campo, Brigitte trabalhava no escritório pela manhã no *atendimento* aos eleitores e cuidava das documentações dos processos em sua casa, pela tarde, por ser extremamente requisitada durante o expediente. Durante os dias da semana – principalmente quando não chove e não é semana de feriados –, até que as portas da frente do escritório estejam fechadas, Brigitte se mantém trabalhando, com raras pausas durante o dia. Antigamente mantinha um escritório de advocacia junto com seu irmão, mas, atualmente, por conta do grande número de causas provenientes do Escritório político, transferiu seus clientes particulares para seu irmão. A advogada me explicou que, de certa forma, trabalha como voluntária, pois não cobra pelos serviços prestados aos *correligionários* do Deputado Cordeiro. Somente recebe um salário condizente com a função de chefe do Escritório político (assessora). Desta forma, as

peessoas que a procuram no escritório político para obterem assistência jurídica somente arcam com os custos do próprio processo, sem destinar nenhum tipo de verba pelo trabalho da advogada.

Como me explicaram diversos colaboradores de pesquisa, a campanha e o mandato só adquirem notoriedade (votos, adesão), se bons assessores estiverem no auxílio dos políticos. Para Gilda – uma parente distante dos Cordeiro, que já trabalhou na política, mas atualmente encontra-se afastada –, grande parte das obras atribuídas ao Deputado Cordeiro são demonstrações não somente de uma nova configuração político-partidária¹¹⁰, mas também pelas mudanças de assessores, ocorridas desde o ano 2000:

A política que eu gostaria de ver não é a política dos assessores dele de antigamente, por exemplo. Eu acho que ele é muito maior do que se passa em Monsanto, entendeu? Mas ele tem que tomar de conta pra não manter essas pessoas medíocres perto dele. E, diga-se de passagem, melhorou muito. A chegada de Brigitte... Tomás está crescendo muito, mas antigamente não era o cara que ele é hoje, sabe?! Mas Vitória tinha algumas figurinhas, amiga que, vamos combinar, não era bacana de se ver. Por que eram pessoas que em nenhum momento pensava no desenvolvimento de nossa terra, em nenhum momento falava nele como um todo, só em benefício de fulano e de cicrano. Pra cada vez mais deixar as pessoas em suas mãos e arrastar voto. Entendeu? Então nunca o bem comum. É preciso tomar cuidado, por que muitas pessoas que trabalham na política mantêm o nível de pensamentos e ideias os mais pequenos.

Explicou-me em outra ocasião, Cátia¹¹¹, ex-assessora de uma vereadora:

Durante o Mandato de Lourdes, fomos para Recife, num encontro estadual de vereadores. E eu era bem conhecida, por que eu comecei a puxar um movimento acerca dos assessores dos vereadores. Por que um assessor bom era tão importante quanto um merchandising bom, como uma publicidade boa, né? Você não tem uma assessoria boa, você tá ferrado. E assessor de político não tem vínculo nenhum, não tem vínculo empregatício, não tem direito a férias, não tem direito a nada. E pô, por que não? Sabe, a gente se organizar nesse sentido, eu chamava pra isso muito atenção nesses encontros.

¹¹⁰ Diversas vezes me foi dito, principalmente pelos *funcionários* do escritório político, que é o primeiro mandato em que o Deputado Cordeiro tem aliados nos cargos de todos os níveis, ou seja, faz parte da coligação de grande parte dos vereadores, do prefeito, do Governador e do Presidente. Essa condição “inédita” apresenta-se como uma conjuntura favorável para o desenvolvimento de obras na cidade de Monsanto.

¹¹¹ A história de Cátia pode ser acompanhada no capítulo 1 e 2.

De maneira formal, todos os *funcionários* do escritório político atuam na assessoria do Deputado Cordeiro. Até mesmo indivíduos que não pertencem aos grupos políticos, reconhecem na atividade de assessoria um ponto crucial da atividade política¹¹². Segundo meus interlocutores de pesquisa, todo político, e não somente um deputado federal, necessita de bons assessores.

3.3 – OS VOLUNTÁRIOS

Toda manhã, no momento em que eu chegava ao escritório político, era impossível não avistar pelo menos duas *voluntárias* na sala principal. Enquanto uma preparava o café e cuidava da arrumação e limpeza, outra esperava sentada, porém repleta de solicitude, pelos eleitores que podem procurar algum tipo de ajuda. Apesar de cada voluntário ter uma tarefa específica de acordo com suas habilidades pessoais, de maneira geral, todos desempenham uma função que se pode entender como um pré-*atendimento*. Se os *funcionários* do escritório, como dito acima, realizam uma triagem acerca das demandas que devem chegar ao Deputado Cordeiro, os *voluntários* atuam na seleção das demandas que necessitam chegar aos cuidados dos *funcionários*; são eles que controlam o fluxo de pessoas que vão conversar com Brigitte, Miranda e Tomás. Essa capacidade de avaliação dos *voluntários* é de grande importância para o andamento cotidiano do escritório político.

Pode-se entender a atuação dos *voluntários* como concernentes a um eixo de serviços logístico. Eles atendem, principalmente, os casos de ordem prática e sem implicações jurídicas. Tudo o que estiver ao alcance para ter uma resolução rápida, quer seja uma informação correta que leve ao serviço público desejado ou direcionamento a

¹¹²Em outro contexto etnográfico e com outras questões de pesquisa, Kuschnir (2000), mostra a importância dos assessores para a atividade política. Em sua pesquisa de campo, a maior parcela do trabalho dos assessores era em movimentações pela comunidade, no “trabalho da rua” para a constatação dos problemas mais urgentes da comunidade.

uma pessoa específica que possa ajudar na resolução de pendências pessoais, são realizadas por estas pessoas, sem necessitar da mediação de um dos *funcionários* ou de autorizações prévias. As redes pessoais (individuais, sociais e familiares) em que cada um dos *voluntários* se insere é uma condição fundamental em suas atuações individuais. Ter o poder de barganha para requisitar ações de pessoas específicas inseridas no aparelho administrativo/institucional dos serviços oferecidos pelo município ou pelo Estado é necessidade fundamental para as pessoas que ocupam a posição de *voluntário*. Dessa forma, por mais que a presença de um ou mais *voluntários* durante todo expediente do escritório seja fundamental – uma vez que eles fazem o pré-atendimento – são também necessários diversos deslocamentos diários pela cidade para promover e acionar os canais de “facilidades” em que cada um está inserido.

Mesmo atuando em uma parcela importante dos *atendimentos* do escritório político – principalmente agilizando os casos de resoluções mais rápidas e sem implicações jurídicas, selecionando com bastante precisão os atendimentos direcionados aos *funcionários* – as atividades realizadas pelos *voluntários* não constituem uma ocupação formal. Os *voluntários* não necessitam cumprir horários determinados, não têm uma rotina fixa de atividades, não preenchem papéis que comprovem sua frequência no trabalho, apesar de se remeterem aos *funcionários* do escritório. Apesar das diferentes formas em que cada um se associou ao escritório político, de maneira geral, não existe uma relação de proximidade entre o deputado e os *voluntários*; todos demonstram uma grande afeição à Vitória, mas não necessitam manter um contato direto com ele. O momento da campanha e as atividades formais das quais participam durante o mandato são as ocasiões nas quais o contato direto entre os *voluntários* e o Deputado Cordeiro se torna possível.

Conforme fui informada diversas vezes, não existe uma quantidade de verbas que sejam aplicadas no pagamento desses *voluntários* e, pelo que me foi demonstrado, estes não podem contar com um salário fixo; dessa forma, o vínculo que mantêm com a *instituição* é o exercício de uma atividade de voluntariado. Porém, sempre contam com alguma ajuda financeira, que é constituída pela contribuição espontânea dos recursos dos próprios *funcionários* formais do escritório, ou seja, não são oriundos nem das verbas da *instituição* e nem dos recursos pessoais do Deputado Cordeiro. Brigitte e Miranda recorrentemente me diziam que sempre que estes *voluntários* necessitam de uma quantia fixa de renda, elas tentam disponibilizar oportunidades de postos de trabalhos formais, seja em empregos públicos por nomeação, na preparação para concursos públicos atuais, em atividades de assessoria a políticos ligados ao *grupo político* e até mesmo com amigos ligados ao comércio e pequenas empresas locais. Pude acompanhar uma pessoa que preferiu abandonar o trabalho como *voluntária* para ter o comprometimento com uma atividade que lhe proporcionasse uma renda fixa: o caso de Deise.

Quando cheguei ao escritório político, era Deise quem fazia o café e a limpeza na maioria dos dias. Com a chegada das obras da ferrovia Transnordestina à cidade, e também por meio do apoio e incentivo de Brigitte e Miranda, Deise se inscreveu em uma seleção para cozinheira em uma empresa terceirizada que havia chegado à região para dar suporte à empreiteira responsável. Após diversas etapas do processo de seleção, Deise conseguiu um cargo, cerca de duas semanas depois que nos conhecemos. Ela ainda frequentava o escritório com muita saudade, mas ficou bem feliz de ter conquistado a vaga, apesar de concluir que o trabalho era muito desgastante.

Cada um dos *voluntários* tem uma trajetória diferente que o coloca como uma parcela fundamental das atividades desenvolvidas na instituição. Na maioria dos casos

acompanhados, os *voluntários* – principalmente *as meninas*¹¹³ - trabalharam como cabos eleitorais campanhas anteriores, durante *a política*¹¹⁴, mas que por razões diversas, principalmente dos engajamentos pessoais de cada um na comunidade local, acabam sendo incorporadas como elementos fundamentais para a realização das atividades diárias desenvolvidas na *instituição*.

Durante o período que acompanhei as atividades do escritório político, existiam seis *voluntários* cumprindo um expediente diário ou semanal. Deise, Edna e Graça são *as meninas* que acompanham diariamente os serviços da *instituição*. Airton também acompanha diariamente as atividades do escritório político, mas passa a maior parte do dia realizando atividades fora da *instituição*. Hermógenes e Lúcia são moradores de cidades próximas, fazem parte do *grupo político* e por conexões familiares desempenham trabalhos em parceria com equipe do Deputado Cordeiro.

Antes de largar o posto de *voluntária* no escritório político para trabalhar em uma empresa terceirizada ligada às obras da Transnordestina, Deise se ocupava, principalmente, com a limpeza e organização do escritório. Ela também cuidava da organização da fila de pessoas a serem atendidas pelos *funcionários*. Além disso, era ela quem saía para fazer compras de toda espécie – produtos de limpeza, materiais de escritório, gêneros alimentícios para o café –, além de ser responsável, todas as manhãs, pelo café dos *funcionários*. Deise tem 38 anos e trabalhou nas últimas eleições com *as meninas do grupo político*, e continuou ajudando o pessoal do escritório até conseguir um emprego formal. Tem dois filhos e um neto e nunca havia trabalhado na política; é a primeira de sua família a desempenhar este tipo de trabalho junto a políticos.

¹¹³ Assim são conhecidas as voluntárias do escritório político.

¹¹⁴ Tem o mesmo significado de “época da política”, termo amplamente discutido na introdução.

Infelizmente meu contato com Deise não passou de uma semana, então eu não sei precisar qual a sua posição junto a seu bairro e comunidade local.

Como vimos no capítulo 2, Graça se vinculou ao escritório político a partir do convite da antiga chefe do escritório político, Lourdes, principalmente por conta de seu trabalho junto a candidatos do *grupo político* durante as campanhas eleitorais. Graça substituiu a prima Valéria, que trabalhava no escritório como *representante* do bairro Da Ponte e, naquele momento, havia “*mudado de lado*”, ou seja, passou a trabalhar para um dos políticos do *grupo político rival*.

A família de Graça reside no bairro Da Ponte – um bairro urbano de construção recente, em expansão e com sua população majoritariamente de baixa renda. Segundo Graça, com a saída da prima do grupo, Vítório tinha ficado sem *representantes* em seu bairro e a sua entrada foi, então, crucial, principalmente por ela já tinha um *trabalho* em sua região. Pois mesmo depois da *política*, ela continuava a ajudar as pessoas de sua comunidade; desta forma, ao contratá-la, o escritório político havia reestabelecido o contato imediato com a região a partir de um representante local. Como fica claro na seguinte passagem:

Mesmo antes de entrar para o escritório, eu já era Vítório doente já, desde o começo. Eu ajudava muito minha prima, trabalhava junto com ela. E ela ganhando fama em cima do meu trabalho. (...) A área do Bairro Da Ponte já era minha, minha área. Na minha primeira campanha, o candidato a vereador não ganhou, mas o candidato a prefeito ganhou. Daí por diante fui crescendo. E eu lá no bairro Da Ponte as pessoas já pensavam que eu era de um político. Pessoa doente eu ia e fazia um barraco no hospital até ela ser atendida. Aí não saía aposentadoria de alguém, eu ia correr no INSS. Mulher pra ganhar menino, eu levava pra maternidade

Fica claro que Graça somente ganhou um posto junto ao pessoal do escritório político por que já tinha um trabalho junto à população de seu bairro, principalmente por sempre acompanhar a prima que atuava como uma *voluntária*. Ao ser questionada

sobre as mudanças no tipo de trabalho que desempenhava ao começar a trabalhar no escritório político de Cordeiro, Graça me disse que mesmo continuando a exercer o mesmo tipo de trabalho, agora tinha de deixar claro que o serviço tinha sido obtido por meio de um esforço da equipe – o pessoal de Cordeiro – e não somente um esforço pessoal; se antes trabalhava para se tornar uma representante local, agora, tinha de deixar claro em sua comunidade que era representante do político. Segundo suas próprias palavras:

Sempre a gente correndo atrás pra conseguir, antes e depois de entrar aqui. Mas aí quando entrei comecei a trabalhar com Edna e aí, quando a gente conseguia alguma coisa, falava assim: “Olhe, mas você vota em Doutor Vitório? A gente conseguiu isso aqui, mas foi através dele. Vote nele!” Até hoje o pessoal pensa que tudo o que eu consigo aqui é através dele. Se eu conseguir uma coisa eu mesma, que eu tenha ficado na fila o dia inteiro pra conseguir, tenho que dizer que era ele.

Outra mudança apontada por Graça quando essa passou a integrar o corpo de *voluntários* do escritório político foi o tipo de envolvimento em sua comunidade. O pessoal do escritório político pediu que ela se tornasse presidente da associação de moradores do bairro. Assim, Graça também passou a gerenciar alguns serviços de assistência de seu bairro. É necessário conhecer as famílias carentes, cadastrá-las nos programas de Assistência Social do município e acompanhar as entregas quinzenais – e intercaladas – de leite, de verduras, de peixe e de carne de bode¹¹⁵. Estes são serviços oferecidos pela prefeitura do município, que passam por sua coordenação por causa do seu vínculo com o bairro¹¹⁶. Outras ações, por exemplo, mutirões de exames médicos, são sempre acompanhados por ela. Desta forma, segundo me disse, mesmo quando a conjuntura se opõe ao próprio *grupo político*, Graça tem muita influência em seu bairro

¹¹⁵ Segundo o relato do atual prefeito de Monsanto, esses programas são oriundos de uma parceria da prefeitura com pequenos produtores da região; tais programas visam por um lado incentivar a agricultura familiar (como também a caprinocultura) e, agir no combate à miséria. Parte dos alimentos direcionados para a merenda escolar também são adquiridos de pequenos produtores locais.

¹¹⁶ Esta vinculação não é formal, mas Graça atua como uma coordenadora espontânea dessas atividades, principalmente, por ficar sempre informada das ações realizadas pelo setor público em seu bairro.

– que é muito concorrido entre os políticos da região. Mas Graça diz não ficar preocupada, pois seu trabalho é reconhecido: “*Tem a briga forte mesmo pela área. Lá eu não deixo ninguém entrar, até hoje eu ainda não deixo.*” Segundo Graça, ela não deixa nenhuma outra liderança despontar em seu bairro, principalmente, por que sempre está em comunicação com as pessoas que ajuda, que lhe informam sobre as atividades em seu bairro e ficam sempre do seu lado, pois sabem de seu *trabalho* na comunidade.

No escritório político, o trabalho de Graça é aliado ao de Edna. Edna está na instituição desde sua criação, no ano 2000. Edna tem 30 anos e trabalhou muito tempo em escolas no município. Apesar de todos em sua casa votarem em Vitória, é a primeira de sua família a trabalhar cotidianamente com a política. É formada em enfermagem e tem muita *amizade*¹¹⁷ com pessoas envolvidas no sistema de saúde de Monsanto, tanto no setor público quanto no privado. Atua principalmente na ajuda daqueles que procuram o escritório com mazelas em relação à saúde. Ainda que Graça a auxilie em seu trabalho – principalmente por conta do grande número de pessoas que procuram o escritório para este tipo de ajuda – é Edna quem lhe dá as pistas e lhe ensina o jeito de fazê-lo. Essas ajudas em relação aos problemas de saúde da população consistem, principalmente, em tarefas de instrução de toda a ordem. Um dos principais auxílios está no direcionamento correto; é preciso informar a população quais os serviços disponibilizados pelo sistema de saúde do município; o que é preciso para ter algum tipo de *atendimento* específico; quais os acionamentos que devem ser feitos em casos de necessidades de exames que só existem em clínicas particulares da cidade; e também instruir sobre quais medicamentos podem ser obtidos gratuitamente através do Estado.

¹¹⁷ Amizade é um conceito operacionalizado por meus interlocutores, que delimita uma relação onde se estabelece troca de favores entre os envolvidos para além das relações estabelecidas pelo grupo ou pelo partido político. É um tipo de relação traçada entre duas ou mais pessoas, mas que não passa pelo crivo das famílias. Ou seja, pode-se dizer que se tem amigos em todos os lugares (até mesmo em grupos, partidos e famílias rivais) e que esta modalidade de relação escapa as determinações do *grupo político*, do *partido* e das *famílias*.

Segundo Edna, um dos grandes problemas enfrentados em seu *atendimento* é que muitas vezes as pessoas pedem ao clínico geral do posto que as encaminhem para um especialista, que em grande parte das vezes não é o tipo de *atendimento* ideal para o problema.

Carla, aqui é assim. A pessoa chega com encaminhamento para o otorrino, mas tá com problema na perna. Mas confundiu otorrino e ortopedista e errou ao pedir encaminhamento. Mas isso é direto. Esses dias veio um senhor aqui pedindo pra marcar ginecologista pro pai dele, achei estranho. A outra queria um pediatra, e pediu ao médico o encaminhamento ao psiquiatra. Então a gente tem que ouvir primeiro o que a pessoa está sentindo e ver se o encaminhamento está certo.

Em determinado sentido, então, Edna precisa ser apta para confirmar os diagnósticos dados anteriormente por um médico do sistema de saúde. Fora do escritório, a maior parte do trabalho de seu é enfrentar filas para marcar consultas com especialistas que atendem pelo sistema público de saúde, marcar exames e, principalmente, conseguir que seus amigos que trabalham em clínicas particulares atendam gratuitamente pessoas que enfrentam problemas de saúde graves. Muitos exames também são conseguidos por meio de contato de amigos e conhecidos, pois apesar de Monsanto ser um polo médico, grande parte dos serviços oferecidos são particulares e, quando não são, mesmo os casos graves necessitam enfrentar filas de espera para serem atendidos. Em caso de morte dos pacientes doentes, atua no direcionamento da população aos serviços fúnebres oferecidos pelo município, principalmente na ajuda financeira para caixões e enterros.

Hermógenes é filho de um ex-prefeito e irmão de um vereador de Miragem, cidade localizada a 100 km de Monsanto. Sua família faz parte do *grupo político* do Deputado Vitório Cordeiro. Ele trabalha como um facilitador para os serviços de sua cidade, tarefa próxima à desempenhada por Graça e Edna em Monsanto. Farmacêutico de formação, seu maior envolvimento também é na saúde. Ele vem ao escritório para

conversar e informar os colegas das movimentações políticas e de seus trabalhos em sua cidade. Faz parte de seu trabalho levar requerimentos dos membros *grupo político* do Deputado Cordeiro em sua cidade aos *funcionários* do escritório político. Na maioria dos casos, com a ajuda do escritório político, Hermógenes consegue solucionar as questões de sua cidade. Porém, se qualquer informação ou requerimento precisar chegar ou passar pelo Deputado Cordeiro, este pode ser encaminhado ao seu Gabinete por Miranda, sua secretária. Outra grande frente de seu trabalho consiste em conseguir transferências dos pacientes para Monsanto ou Recife em casos graves – que necessitam de uma infraestrutura de serviços de saúde inexistentes em seu município. Por conta desse vínculo com a população, também atua em casos de munícipes que falecem em outras cidades e precisam retornar ao município de Miragem para os funerais. Hermógenes também acompanha os velórios de pessoas ligadas ao grupo político de Cordeiro, prestando homenagens – principalmente através da entrega de coroas de flores em nome do Deputado e também da presença de algum representante do grupo nos velórios. Semelhante ao caso de Edna, também é responsável por direcionar a população carente aos serviços oferecidos pelo município para a compra de caixões e enterros no cemitério.

Lúcia também é moradora de um município vizinho a Monsanto. Seu marido é o atual prefeito da cidade de Pedreira e faz parte do grupo político de Vitório Cordeiro. As visitas de Lúcia ao escritório político são mensais e por isso os detalhes que tenho a respeito de seu trabalho são somente o que pude entender a partir de três conversas rápidas que tivemos. O seu trabalho consiste em informar ao pessoal do escritório político de Cordeiro os eventos recentes e informações pertinentes sobre a atual administração de Pedreira.

Airton é filho de um antigo assessor de Vitório Cordeiro, já falecido. Na infância, Airton tinha uma convivência próxima com a família de Vitório. Seu pai era o responsável pelas burocracias das primeiras campanhas de Vitório, por volta de 1975. Airton, nesta época, morava em Recife e, por conta de uma ativa vida boêmia, sofreu alguns problemas de saúde que o fizeram retornar a Monsanto. Hoje com 50 anos, casado e pai de duas filhas, Airton ainda atua como voluntário no escritório político. Apesar de ser portador de uma surdez parcial e de uma visão prejudicada, faz muita pesquisa de opinião entre a população de Monsanto. Seu trabalho diário consiste, principalmente, em andar pela cidade e conversar com a população para se informar sobre o que está acontecendo na região. Todas as informações coletadas por Airton em suas andanças pelo município são reportadas diariamente ao pessoal do escritório. Ele ainda está sempre atento a todos os veículos impressos que trazem informações sobre o Deputado Cordeiro e seu grupo político. Seu trabalho é sempre ligado à apreciação sobre a opinião da população e a formulação de estratégias de campanha.

No momento em que fiz pesquisa de campo, Airton estava preparando uma pesquisa de opinião que faz em todas as eleições para o escritório político. Segundo o pessoal do escritório, a pesquisa de Airton nunca falha. Para ele, além do caráter informativo de sua pesquisa, ela ainda é um importante veículo de propagação das ideias e projetos dos candidatos. Dessa forma, sua pesquisa também atua na mobilização de votos e eleitores. Ele é também muito conhecedor de músicas e trazia sempre informações e ideias importantes para compor o *jingle* do Deputado Cordeiro para a campanha que se aproximava.

Apesar de não ser formalmente estipulado, parece existir uma parcela do trabalho desenvolvido no escritório político que precisa ser desenvolvida por estas pessoas admitidas enquanto *voluntários*. Se por um lado existe essa necessidade, por

outro existe também uma quantidade mais ou menos determinada de cargos para *voluntários* – não existe uma quantidade ilimitada e aberta a qualquer pessoa. Para chegar a esta conclusão, basta ver a descrição do caso de Graça, que chega ao escritório político através de um convite que só é feito depois de sua prima sair de suas funções, deixando livre não somente uma parcela do *serviço prestado*, mas também deixando a *instituição* sem *representação* no bairro Da Ponte.

3.4 - EXPEDIENTES

A rotina do escritório se inicia às 7h30min da manhã, quando Tomás Cunha abre suas portas. Neste momento não existe, ainda, nenhuma pessoa a ser atendida. Uma das *meninas* chega logo em seguida, para cuidar da limpeza e preparar o café. Por volta das 8h30min, Miranda chega ao escritório. Neste momento também começa a se formar uma pequena fila por ordem de chegada para conversar com Brigitte, que neste período da manhã encontra-se no fórum, para resolver os problemas de suas causas e ter notícias sobre os processos em andamento. Miranda, Tomás e os *voluntários* presentes buscam direcionar, atender e sanar as dúvidas das pessoas que esperam pela advogada, restando na fila somente aquelas que realmente necessitam de um apoio jurídico ou precisam tirar uma dúvida especificamente com Brigitte. Entre os *funcionários*, *voluntários* e as pessoas que ali aguardam *atendimento*, estão também em visita ao escritório amigos, colegas e membros da família de algum *funcionário* ou do próprio Deputado.

Os frequentadores do escritório não se resumem a *funcionários* capacitados para oferecer serviços e eleitores necessitados de ajuda; também existem pessoas que vão até lá quase todos os dias para conversar com as *meninas* que trabalham no escritório, conversar sobre toda sorte de coisas, como também para informar sobre acontecimentos da cidade e dar informações importantes das localidades em que residem. Desta forma,

existe um fluxo constante de amigos, colegas e familiares, que em sua maioria são colaboradores em momentos de campanhas, mas que na maioria dos dias visitam o escritório descompromissadamente, para conversar, ouvir e observar.

Por volta de 9h30min, Brigitte chega do fórum e começa a atender as pessoas. Habitualmente, há uma espera de cerca de cinco pessoas quando Brigitte chega ao Escritório político, mas esse número é flutuante, dependendo do dia da semana e das condições climáticas que se apresentam. Em tese, somente um caso é atendido por vez pela advogada, dentro de sua sala. Porém, quando há alguma distração ou ausência de um *voluntário* para regular o fluxo de pessoas que podem entrar na sala, uma ou duas pessoas entram na sala de Brigitte durante o *atendimento* de outra pessoa. Na maioria dos casos, Brigitte não pede que ninguém saia e tenta fazer os *atendimentos* simultaneamente. Enquanto isso, Miranda, em sua mesa, faz o trabalho administrativo, mas também auxilia nas informações fornecidas por Brigitte.

É comum pessoas atendidas pelo *peçoal do escritório* sintam-se em dívida com eles. Muitos são os sitiantes que oferecem presentes à Brigitte e Miranda, mais comumente alimentos e víveres, como galinhas e cabritos, mas elas sempre recusam em tom agradável e de brincadeira. Mesmo assim, não raro as pessoas levam comidas como meio de agradecimento aos *funcionários* do escritório. Dona Ada, por exemplo, leva mais do que uma vez por semana pequenos pacotes de um biscoito doce, que, segundo me disseram as *meninas*, só ela sabe onde vende – agradando a todos os *funcionários*. Alimentos são oferecidos aos *funcionários* do escritório como agradecimento às gentilezas, ao auxílio, ao *atendimento*; consumidos também, por quem estiver presente, em acompanhamento ao café preparado por uma das meninas.

As portas do escritório se fecham por volta das 14h. Contudo, como me alertaram diversas vezes o pessoal do escritório, o expediente cotidiano é bem diferente na *época da política*, quando trabalham de manhã até à noite.

O escritório político está, então, submetido a uma rotina estabelecida prioritariamente pelo calendário eleitoral. O modo de funcionamento, prioridades e as modalidades das atividades desenvolvidas neste local são sazonais. Desta forma, ao acompanhar o cotidiano deste estabelecimento em um período que antecedia eleições, pude ter contato tanto com as atividades de *atendimentos* que são desenvolvidas na maior parte do tempo durante o período não eleitoral – os dois anos que separam uma eleição da outra –, mas também pude acompanhar um pouco da preparação, dos trabalhos e da ansiedade que antecede uma eleição. Durante a pesquisa de campo existia uma sensação de tranquilidade com o desenrolar dos dias – que apareciam somente como *dias comuns*¹¹⁸ de períodos não eleitorais –, que não raramente era interrompida por episódios que exigiam outros tipos de trabalho do *pessoal do escritório*: expedientes também cumpridos pela instituição no momento das eleições. Além disso, os motivos dos *atendimentos* são mais ou menos parecidos – seja em períodos eleitorais e não eleitorais – até por que existem domínios nos quais o pessoal do escritório está acostumado a agir e outros não.

De maneira geral, como dito anteriormente, os *atendimentos* se constituem como a principal dimensão a ser assistida pelos *funcionários* e *voluntários*, principalmente por se constituir como um importante eixo de relação entre políticos e eleitores; na ausência do Deputado Vitorio na cidade, é necessário dar suporte aos requerimentos de seus eleitores para que seus sistemas de trocas não sejam rompidos.

¹¹⁸ É como são chamados os dias de funcionamento do escritório, fora dos períodos eleitorais.

Parcela dos antropólogos que investigam os fenômenos políticos encontraram em suas pesquisas de campo designações nativas que levam a entender como posições sociais privilegiadas agregam “status” ou “prestígio” aos políticos e candidatos. Heredia (2002, p. 15-38), por exemplo, ao estabelecer uma investigação sobre as relações entre políticos e eleitores, no período entre duas eleições, depara-se com formulações acerca do “prestígio”; ao adentrar os gabinetes dos políticos, Heredia percebe que a capacidade de mobilizar recursos e pessoas para conseguir favores ou concessões aos eleitores, agregava status aos políticos. Estes, mesmo desempenhando por meio dessas ações somente o que lhes cabe em seu exercício profissional, esforçavam-se para trazer tais atos para o campo pessoal, tratando as questões como uma troca de favores personificada - o que carrega consigo um caráter de “dívida” por parte dos eleitores, que podem ser encerradas ou retribuídas por meio de votos. ¹¹⁹

No sertão de Pernambuco, Marques e Villela (2002, p. 63 – 102) deparam com um mesmo tipo de cálculo presente nas relações entre políticos e eleitores. O “prestígio”, neste caso, reside na capacidade de dispor de recursos que possam ser oferecidos aos eleitores de quem se tem apoio; trata-se, portanto, de um “instrumento produtor de votos”. A grande peculiaridade desse estudo, entretanto, é a constatação de que “prestígio” não é um atributo individual e pode ser remetidos a outros coletivos – por exemplo, a família.

Um exemplo interessante da relação inversa – ou seja, determinado prestígio que é agregado a grupos sociais por parte dos políticos – pode ser visto no capítulo “2000: Eleições”, do livro “Como funciona a democracia” de Goldman (2006, p. 191- 242). O

¹¹⁹ Este artigo de Heredia (2002 – p. 15-38) é especialmente interessante para este trabalho, pois toma por objeto um gabinete de um deputado Federal, descrevendo a “importância da presença do político em nível local, durante o interregno entre duas eleições. No caso de Heredia a principal atividade desenvolvida no Gabinete é a escrita de cartas, remetidas a diversas pessoas, pedindo favores em nome de seus eleitores.

texto descreve a situação de um grupo afro de Ilhéus, no ano eleitoral de 2000, que é constantemente alvo de intenções de apoio por parte dos candidatos; o objetivo destes é angariar o grupo afro como base eleitoral, pois representá-los é entendido localmente como uma fonte de prestígio.

Acredito que as duas designações de prestígio estão em circulação nos *atendimentos* do escritório político. Ao passo é que preciso que o político disponha de serviços para manter seu “prestígio”, é necessário também que os próprios *funcionários* e *voluntários* tenham prestígio – ou pelo menos determinado status junto a suas próprias comunidades – para tornarem-se representantes do político.

Um segundo expediente toma corpo no escritório político, mediante as exigências burocráticas junto ao partido político. Como também já referido anteriormente, como não existem sedes e diretórios dos partidos políticos em Monsanto, é no escritório político que as negociações necessárias – antes, durante e depois das eleições- são coordenadas.

O terceiro expediente da instituição é se constituir como um canal de informações. É necessário ter conhecimento da população que é atendida, é importante que cada pequeno problema seja manifesto e que as reações e opiniões das pessoas sejam claras para os *funcionários* do escritório político. Estes, como também já dito anteriormente, fazem sempre uma triagem do que é importante ser conhecido pelo Deputado Cordeiro e também para quais assuntos é importante uma participação ou posição do escritório político, como representantes tanto do Deputado Cordeiro como de seu grupo político.

Os Atendimentos

Como indicado por meus interlocutores de pesquisa, toda solicitação dos eleitores – assim como de outros membros do *grupo político* - tem que ser ouvida e tudo o que tiver solução deve ser resolvido. Mesmo nos casos de pedidos *descabidos*¹²⁰ e inalcançáveis, a recomendação para os *funcionários* e *voluntários* é sempre escutar as demandas de quem os procura e tentar solucionar de alguma maneira, nem que seja explicando as razões pelas quais seus pedidos são irrealizáveis e tentar propor outras soluções, para que esta pessoa se sinta atendida, ou pelo menos, ouvida. Não existe uma orientação acerca de quem pode ou não ser atendido pelo pessoal do escritório político; porém na maioria dos casos, as pessoas que procuram auxílio são de baixa renda¹²¹, ou seja, não têm condições para arcar com despesas recorrentes de atendimentos médico e jurídico particulares.

A primeira vez que cheguei ao escritório foi bem ilustrativa sobre as diferenças entre os *atendimentos* empreendidos por *funcionários* e *voluntários*. Em uma segunda-feira, cheguei às oito horas da manhã ao escritório político. No dia anterior tinha conseguido contato com a responsável pelo estabelecimento, doutora Brigitte Araújo. Havíamos combinado de nos encontrarmos às nove da manhã, mas decidi sair mais cedo, porque não sabia exatamente onde ficava o escritório político, apesar de andar há quase uma semana pela cidade. Notei, então, com a ajuda do número e endereço, que a instituição se localizava na maior rua da cidade, onde já havia passado dezenas de vezes. Ao entrar, Edna, uma das *meninas*, que estava sentada na sala principal, veio me atender. Ela me perguntou o que queria e respondi que estava ali para conversar com Brigitte. Pediu-me para esperar, pois a advogada só chegaria dali a pouco tempo.

¹²⁰ Quando os pedidos levados ao escritório político extrapolam esse limite da esfera de ação do *pessoal do escritório*, são vistos como “descabidos”.

¹²¹ Em todos os atendimentos jurídicos, a advogada pede uma demonstração de renda e consta em seus processos que as pessoas que são auxiliadas são “pobres na forma da lei”, termo jurídico instituído pela lei nº1060/1950 para designar pessoas que não podem pagar custos processuais e honorários de advogados.

Apressadamente, tratou de ligar o ventilador que estava encostado perto da sala. Quando a secretária Miranda chegou ao escritório, ao saber que eu esperava por Brigitte, me perguntou a respeito do que eu estava procurando, se colocando à disposição para me ajudar. Ao saber que eu era de fora e que o motivo que me trazia ao escritório era uma pesquisa sobre a política desenvolvida em Monsanto, tratou logo de me apresentar o escritório e falar sobre os serviços que disponibilizavam à população. Sempre fazendo referência ao Deputado Cordeiro, ao falar do seu trabalho na cidade, Miranda gesticulava – além de precipitar o corpo e o olhar - em direção as fotos de Vitório que estão afixadas na parede, como se por aquele gesto me apresentasse não só o político que representavam, mas as suas propostas de trabalho e o *serviço prestado* àquela cidade – além de deixar clara sua grande admiração por ele. Ela disse então que gostava muito do trabalho e dos projetos que o Deputado desenvolvia para a população local e que adorava participar dessas atuações.

Quando Brigitte chegou, puxou logo uma cadeira para perto de sua mesa, pediu para que eu sentasse a seu lado e fez questão de conversar a respeito dos meus interesses, de pedir detalhes acerca do meu tema de pesquisa e também daquilo que eu esperava encontrar. O intuito de Brigitte era entender, a partir do meu relato, de que maneira ela poderia me ajudar. Nossa conversa, entretanto, foi logo interrompida por duas pessoas que procuravam *atendimentos*. Combinamos então que inicialmente eu acompanharia as rotinas diárias da instituição e com o passar dos dias ela me direcionaria para conversar com pessoas envolvidas na política, principalmente, aqueles que trabalhavam com as atividades concernentes às campanhas, assim como políticos e candidatos. Desta forma, passei a acompanhar dentro da sala de Brigitte e Miranda os *atendimentos* cotidianos que prestam a população.

O *atendimento* consiste em, primeiramente, escutar o que cada pessoa necessita e entender qual o problema que precisa ser resolvido. Depois de conversar um pouco com as pessoas que procuram *atendimento* e entender que tipo de ajuda ela está procurando ali – sempre pacientemente, demonstrando presteza-, o voluntário a encaminha para conversar com aquele – entre *funcionários* e *voluntários* - que melhor desempenha o tipo de serviço solicitado, ou tem a informação requisitada. O primeiro *atendimento* consiste, principalmente, na escuta; e por meio desta, a constatação de um problema e das informações sobre o que e quem pode ajudar. Dar solução ao problema apresentado aparece como uma resolução secundária do *atendimento*, sendo que o primordial é sempre escutar e informar sobre o que é possível ser feito. Os *voluntários* fazem o *atendimento* na sala principal, imediatamente com a chegada das pessoas. Eles realizam os *atendimentos* de pé e se é necessário encaminhar a pessoa para um dos *funcionários* que esteja ocupado, pede-se então que esperem sentados no sofá. Nas salas dos *funcionários*, entretanto, as pessoas são atendidas sentadas, pois cada um tem uma mesa, com uma cadeira de cada lado, para realizar o *atendimento*.

Escutar, desta forma, se apresenta como a efetiva função do *atendimento*. Não podemos esquecer, como já dito acima, que as pessoas que procuram ajuda no escritório político, muitas vezes, estão enfrentando problemas graves – que na maioria dos casos envolve suas famílias – e desabafam com as funcionárias do escritório. Um ponto importante nesta atividade, como sempre me lembravam meus interlocutores de pesquisa ligados ao escritório político, é a existência de uma conduta que precisa ser seguida durante a escuta dos casos relatados. Não se pode ouvir de qualquer jeito, tentar encurtar a conversa, pois as pessoas atendidas têm que se sentir acolhidas pelo atendimento; não se pode ainda deixar de sorrir, ser educado e em determinada maneira, sensível aos problemas enfrentados e levados aos cuidados do escritório político. Como

me disseram, esta recomendação é uma ordem direta de Cordeiro; se por acaso alguém se sente mal tratado, o Deputado toma conhecimento antes mesmo de chegar a Monsanto.

Dentro da sala de Miranda e Brigitte, acompanhei uma série de *atendimentos*, diariamente, ao longo de um mês. Diversos são os motivos que levam as pessoas requisitarem o *atendimento* jurídico oferecido no escritório político. Segundo a advogada, problemas com pensão, divórcio, propriedade e guarda de filhos são as mais comuns. Segundo os *funcionários* do escritório político, a entrega de currículo, com um forte pedido de apoio do pessoal do escritório também foi uma prática recorrente no passado, mas a instituição não está mais trabalhando na frente de mobilizar e ofertar empregos, desde que uma Agência do Trabalho foi inaugurada na cidade. Mesmo assim, muitas pessoas ainda entregam currículos no escritório político. Pedidos relacionados a saúde também são freqüentes.

Num dos *dias comuns* do escritório, dona Marta já se encontrava na fila de espera quando Brigitte chegou, com um pedido de guarda. Este caso se tornou emblemático para mim, pois, acima de tudo, foi uma das ocasiões nas quais fui acionada a me apresentar como pertencente ao pessoal do escritório. Ao entrar em sua sala, Brigitte perguntou para Miranda se ela conhecia a mulher que lhe aguardava na fila; Miranda também não a conhecia e chamou para dentro da sala Edna – a voluntária que estava acompanhando o pessoal que aguardava por *atendimento*- para perguntar se alguém conhecia aquela mulher. Quando constataram que se tratava de uma desconhecida, entre os *funcionários* e *voluntários*, Brigitte me pediu que fosse me sentar junto ao pessoal que aguardava por *atendimento* e questionasse como a tal mulher havia chegado até ali. Ela me disse então que estava com um problema muito sério e uma amiga a havia indicado, pois havia recebido uma ajuda recente do pessoal do escritório

em seu divórcio, relatando principalmente que Brigitte era muito atenciosa. Voltei para a sala de *atendimento* e contei o que havia descoberto. Chamaram então Dona Marta para dentro da sala; ela estava acompanhada do filho que tinha em torno de sete anos. Após falar uma frase quase protocolar que inicia a maioria dos *atendimentos* – “Eu e toda minha família votamos com o Deputado há muito tempo” –, disse que se tratava de um caso de guarda. Ela não tinha a guarda do filho, mas precisava entrar com o pedido, pois acreditava que o menino corria risco de abuso sexual, principalmente depois de ele ter relatado, em uma visita, que havia visto o pai ter relações sexuais com o próprio irmão – tio do garoto. Ao relatar essas informações, dona Marta chorou bastante e, por conta disso, havia ficado muito nervosa e constrangida; antes de qualquer solução jurídica queria confirmar com as mulheres presentes se o evento se constituía como uma causa plausível para o pedido. O maior constrangimento de Dona Marta, entretanto, era motivado por sua única testemunha ser o próprio filho, uma criança de apenas sete anos, a quem ela pediu que confirmasse toda a história para a advogada. Após ouvir um pouco o que Brigitte tinha a dizer da gravidade da situação, que ela poderia entrar com um processo e que tinha chances de ganhar, dona Marta ficou mais calma. Daí então, Brigitte a informou sobre todos os documentos que necessitava para dar entrada ao processo. Na mesma semana, dona Marta voltou com todos os papéis necessários, muito mais confiante, e também muito agradecida pelo apoio de Brigitte e Miranda – e também do meu.

Os casos de divórcio eram também corriqueiros. A maioria deles era consensual, como o caso de Jefferson e Meire. Ao pedir que o casal entrasse, Brigitte notou que ela queria se divorciar e ele ainda estava em dúvida, mas aceitava a opção da esposa. Depois de conversar um pouco sobre a situação, visto o impasse da opinião entre o casal, Brigitte perguntou há quanto tempo estavam separados. Como havia mais de um

ano da separação, já era possível entrar com o pedido de divórcio. Eles então foram informados dos documentos necessários para dar entrada no processo e Jefferson os trouxe no mesmo dia para a advogada. Ao entregar os papéis, reafirmou que em sua opinião não se faria o divórcio, mas que como era uma escolha de sua esposa, não queria criar empecilho. Brigitte ainda conversou um pouco com ele, para confirmar se realmente a opção pelo divórcio era consensual e após alguns minutos de conversa, ele se mostrou decidido em levar o caso adiante.

O caso de dona Ada também foi bem interessante de ser acompanhado. Na realidade, o que acompanhei foram as visitas que esta senhora faz ao pessoal do escritório político duas vezes por semana. Os motivos que a levavam a manter relação com o escritório político são bastante ilustrativos acerca dos *atendimentos* realizados. Dona Ada é pertencente à família dos Rodrigues¹²². Porém, segundo ela me disse, quando precisou, não recebeu nenhum tipo de ajuda de sua família. Quando o marido adoeceu, dona Ada se sentiu traída por sua família, pois esta não lhe ofereceu nenhum tipo de apoio. Ela, então, foi procurar o apoio de Vitório Cordeiro— até então adversário político dos Rodrigues — que não lhe negou ajuda. Por mais que o quadro do marido tenha sido irreversível, ela não esquece este episódio e cultiva grande gratidão pelo pessoal do escritório político, por ter conseguido ajuda médica para seu marido. Depois de seu falecimento, visto a fragilidade de seu estado emocional, a ajuda de Brigitte foi fundamental para que ela conseguisse resolver suas pendências quanto à pensão e a passagem da propriedade para seu nome. Dona Ada nunca mais abandonou o pessoal do escritório político e também o grupo político do Deputado Cordeiro. Ela ajuda nas campanhas, leva as informações de seu bairro até o pessoal do escritório e não mede esforços para auxiliá-los.

¹²² A família Rodrigues é uma das principais famílias que constituem o *grupo político* rival.

Também chegam ao escritório político pessoas de fora da cidade. Esse foi o caso de Reginaldo. Ele era de Afogados da Ingazeira, mas estava na cidade para conseguir um emprego nas obras da Transnordestina. Como não foi entrevistado para o emprego no dia de sua chegada a Monsanto, Reginaldo exigiu junto ao escritório político, que o Deputado Cordeiro pagasse sua hospedagem na cidade. Ele passou cerca de três horas no escritório político conversando com Brigitte, indignado frente à recusa de seu pedido. Afinal, segundo ele, “Sua família era Vitória toda a vida”. O caso de Reginaldo não pôde ser atendido e ele passou a noite no jardim do hotel onde estava sendo feita a seleção para os cargos oferecidos na obra.

Outro tipo de *atendimento* é realizado por Tomás. Em sua sala, Tomás auxilia pessoas que procuram a ajuda do escritório político para a redação de currículos. Ele elabora os currículos, imprime uma via e direciona as pessoas atendidas para a agência do trabalho ou alguma oferta que esteja acontecendo em alguma localidade.

Os *atendimentos* feitos pelos *voluntários*, como dito acima, consistem em dar informações com agilidade e soluções rápidas para os problemas apresentados. Na maioria dos casos trata-se de problemas em relação à saúde. Mesmo que o caso necessite de alguns dias para ser resolvidos – como para marcar consultas, exames ou conseguir remédios – o *atendimento* costuma ser rápido e a pessoa atendida volta ao escritório ainda na mesma semana para saber se seu caso teve solução. Na maioria dos casos, trata-se de conseguir serviços já oferecidos pelo setor público; porém algumas pessoas, por desconhecimento ou questões pessoais – filho doente que não pode ficar sozinho em casa, emprego que não pode faltar ou até mesmo vergonha/medo de fazer as coisas de maneira errada – procuram a ajuda do escritório para conseguirem acesso.

É muito importante ressaltar a diferença entre os tipos de facilidades arranjadas pelo pessoal do escritório, pois não se consegue “qualquer coisa para qualquer um”. Como sempre me lembrava um dos *voluntários*, “emprego não é doença”. Quando se trata de casos de saúde, muito raramente se negará assistência – mesmo se a pessoa não pertencer ao grupo político de Cordeiro. Lembra-me Hermógenes:

Ajudar em doença é questão de humanidade, não se pode negar ajuda a ninguém. É risco de vida. Risco de vida ou risco de morte, como é que se fala? Mas é assim, se você não ajuda nesses casos a pessoa vem a óbito. Não é só solidariedade não, é humanidade mesmo. Agora vou falar pra você, não se corre atrás de emprego pra qualquer um não. Oxi, não é justo também – você vê o esforço que a gente faz pra cima e pra baixo pra conseguir vagas de emprego. Não pode direcionar assim pra qualquer um não.

Isso também ocorre com alguns vereadores com quem conversei. O vereador Mané Prado, apesar de ser radicalmente contra a prática assistencialista e lutar muito contra as redes de favorecimento pessoais na política municipal de Monsanto, diz ser incapaz de negar dinheiro para casos de doença, por que nesses casos, não se trata mais de combater o assistencialismo, mas de “desumanidade”.

Campanhas e burocracias

Para meus colaboradores de pesquisa, existe uma grande diferença entre os trabalhos exigidos por cada eleição, diferindo-se muito, num primeiro momento, as eleições para prefeito/vereadores e as eleições para presidente/governador/deputados/senador. Num segundo momento, como ressaltado pelos *funcionários* do escritório político, cada eleição se diferencia uma da outra, pois cada situação exige um trabalho diferente, tanto pelas diferentes situações políticas e sociais do município, quanto pelas exigências legais específicas de cada eleição.

De uma maneira mais ou menos uniforme, as eleições para presidente/governador/deputados/senadores são reconhecidas como mais calmas e

tranquilas. Como me disse Graça, sobre seu trabalho nas campanhas de Vitório Cordeiro:

Pedir voto pra Doutor Vitório é ótimo, ele não tem falha. Pra pedir voto pra Vitório, nunca teve dificuldade, a gente nunca foi colocado pra fora. Pra pedir voto pra o sobrinho dele, Frank, a gente já foi. Agora também já é conhecido, então fica mais fácil de trabalhar.

Mas essa “maior tranquilidade” apontada divide as opiniões. Por um lado o trabalho é facilitado – principalmente entre aqueles que fazem campanha para Vitório, pois está no seu décimo mandato –; por outro lado, a grande emoção da *época da política* – o “momento da bagunça”, a “bagaceira” – parece tomar corpo somente nas eleições para prefeito/vereador. Dionísio, por exemplo, faz parte do grupo político e gosta de ajudar na época de campanha, mas não gosta de participar nas eleições municipais:

Na campanha de prefeito eu nunca me envolvi assim, é muito agitado. Campanha de prefeito é a briga. Eu como evangélico não sou muito chegado a estar brigando. A campanha de deputado é mais interessante, é um trabalho de conscientização. Você não vê a agitação do povo, chega uma campanha de deputado você não percebe nem que tem campanha, é tudo parado. A de prefeito não é muito interessante não. Mas também depende muito do candidato. A de 88 foi uma campanha muito bonita.

Vilma, parente do deputado Vitório, é amiga de Graça e Brigitte e quase todos os dias pela manhã está no escritório. Ela gosta de trabalhar em todas as eleições, apesar de marcar bastante a diferença entre elas:

Deputado é bem mais fácil, até porque não tem muitas opções, sabe?! Em Monsanto vereador sai mais de 30 candidatos, numa cidade que nem Monsanto em que todo mundo conhece todo mundo. Deputado, não, tem só três. Aí é bem mais fácil, porque as pessoas já têm aquela referência. Não precisa chegar e falar do perfil dele. E

outra coisa, não desmerecendo outros candidatos, mas dificilmente você encontra alguém que já tem compromisso com outra pessoa. A maioria já declara o voto, o carinho por Vitório. Sempre é diferente uma campanha pra prefeito, vereador e pra deputado.¹²³

Desta forma, o escritório político, na *época da política*, redireciona sua principal frente de trabalho. Em primeiro lugar, todos os trabalhadores do escritório, formais e *voluntários* assumem a campanha como principal função; sair pela rua para “pedir votos”, distribuir material, acompanhar os candidatos em carreatas, organizar comícios, entre outras coisas. O escritório é o lugar onde se encontram para dividir tarefas, organizar o pessoal e as estratégias, pegar material de campanha. Miranda me disse que os *funcionários* do escritório trabalham na *política* de manhã, de tarde e de noite. Por isso, nos meses da minha visita, trabalhavam até as 14h, com o intuito de se prepararem para o momento da campanha. Durante a campanha, me disseram, permanecem no escritório se organizando pela manhã e saem às ruas no período da tarde e da noite.

O período de trabalho de campo não me permitiu acompanhar uma campanha, pois o encerrei no mês de abril e, segundo me disse o *pessoal do escritório*, as campanhas só começam com força a partir de julho, depois dos cadastramentos formais dos candidatos. Explicaram-me em detalhe, entretanto, os modos de trabalho que realizam nas campanhas. Os candidatos que saem pelo partido de Cordeiro recebem o apoio do escritório político também em forma de trabalho. Apesar da existência de Comitês Eleitorais dos candidatos na época das eleições – formado por um corpo de *colaboradores* que trabalha somente para um candidato –, o escritório político serve de espaço para as combinações e estratégias da campanha na qual estão empenhados. A

¹²³ Nas eleições de 2008, o número de candidatos ao cargo de vereador no município de Monsanto foi 99. Também o número de deputados é divergente, pois o número citado (3) corresponde a candidatos naturais em Monsanto. Talvez Vilma estivesse se referindo a quantidade de candidatos que saem pelo *grupo político*, mas como não fica claro na passagem assinalada, constatou-se a necessidade de uma nota explicativa. Tais dados podem ser acessados através do sítio <http://www.tse.jus.br/>, na sessão “Eleições” – “Eleições Anteriores”.

impressão que tive é que mesmo ao trabalhar na campanha de candidatos que já têm seus próprios *colaboradores* e suas próprias estratégias, o *peçoal do escritório* age conforme o *tipo de trabalho* ao qual já está acostumado a fazer, pela experiência advinda do trabalho desenvolvido nas campanhas do Deputado Cordeiro.

Como sempre me lembrava Tomás: “*a cada eleição vai se modificando a maneira de trabalhar*” Isto ocorre, em primeiro lugar, por conta das carências apresentadas pela população do município e também com a mudança das exigências dos eleitores. Em segundo lugar, os jogos estratégicos de aliança estão sempre em modificação. Desta forma, o tipo de trabalho a ser desempenhado na campanha também varia de acordo com as alianças ou rupturas ocorridas no período entre eleições. Essa modificação acontece, principalmente, por que as figuras políticas de Monsanto operam suas estratégias através das localidades; isso significa que ter aliança com um representante de uma localidade denota ter a campanha facilitada nesta região, o que acrescentaria um número maior de votos ao candidato. Assim, quando se perde uma localidade, todo um novo trabalho é necessário para ter acesso e, principalmente, encontrar aliados de prestígio para conferir um maior número de votos.

Em relação às diferenças legais entre eleições, essas se aplicam a todo território nacional. As principais diretrizes para o funcionamento burocrático de cada eleição são dadas por um manual do Tribunal Superior Eleitoral, que orienta todo o processo eleitoral, desde a inscrição das candidaturas até as atividades do dia das eleições. Esse manual pode ser reelaborado por cada partido, e depois enviado a todos os comitês de campanha. Porém, como bem me alertou Tomás da Cunha, desde que mudaram de partido em 2006, utilizam a cartilha disponibilizada pelo TSE; antes da referida mudança, existiam cursos oferecidos pelos próprios partidos, que preparavam os diretores locais para cada eleição.

Além das atividades de campanha, uma série de serviços junto ao partido é realizada no escritório político – antes, durante e depois das eleições. São principalmente três¹²⁴: o cadastro e a transferência de informações dos filiados ao PR, o cadastro da candidatura nas convenções partidárias – e também junto ao tribunal eleitoral – e as prestações de conta das campanhas. Essas frentes de trabalhos, que se apresentam como os trabalhos burocráticos desenvolvidos junto ao partido, são realizados por Tomás da Cunha. Como me foi demonstrado por ele, a atividade para o lançamento de um candidato começa pelo cadastramento em uma plataforma digital de todos os filiados ao partido na cidade, realizada pelo sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral em um sistema operacional chamado Filiaweb. Essa atividade, não se realiza somente durante as campanhas, sendo uma exigência do próprio TSE que se atualize pelo menos duas vezes ao ano – nos meses de abril e outubro – as listas de filiados. Torna-se mais importante, entretanto, desde outubro do ano anterior às eleições que se acompanhe a situação eleitoral de cada filiado, principalmente daqueles que se lançarão como candidatos. A principal preocupação durante as preparações das candidaturas é estar atento para escapar das condições que tornam uma pessoa inelegível. A primeira condição para lançar um candidato pelo partido político é que, no dia da eleição, ele esteja filiado há mais de um ano ao partido. São muitas as situações que podem levar um candidato a tornar-se inelegível, desde atos graves como estar envolvido em processos criminais em andamento até coisas menores, como o esquecimento de justificação do voto em alguma eleição. Laços de parentesco com políticos em mandato são interdições com as quais é necessário muito cuidado.¹²⁵ Para isso, Tomás tem que rever todas as listas de filiados, verificar a quantidade de pessoas

¹²⁴ Ainda citam-se nas legislações partidárias duas atividades que são desenvolvidas localmente por cada partido político, as atividades referentes à propaganda e fiscalização eleitoral. Estas, entretanto, não me foram apresentadas por nenhum dos *funcionários* ou voluntários do escritório político.

¹²⁵ Para uma discussão sobre a inelegibilidade e os laços de parentesco, consultar o capítulo 1.

filiadas, a situação eleitoral de cada um dos filiados e candidatos e, principalmente, quem ainda está oficialmente filiado ao PR. Outra preocupação é que existam filiações em duplicidade, ou seja, que existam pessoas que estejam filiadas a dois partidos políticos ao mesmo tempo.

Mudanças ocorrem sempre em relação às filiações, principalmente por que outros partidos do *grupo político*, que contam com menor participação de filiados, necessitam – assim como todo partido político na cidade – de um número mínimo de filiados. Sem atingir esse quórum mínimo de filiados, um partido político não pode lançar um candidato, pois é exigida uma presença mínima de dez pessoas durante as convenções municipais, ou *Convenções Partidárias de nível Inferior* – como é chamada legalmente¹²⁶. Como, em Monsanto, e principalmente entre os meus colaboradores de pesquisa, os eleitores e filiados se identificam com o *grupo político* e não com o partido, essa filiação ocorre em prol dos candidatos do *grupo político*, sendo que para um membro do grupo, ser filiado ao partido liberal ou socialdemocrata não importa, pois a filiação não se pauta pela ideologia partidária. Porém isso não quer dizer que os partidos estejam fora das lógicas e da atuação política neste município.¹²⁷

O cadastramento dos candidatos refere-se à segunda atividade realizada pelo escritório junto aos partidos políticos. Após o estabelecimento das filiações efetivas no mês de Abril, se realizam durante o mês de junho as convenções partidárias locais, que consistem na reunião dos filiados de cada partido para a apresentação das candidaturas internas e na votação para a escolha dos representantes que concorrerão às próximas

¹²⁶ Esse quórum mínimo das convenções municipais é estabelecido pelos regimentos dos partidos políticos, porém, como demonstrado por meus interlocutores de pesquisa, o número mínimo gira em torno de dez filiados. Em Monsanto, o menor número de filiados - entre os partidos que compõem o grupo político estudado - é do partido H, que conta com 36 filiações. O PR, legenda a qual está vinculado o Deputado Cordeiro, conta com 181 filiações. Esses dados são públicos e podem ser acessados no site do TSE, <http://www.tse.jus.br/>, através das opções: Partidos - Filiações.

¹²⁷ Como trabalhado ao longo do capítulo 1 e 2.

eleições sob a legenda do partido – isso no caso de eleições para cargos municipais, pois para cargos estaduais e federais, a constituição dos quadros se faz diretamente nas convenções partidárias estaduais. Para os cargos de legislativos, pode-se registrar mais de um candidato por partido político; para os cargos de vereador podem ser registrados o número de vagas mais 50% e para os cargos de deputado até o dobro das vagas, quando essas não excederem 20. Quando se estabelecem os quadros pelos quais se concorrerá nas eleições, leva-se então essas candidaturas até as convenções partidárias estaduais – através de no mínimo dois delegados de cada cidade, que neste momento formam o que se entende por *Comissão Provisórias*¹²⁸. As convenções partidárias estaduais para a constituição dos quadros partidários devem ser feitas até 90 dias antes do dia das eleições; isto por que é através dessas convenções que se estabelecem as *chapas* que necessitam ser cadastradas primeiramente nas convenções de cada partido, mas também junto ao TSE.

Tomás é quem prepara as candidaturas que serão levadas de Monsanto para as Convenções partidárias estaduais. Segundo me disse, o mais importante é conseguir arrumar os documentos de cada candidato dentro do período que separa as convenções partidárias locais das convenções partidárias estaduais. Os documentos exigidos pela legislação para o registro dos candidatos são:

- I – cópia da Ata da Convenção Municipal ou Estadual ;
- II – autorização do Candidato por escrito;
- III – prova de filiação partidária;
- IV – declaração de bens do candidato;
- V – cópia do título eleitoral, que precisa ser registrado na circunscrição;

¹²⁸ A regra do artigo 7º da Lei nº 9.096/95 diz que o partido que adquirir personalidade jurídica deve ter um órgão constituído na circunscrição. Quando, entretanto, não existem Diretórios dos partidos nos municípios – como é o caso de Monsanto – a Comissão Provisória é entendida como suficiente “para todos os efeitos estatutários e legais”, ou seja, por meio dela os partidos são capazes de lançar candidatos, promover coligações, etc.

VI – certidão de quitação eleitoral;

VII – certidões criminais;

VIII – fotografia.

A Prestação de contas das candidaturas do partido constitui-se como a terceira atividade burocrática realizada pelo escritório político. Todas as despesas da campanha eleitoral são realizadas sob a responsabilidade do partido político e a pessoa responsável pela administração dos recursos e prestações de conta das campanhas do PR em Monsanto é Tomás da Cunha. O limite de valores máximos a serem gastos por candidatura em cada eleição deve ser noticiado pelos partidos políticos, no momento do registro de cada candidato. Porém, como foi me comunicado, este trabalho começa antes da campanha, com recolhimento das doações.

Existem regras que são aplicadas às doações para campanhas; em primeiro lugar, nenhuma empresa (pessoa jurídica) que presta serviços na região representada pelo político (neste momento ainda candidato) pode fazer doações para sua campanha. Entretanto, como as doações são administradas pelos partidos políticos, podem ser feitas entre as empresas que prestam serviços em Monsanto para candidatos do partido que representem municípios de outras regiões, sem que se cometa nenhuma falta ou ilegalidade – segundo a legislação corrente. Sobre este ponto das doações de campanha, ou seja, os arranjos articulados pelos partidos para que não se cometa nenhuma irregularidade frente à legislação, Tomás me deu uma definição nativa desses procedimentos bem próxima ao que Foucault (2008, p. 70-75, 226-231) chama de *ilegalismos*¹²⁹:

¹²⁹ Ora, a definição de Foucault para ilegalismos se torna bem próxima da descrição de Tomás. Para o autor, os *ilegalismos* compreendem esta classe de práticas próprias a cada grupo, a cada classe, ou a cada

As empresas de pessoa jurídica não podem fazer doações para os candidatos que representam os municípios para os quais presta serviço. Ora, se não existe nenhum problema que se façam doações para outros candidatos do nosso partido, não existe problema nenhum nesta atividade. Em nosso ramo é muito complicado administrar dinheiro pra campanha. Mesmo não sendo claro, assim, pra você, por exemplo, existe uma fiscalização bem esmerada e detalhista da prestação de contas. Não se pode vacilar. Como sou eu que cuido dessa parte de arrecadação e prestação de contas, eu nem durmo na época em que realizo este serviço, de tão sério que é. Mas se a lei veta a doação de dinheiro das pessoas jurídicas que realizam serviços pra prefeitura local e nada falam sobre doações feitas a outros municípios, não estamos batendo de frente com ela, mas contornando aquilo que ela mesma proíbe.

Ainda sobre as prestações de contas, existe segundo padrão de recolhimento das doações, que coloca limites para as doações feitas por pessoas físicas, que é de dez por cento dos rendimentos brutos declarados no ano anterior às eleições. Entretanto, o valor que cada candidato pode utilizar de seus recursos próprios é estipulado por cada partido:

Não é só querer doar um milhão. Há quem possa gastar uma verdadeira fortuna na sua própria campanha, mas se gastar além do estabelecido, pode ter complicações lá na frente com a Justiça eleitoral. É um trabalho perigoso mesmo esse da contabilidade de uma campanha.

Cada candidato é responsável pela administração financeira de sua campanha, podendo o partido político delegar comitês financeiros para esta atividade; mesmo nesses casos o candidato é o único responsável pela veracidade de suas informações financeiras. As doações devem ser feitas por meio de cheques nominais e cruzados,

camada social, que, às vistas do corpo jurídico seriam tomadas por ilegais, mas que participam mesmo do próprio funcionamento político e econômico do corpo social, e nas quais a punição dependerá da margem de tolerância reservada a cada ilegalismo, assim como da rivalidade, concorrência, conflitos, interesse e apoio recíproco entre os ilegalismos. A margem de tolerância, evidentemente, é variável de acordo com a própria organização das relações de poder próprias a cada corpo político. Foucault mostra, por exemplo, como a tolerância para com os ilegalismos populares foi minada no momento em que tais ilegalismos passaram a ser ilegalismos de bens, no século XVIII, com o crescimento demográfico, o aumento da riqueza, o desenvolvimento dos portos etc. O ilegalismo de direito, próprio às camadas populares na época da soberania, e que muitas vezes assegurava a sobrevivência dos mais despojados, tende, com o novo estatuto da propriedade, a tornar-se um ilegalismo de bens – será então necessário puni-lo. Neste processo, o ilegalismo de bens foi separado do ilegalismo dos direitos. Divisão que corresponde a uma oposição de classes, pois, de um lado, o ilegalismo mais acessível às classes populares será o de bens, de outro, a burguesia, então, se reservará o ilegalismo dos direitos: a possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis; de fazer circular todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação – margens previstas por seus silêncios, ou liberadas por uma tolerância de fato.

diretamente nas contas correntes dos partidos ou candidatos, nunca em forma de dinheiro.

Para a prestação de contas de campanha, é vedada doações feitas por :

- I – entidade ou governo estrangeiro;
- II- órgão de administração pública ou fundação mantida por recursos do Poder Público;
- III – empresas que prestam serviço público ;
- IV- entidades privadas que recebam contribuição compulsória;
- V – entidade de utilidade pública;
- VI – entidade de classe ou sindical e;
- VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos, vinculadas a recursos do exterior.

São considerados gastos eleitorais, que precisam ser declarados na prestação de contas:

- I – Confecção de material impresso de qualquer natureza;
- II - propaganda e publicidade direta, por qualquer meio de divulgação;
- III – aluguel de locais para a promoção de atos de campanhas eleitorais;
- IV – despesa com transporte ou deslocamento de pessoal a serviço das candidaturas;
- V- despesas de instalação e manutenção dos comitês;
- VI - correspondências e despesas postais;
- VII – remuneração de pessoal vinculado ao comitê eleitoral;
- VIII – montagem e operação de carro de som;
- IX – Promoção de eventos para a promoção das campanhas
- X- Produção de programas de rádio, televisão, vídeos, inclusive os destinados à propaganda gratuita;
- XI – Pagamento de cachê de artistas para os eventos relacionados a campanha eleitoral;
- XII- Realização de pesquisas e testes pré-eleitorais;

XIII – custos com a criação e inclusão de sítios na Internet;

XIV – Multas aplicadas aos partidos por infrações aos dispositivos da legislação eleitoral.

A prestação de contas deve ser feita até o trigésimo dia após as eleições, junto à Justiça Eleitoral, acompanhada pelos extratos das contas bancárias referentes às movimentações dos recursos financeiros recebidos e utilizados nas campanhas. Como me disse Tomás, o partido político pode afixar o valor que quiser para ser gasto em uma campanha; o importante para a lei são: a origem dos recursos, os serviços para os quais são destinados em cada caso e o registro minucioso de sua utilização na prestação de contas.

Informantes e Informações

Ao prestar atenção às diferentes formas de informação que circulam no escritório político diariamente, podemos perceber que o tratamento dado a estas lhes conferem uma grande rentabilidade para o trabalho cotidiano da instituição. Prestar atenção aos tipos de relações estabelecidos em torno das informações nos dá condições de evidenciar uma existência atemporal de relações entre a instituição e o partido político.

Durante os acompanhamentos que eu fazia aos *atendimentos* desempenhados no escritório político, em suas diversas modulações, era comum que aparecessem pessoas – normalmente membros do *grupo político* de Vitório Cordeiro – que interrompiam os *atendimentos* de Miranda e Brigitte para alertá-las de notícias veiculadas na mídia sobre o Deputado e seu grupo: previsões a respeito de quebras de alianças políticas, rumores acerca de novas lideranças emergindo tanto pela *terceira via* quanto pelo grupo político rival, e também novidades acerca das obras de desenvolvimento que estavam chegando

à cidade. Esses “informantes ocasionais” apareciam sem aviso prévio, motivados apenas pelas notícias que circulavam pela cidade – muitas delas que dependiam mais de sua capacidade de mobilização do que de sua “veracidade”.

Porém, existem informantes privilegiados que trazem notícias dos bairros em que residem. Essa tarefa é realizada, na maioria das vezes, por amigos e familiares do Deputado Cordeiro e também dos *funcionários* e *voluntários* do escritório político. Estes são “informantes regulares”, que aparecem com frequência no escritório político – cada qual com uma regularidade própria – para conversar a respeito das novidades da política local. Esse é o caso do irmão de Tomás. Morador do distrito de Caroá, sua propriedade pertence à parte rural de Monsanto e suas visitas têm como principal motivação trazer notícias a respeito do que se passa no *mato*. Suas visitas ocorrem uma vez por semana, somente variando quando existe algum problema urgente a ser resolvido.

O acompanhamento que os *funcionários* e *voluntários* do escritório político fazem dos veículos midiáticos locais é também bem ilustrativo das dinâmicas assumidas pela instituição – também funcionando como canais de informações. Existem sete *blogs* famosos na região, cinco deles especializados em assuntos acerca da política local e cotidiana desenvolvida nos municípios da região. São veiculados semanalmente dois jornais na cidade, um especificamente sobre a política municipal. O pessoal do escritório político acompanha de perto esses veículos de informação. Durante os *atendimentos* na sala de Brigitte e Miranda, é comum que pelo menos uma vez por dia alguém dê uma olhada nos blogs da região – através do computador localizado nesta mesma sala. Os jornais circulam pelas mãos de todos os *funcionários* e *voluntários* do escritório político; é possível dizer que todos leem e estão atentos acerca das informações relatadas nestes jornais.

Muito se comenta na cidade acerca de informantes de Cordeiro “infiltrados”, que ninguém saberia quem são. Outros dizem apenas que ele costuma ligar para os telefones públicos da cidade, para conversar com transeuntes, perguntando novidades sobre a cidade. Verossímeis ou não, estes fatos denotam a preocupação dos políticos locais com as informações, os pequenos comentários e as apreciações locais sobre política

Outra maneira de recolher informações sobre a política local pode ser vista no trabalho desenvolvido por Airton. Como já referido anteriormente, nos períodos não eleitorais ele passa grande parte do dia caminhando por diversos bairros da cidade, parando para conversar com conhecidos, no intuito de conseguir informações sobre a política local. Airton se preocupa em trazer para o escritório político até os mínimos rumores e também as apreciações locais sobre fatos e feitos vinculados à política Municipal. Em época de eleições, faz uma pesquisa eleitoral entre a população: para ele, uma condição da sua atividade é não ser visto como um representante de Vitória. Airton criou sozinho um método de pesquisa eleitoral, que, segundo ele, não só é capaz de estimar a quantidade de votos, mas também consegue “trabalhar a mente da pessoa” e dessa forma, conseguir mais votos. Contou-me que sua ideia surgiu, quando pesquisadores, na época da eleição de Collor, vieram até Monsanto e fizeram não só estimativas sobre as votações, mas “trabalharam a mente das pessoas”, pois ele mesmo atesta que apesar de sempre ter se identificado com a extrema esquerda da política nacional, depois de entrevistado pelo questionário de intenções de votos, começou a pensar o impensável: votar em Collor. A partir de tal experiência, então, foi capaz de formular e adaptar o mesmo tipo de entrevista para seu *grupo político*. O método de pesquisa do Airton consiste em sair pelos bairros da cidade com uma urna e pedaços de papel na mão. Ele para em algum lugar de grande movimento, e com a ajuda de mais uma pessoa, começa a conversar com os transeuntes dizendo que está fazendo uma

pesquisa de opinião sobre as eleições, sempre tentando passar a impressão de que não trabalha para nenhum candidato. Quando uma pessoa conversa com Airton, ao mesmo tempo em que ele inquire sobre as intenções de voto, vai apresentando aos poucos as propostas do candidato do *grupo político*, assim como dos outros candidatos. Segundo ele, é possível conduzir a conversa de maneira tal que a pessoa entrevistada vai tomando conhecimento das boas propostas do seu candidato e das propostas pouco rentáveis dos outros candidatos. Nesse processo, Airton afirma ser capaz inferir com pouca margem de erro sobre a quantidade de votos e também angariar mais eleitores para seus candidatos pesquisados.

Este canal de informações é atemporal. Tanto em épocas próximas quanto em épocas distantes das eleições, as informações circulam pelo escritório político, principalmente através de mecanismos particulares à instituição. Tais informações têm por objetivo compor estratégias e gerar conhecimento a respeito das conjunturas que se formam para as próximas eleições. A partir das informações obtidas, principalmente acerca das apreciações locais da política local, estabelecem-se e se rompem alianças políticas; coligações são compostas ou desfeitas. O momento da eleição é o que origina, explica, orienta e fundamenta essa prática no escritório político. O jogo das apreciações, entretanto, remete-se às múltiplas representações que se encontra na figura de um político: as relações com a família, com o grupo político e também com o partido são constantemente formuladas e reformuladas a partir desse conjunto de conhecimentos, que não levam em conta somente os dados oficiais acerca da população, mas também os menores rumores.

O escritório político estudado, como demonstrado ao longo deste capítulo, atua em três frentes: no *atendimento* aos eleitores, na realização das campanhas e das burocracias partidárias e também, canalizando informações acerca da política local. A

eleição aparece aqui como um momento que condensa todas as atividades desenvolvidas, mas isso não quer dizer que não se realize uma parcela de cada frente de trabalho também em épocas não-eleitorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procurei descrever o modo pelo qual os partidos políticos aparecem equacionados dentro dos arranjos políticos em Monsanto. A partir da exposição, podemos perceber como partidos políticos nunca atuam isoladamente neste município; ao contrário, aparecem imbricados dentro de relações com o *grupo político* e a *família*, que não os subordina somente aos seus próprios interesses, mas os equaciona, atualizam-se e se modificam a partir dos mesmos. Desta forma, podemos dizer que as relações entre partidos políticos, *grupos políticos* e *famílias* se dão de maneira enredada dentro de um complexo, no qual estas instâncias interferem-se mutuamente, atualizam-se umas nas outras e se encontram em um processo mútuo e contínuo de produção e reprodução.

A separação destas instâncias, dessa forma, só pode ser entendida como uma estratégia metodológica para melhor apreender os modos de atuação de cada parte, não como unidades isoladas, mas nas vinculações que agenciam. Tal estratégia pode ser entendida também, como um recurso utilizado para descrever os discursos que lhes são conferidos e as diferentes imputações que lhes são atribuídas. Como apresentado ao longo da dissertação, partidos políticos, *grupos* e *famílias* se relacionam dentro de uma tessitura que está em processos de modificações contínuas; as características e atribuições relacionadas a cada uma das partes e também a seus processos de composição são sempre transitórias, pela própria singularidade da relação apresentada. De certa forma, tudo muda a todo tempo e uma análise de episódios, momentos e apreciações são como uma fotografia, um momento em que essa transitoriedade é colocada em segundo plano, com o objetivo de entender as equações possíveis entre

cada peça, que são ao mesmo tempo conjuntos (por terem determinações, movimentos e características particulares) e fragmentos de um mesmo todo (no caso desta pesquisa, da política eleitoral).

Partindo desta perspectiva de análise, a descrição da política de Monsanto se inicia com os partidos políticos. Procurei expor como os partidos políticos, apesar de não figurarem como as principais preocupações dos agentes da política municipal, têm atuação fundamental em suas atividades. Tomando-os, inicialmente, pelas legislações que delimitam os modos de constituição e atuação enquanto instâncias políticas, procurei expor como o campo de ação proposto por estas exigências formais estão sempre permeando a política municipal. As condições de inelegibilidade aparecem como um dos principais motivos que entram na equação da política local por meio dos partidos políticos.

Em seguida, propus uma torção acerca da noção de representação. No meu caso de pesquisa, a importância reside em tentar apreender os diversos coletivos associados à figura de um político, sem tomá-lo como representante de determinado conjunto social específico. Descrevo um movimento de manejo da representação, a partir da problematização das categorias de *família*, território, *serviço prestado*, *trabalho*. Os partidos políticos, então, apresentam-se como mais uma das categorias que são mobilizadas a partir da figura de um político sem, entretanto, tornarem-se instâncias fixas atribuídas a estes (auto-referenciais). A particularidade deste modo de análise é permitir uma visão dos partidos políticos que não os tomem somente por estruturas organizativas responsáveis pelo funcionamento da democracia, mas de outro modo, retratá-los a partir de suas práticas cotidianas.

Ao trazer para análise os *grupos políticos*, insisti na investigação acerca das associações entre coletivos e representantes políticos. Os *grupos políticos* são as instâncias fundamentais por meio das quais se realiza a política eleitoral de Monsanto. Como procurei apresentar, os representantes políticos equacionam *grupos políticos*, mas *grupos* também equacionam políticos. Enquanto conformações difusas, os *grupos políticos* atuam através das relações entre pessoas (sempre inseridas em outros coletivos) e não podem ser entendidos como unidades, somente tomando forma e realidade a partir de suas práticas. Nesta atuação, *grupos políticos* operam partidos e *famílias*, sem, no entanto, fundirem-se a estas instâncias. Cada um desses conjuntos tem suas próprias formas de atuação e atualização, mas utilizam-se mutuamente para a execução de seus propósitos.

Os *grupos políticos* atuam por meio da construção de parcerias entre seus membros, que por sua vez, estão sempre equacionando partidos e *famílias*. Em Monsanto, existem dois *grupos políticos*. Cada um deles é estruturado em torno de um *líder* e se apoia em diversos pontos ocupados por seus membros na estrutura administrativa da cidade. Mesmo que o principal objetivo desta associação seja a reunião de forças para eleger representantes políticos, as parcerias não se desfazem nos períodos de interregno entre eleições. A dupla polarização e o acirramento das rivalidades são especificidades do período eleitoral, sendo o período entre eleições momento de renegociações, de alianças e recomposição de *grupos políticos*. Quando tomados a partir de suas práticas, de suas formas de composição e atuação, os *grupos políticos* podem ser visualizados enquanto conformações que não se opõem ou ignoram práticas políticas legais e, ao contrário, consideram também tais determinações em seus movimentos de produção contínua.

O modelo de análise proposto neste trabalho – que separa as instâncias constitutivas da atividade política de Monsanto – é posto à prova quando direciono meu olhar para o funcionamento do escritório político de um deputado federal. Utilizei-me do conceito instituição¹³⁰ para descrevê-lo como um espaço privilegiado pelo qual os agenciamentos entre partidos, *grupos* e *famílias* ganhavam existência e adquiriam contornos visíveis. Os *funcionários* e *voluntários* que atuavam no escritório político realizavam diversos expedientes, entre os quais *atendimentos* aos eleitores se caracterizavam como sua principal atividade. As funções burocráticas que agenciam partidos políticos à política municipal também faziam parte do cotidiano desta instituição, e podemos perceber como em seu funcionamento o escritório político permitia a manutenção e negociação da parceria entre membros do *grupo político* nos períodos entre eleições.

A etnografia de uma política em movimento, que não para de constituir coletivos para a atuação de seus agentes, só foi possível a partir de minha posição dentro deste espaço de visibilidade. Por um lado, esta era a função do escritório político, pois lhe cabia atender às demandas sobre a política municipal. Por outro lado, entretanto, sem contar com a generosidade dos agentes da política em me incluir em seus trabalhos cotidianos, nenhuma análise sobre o funcionamento conjunto dessas instâncias e de seu efeito de perspectiva – a política municipal de Monsanto – teria sido possível. Parciais são minhas considerações a respeito dessa constituição, pois foi necessário, e também de grande proveito metodológico, colocar-me dentro de um *grupo político*. No entanto, qualquer delimitação sobre a política desenvolvida nesta cidade será parcial, pois como

¹³⁰ Como apontado no capítulo 3, aproprio-me do conceito de Foucault (1995, p. 241-242; 2008, p. 27), para designar um espaço de visibilidade das relações de poder que perpassam a política de Monsanto.

procurei apresentar neste trabalho, o único consenso acerca do funcionamento da política de Monsanto é a sua variação.

BIBLIOGRAFIA

ABÉLÈS, M. *Un Ethnologue à la Assemblée*. Paris: Odile Jacob, 2001.

_____. Avoir Du Povoir Politique. In: SEGALEN, M. *Jeux de Familles*. Paris: CNRS Éditions, 1991.

BARNES, J. A. Networks and Political Process. In: SWARTZ, M. J. *Local-Level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine, 1968.

BEZERRA, M. O. *Em Nome das Bases: política, favor de dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BORGES, A. M. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CANÊDO, L. B. Apresentação. In: CANÊDO, L. B. *O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CARVALHO, J, M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS Atividade Legislativa, Plenário, Sessões. 1997.
Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/plenario/index.html>>.
Acessado em: 10/09/2011.

CORADINI, O. L. *Em Nome de Quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. 587 a.C. - 70 d.C. – Sobre Alguns Regimes de Signos. In: DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, 2007. Volume 2.

_____. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DELGADO, L. A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUARTE, N. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do pratonato político brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FAVRET-SAADA, J. Ser Afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FORTES, M. *The Web of Kinship among the Tallensi: the second part of an analysis of the social structure of a trans-Volta tribe*. Londres: Oxford University Press, 1949.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GARRIGOU, A. O Rascunho do Sufrágio Universal: arqueologia do decreto de 5 de março de 1848. In: CANÊDO, L. B. *O Sufrágio Universal e a Invenção Democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

GEERTZ, C. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOLDMAN, M. *Como Funciona a Democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2006.

GOLDMAN, M. & PALMEIRA, M. Apresentação. In: PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

GOLDMAN, M. & SILVA, A. C. C. Por Que Se Perde Uma Eleição?. In: BARREIRA, I. & PALMEIRA, M. *Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Anablume, 1998. p. 23-51.

HEREDIA, B. M. A. Entre duas eleições. Relação político-eleitor. In: HEREDIA, B. M. A.; TEIXEIRA, C. C.; BARREIRA, I. (Org.) *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 15-38

HEREDIA, B. M. A. & PALMEIRA, M. O Voto Como Adesão. In: CANÊDO, L. B. O *Sufrágio Universal e a Invenção Democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

HIPPOLITO, L. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Base de Dados do Censo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=43>. Acessado em: 02/02/2011.

KERBAUY, M. T. *A Morte dos Coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: FCL Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica editora, 2000.

- KUSCHNIR, K. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. *et al. Friends, Followers, and Factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LOCKE, J. *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MARQUES, A. C. *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MAYER, A. C. The Significance of Quasi-Groups in the Study of Complex Societies. In: SCHMIDT, S. W. *et al. Friends, Followers, and Factions: a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- MENEGELLO, R. *PT: a formação de um partido: 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MENEZES, M. N. *As Águas da Disputa: um estudo da experiência do fórum permanente de defesa do São Francisco da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea*. 2005. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/SETA148.pdf>>. Acessado em 20 de janeiro de 2011.
- NUNES, E. A. *Gramática Política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- OLIVEIRA VIANNA, F. *Populações Meridionais do Brasil: paulistas, fluminenses e mineiros*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia., 1920.

OLIVEIRA, L. L. O PSD. In: Fleischer, D. (Org.) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981. p. 108-114.

PALMEIRA, M. Política, Facções e voto. In: PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. Apostas Eleitorais: notas etnográficas. S/D.

QUEIROZ, M. I. P. Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. *Anhembi*, São Paulo, n. 24/26, 1956/57.

RIBEIRO, P. J. F. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

RODRIGUES, L. M. *Partidos Políticos, Ideologia e Composição Social*. São Paulo: EdUSP, 2002.

_____. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

ROUSSEAU, J. *O Contrato Social: princípios do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/Secretaria de Gestão da Informação, 2010. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral-annotado> >. Acessado em: 22/10/2011.

VILLELA, J. L. M. Família Como Grupo? Política como agrupamento?. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 201-246, 2009.

_____. *Política e Eleições no Sertão de Pernambuco: o povo em armas*.
Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. O Dinheiro e suas Diversas Faces nas Eleições Municipais do
Sertão de Pernambuco. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 267-296, 2005.

_____. *O Povo em Armas. Violência e Política no Sertão de
Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VILLELA, J. L. M. & MARQUES, A. C. Sobre a Circulação de Recursos nas Eleições
Municipais no Sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, B. M. A.; TEIXEIRA, C. C.;
BARREIRA, I. (Org.) *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-
Dumará, 2002. p. 63-102.

VINCENT, J. Political Anthropology. In: BARNARD, A. & SPENCER, J.
Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology. Londres: Routledge, 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial, 2004.